



SENADO FEDERAL

Senador ARTHUR VIRGÍLIO NETO



Atuação no

SENADO

2004



Senador ARTHUR VIRGÍLIO NETO

Atuação no Senado 2004



SENADO FEDERAL

Senador ARTHUR VIRGÍLIO

ATUAÇÃO NO SENADO 2004

BRASÍLIA – 2005

Sumário

	Pág.
Apresentação.....	5
Votação da Lei de Informática.....	7
Homenagem à Rede Amazônica de TV.....	13
O Governo perde densidade e credibilidade.....	25
Delúbio, uma figura nebulosa.....	28
Governo segue errando e mentindo.....	30
O que espera Lula para colocar ordem no Governo?.....	41
Os governos só se completam quando os fins são atingidos.....	47
As falas de Lula são voláteis e sem preparo.....	73
A impunidade não pode jamais prosperar.....	77
O caso Waldomiro, vergonha nacional.....	84
Os desencontros do Governo Lula.....	91
O Governo obstrui sistematicamente o funcionamento de CPI.....	96
O MEC discrimina parlamentares da Oposição.....	100
Em torno de bingos e jogos de azar.....	103
O salário mínimo e as incertezas do Governo.....	107
Lula: um Governo de retrocesso na política externa.....	115
Com MP, o Governo Lula legisla com voracidade.....	118
Os problemas de Lula estão no Governo e não na Oposição.....	123
Governo busca fórmula mágica para obstruir a pauta no Senado.....	128
Planalto edita boletim indesejável para propaganda do Governo.....	132
Brizola encantava e seduzia. Foi um grande político.....	135
O PSDB faz oposição conseqüente e responsável.....	140
Está em jogo a dignidade do Congresso Nacional.....	144
O cenário triste que Lula montou no Brasil de hoje.....	148
A Amazônia e a Lei de Informática.....	162
Há uma greve de auditores fiscais e isso quase paralisa a Zona Franca de Manaus. O Governo está omissos.....	176

	Pág.
Acordo sobre Lei de Informática reitera importância do PIM.....	179
Dificuldades de acordo entre a Oposição e o Governo para concluir votações	187

Apresentação

Contribuição sincera para a História

O ano de 2004, o segundo do período Lula, mostrou com nitidez a verdadeira face do Governo petista, que infelicita o Brasil ao institucionalizar, na prática e visando ao aproveitamento próprio, a mais deslavada corrupção jamais vista no País.

Nesse período, no Senado da República, procurei analisar, com serenidade e firmeza, o lamentável quadro que passou a marcar a administração petista.

Os pronunciamentos que aqui proferi, no desempenho de minha missão de Líder opositorista, são um relato fiel do desatino governamental. A publicação dessas análises, neste volume, é também uma contribuição para que, no futuro, ao historiador seja possível o registro definitivo, para a História, do que terá sido um quadriênio perdido.

Senador ARTHUR VIRGÍLIO
Líder do PSDB

Votação da Lei de Informática

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, antes de mais nada, agradeço a compreensão do Líder Aloizio Mercadante a respeito da não-votação, hoje, da chamada Lei de Informática. Isso é de bom senso e dá tempo para que nós, da bancada do Amazonas, possamos esclarecer questões e derrubar preconceitos. Sem dúvida, a Bahia tem as suas razões, e vamos dialogar sobre a matéria, de maneira bem democrática e bem aberta. Em relação à operação que está prendendo ladrões e gatunos do dinheiro público no Amazonas, é bom que essa atitude se reproduza, inclusive se, porventura, existirem pessoas do atual Governo envolvidas. Nós só temos mesmo que aplaudir o que é uma rotina, há muito tempo, da Polícia Federal – o trabalho do Ministério Público que agora querem amordaçar neste País! O Senador Aloizio Mercadante labora em equívoco. S. Ex^a diz que São Paulo, Goiás e Minas Gerais aprovaram PPP nas suas Assembléias, e indaga por que nós, aqui, não aprovamos a PPP solicitada pelo Presidente Lula? Esclareço ao ilustre Líder que não sou Deputado Estadual do PT de Goiás, nem de São Paulo nem de Minas Gerais. Sou Senador do Brasil. O meu dever não é fiscalizar o Governador Perillo; o meu dever é fiscalizar o Presidente Lula, e, da maneira como está escrita a PPP, ela não leva o meu voto nem hoje nem nunca, porque é uma porta aberta para negociata, sim! É uma porta aberta para se acabar com o espírito da Lei de Licitações, é uma porta aberta para se acabar com a impessoalidade ao se fazer uma licitação; é uma porta aberta para se endividar o País e se derrogar na prática a Lei de Responsabilidade Fiscal. Hoje, estamos vendo o Governo à mingua de quórum para votar a Lei de Informática, para votar a reforma do Judiciário. Há matérias na frente, e uma negociação que nem sequer começou. Não vamos negociar em pé algo tão grave para o País; temos de negociar isso sentados, com calma, com tranqüilidade, no momento certo e, com

certeza, impondo todos os limites que protejam a ética. Por falar em ética, esperávamos mais energia do Governo na investigação do caso Waldomiro. Até agora, nem sequer o apontou como culpado, nada fez além de aceitar uma demissão a pedido. Queremos uma ética sem arestas, uma ética parecida com a inteligência preconizada por Gilberto Amado, que dizia que a verdadeira inteligência é a inteligência redonda, aquela que não permite aresta alguma. Então, o compromisso com a ética deve ser de a a z, de cabo a rabo. Deve-se utilizar a Operação Albatroz, a Operação Zaqueu onde quer que se localize um ladrão do dinheiro público; deve-se punir, e não colocar panos quentes quando há corrupção muito perto dos gabinetes mais importantes desta República.

No mais, volto ao tom inicial. Agradeço ao líder a compreensão. Temos muito o que debater sobre Delúbio Soares. Aliás, há uma matéria fantástica na edição de hoje da Folha de S.Paulo. É uma entrevista do ex-Presidente Fernando Collor, comparando PC Farias com o Sr. Delúbio Soares. Peço que a matéria seja incluída nos Anais. Ele diz que a diferença entre os dois tesoueiros é que um está na máquina, no organograma oficial; e o outro não está, o outro era informal. Mas ele diz: “Eu fui punido por causa do PC Farias”, e diz que este Governo tem um PC Farias, que seria o tal Sr. Delúbio Soares. Está lá. Quanto à PPP, vejo-a, como está, parecida com o que a Nação começa a desconfiar das movimentações desses tais arrecadadores de campanha.

Do jeito que está, não leva o voto consciente do PSDB, mas não leva mesmo, de nenhum membro da nossa bancada, nem hoje, nem daqui a 30 anos. Poderia ter levado ontem se não tivesse embutida a má-fé, a tentativa de favorecer grupos e, quem sabe, de fortalecer o caixa de partidos e candidatos, visando às eleições de 2006.

Queremos o bem do País e a PPP, como está escrita é, significativamente, o mal desta Nação.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, o Projeto de Lei de Conversão nº 21, originário da Medida Provisória nº 164/2004, que ora examinamos, reúne aspectos que transcendem ao seu mérito. As negociações avançavam – e substantivamente – no Senado, graças ao espírito aberto do Líder Aloizio Mercadante; à competência política do Relator Romero Jucá; à acuidade dos Líderes José Agripino, Renan Calheiros e Fernando Bezerra; ao preparo técnico do Senador Rodolpho Tourinho, à clarividência

do Senador Tasso Jereissatti, à lucidez do Senador Sérgio Guerra, dentre tantos cérebros que, incessantemente, vêm buscando o melhor para o País.

Centro este pronunciamento, porém, no Pólo Industrial de Manaus, que bem poderá ser prejudicado, se preconceitos e falácias prevalecerem sobre a compreensão da relevância estratégica da Amazônia para o Brasil. De repente, estabeleceu-se o mito: mantido o texto da Câmara, todos os estados perderiam, para que apenas o Amazonas levasse vantagens, ao fim e ao cabo da votação da matéria.

Mas a verdade, Sr. Presidente, é que o São Paulo do meu querido amigo e companheiro Governador Geraldo Alckmin e do ilustre Líder Mercadante não perde. Afinal, nessa notável unidade federada, há numerosas indústrias com uma “perna” no Amazonas. Logo, não há como se falar em perdas para São Paulo.

Dou mais exemplos: o Rio Grande do Sul do nobre Senador Pedro Simon não perde, como não perde o Nordeste, no Nordeste, o Ceará do meu fraterno companheiro Tasso Jereissatti. Indubitavelmente, a Amazônia não exerce concorrência ... com essa relevante e complexa região do País.

É o caso da Bahia, do Senador Antonio Carlos, que não perde tampouco. E é o caso do Centro-Oeste que, nem de leve, sofrerá prejuízos, se a decisão do Senado, ratificando a sabedoria da Câmara, for no sentido de adensar a produção industrial do Pólo de Manaus, possibilitando que o pólo de componentes especificamente ligado ao que lá se produz – e nada mais do que isso – se instale no lugar certo para se constituir escala, produtividade e competitividade sistêmica.

O Brasil, pois, não perde. No Brasil, perderia o Amazonas, se prevalecesse o preconceito, se, no Relatório Jucá não vier contemplada a preocupação sábia da Câmara dos Deputados.

Aí sim, haveria perdas. E de grande porte. Para o Amazonas. Para o Brasil, no seu conjunto, sem dúvida alguma.

Pólo Industrial de Manaus já não é apenas uma experiência vitoriosa. É mais do que isso. É uma grata e realidade para o desenvolvimento regional e nacional.

E o que pretende a bancada de senadores do meu estado. Claro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores que objetivamos a manutenção

de uma situação já existente: a suspensão do pagamento de Cofins/PIS/Pasep/Importação para os insumos utilizados na fabricação de produtos industriais do Pólo de Manaus.

Essa pretendida suspensão – vital para o Pólo Industrial de Manaus, erroneamente ainda chamado de Zona Franca – aplica-se, é bom que se repita, tão-somente aos insumos importados para fabricação, e em Manaus, de insumos industriais empregados na fabricação local de produtos finais. Tudo isso de conformidade com os projetos aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa.

Vejo boa vontade no Relator Jucá. Reconheço o peso das pressões sobre ele, representando a força de interesses que se esconde atrás do preconceito para, no fundo, tentar impedir que uma estratégia da periferia brasileira tenha o direito de se desenvolver industrial, tecnológica e economicamente.

Os fabricantes, estejam eles em Manaus ou em outro estado, ao calcularem o PIS/Pasep-ordinário e a Cofins ordinário, deduzirão um crédito calculado em relação aos insumos que utilizarem na fabricação desses produtos finais.

Menciono, ademais, Sr. Presidente, em defesa da tese que esposo, que a suspensão das contribuições para o PIS/Pasep/Importação e Cofins/Importação, na hipótese restritiva de que cuida o parágrafo 1º do artigo 14 do Projeto de Conversão, tão-somente:

- a) Impede que os fabricantes de insumos industriais acumulem um crédito irrecuperável de PIS/Pasep/Importação e Cofins/Importação. Isso decorre do fato de que a maior parte dos insumos industriais, no Pólo de Manaus, estará isenta do PIS/Pasep ordinário e da Cofins ordinário, na hipótese de que trata o artigo 5º da Lei nº 10.637/2002.
- b) Assegura condições semelhantes de competitividade, em relação aos insumos industriais fabricados em outras regiões do País e remetidos para processo de industrialização no Pólo Industrial de Manaus. E por quê, Sr Presidente? Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, a resposta é bem simples: porque as remessas de insumos de origem nacional para processamento industrial, em Manaus, estão isentas de PIS/Pasep ordinário e PIS-Cofins-ordinário, conforme estatui a Lei nº 288/67, em seu artigo 4º, inciso II e parágrafo 1º da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001,

e da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal na Adin nº 2.348/DF.

- c) Propicia, Sr. Presidente, o adensamento da cadeia produtiva no Pólo Industrial de Manaus, com a recepção de novos investimentos nacionais e estrangeiros, absorção e geração de tecnologia, criação de empregos e redução de gastos com importação de insumos industriais.
- d) Permite, Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras, que os fabricantes de bens finais, no Pólo de Manaus, optem pela aquisição de insumos industrializados no local em outros pontos do Brasil.

Falo, hoje, Sr. Presidente, muito mais genericamente como brasileiro do que especificamente como representante do povo amazense, ao expor ao Senado as razões contra o preconceito e a favor da Amazônia e do Brasil. Falo como brasileiro, sim, porque o Pólo Industrial de Manaus pertence ao País, é patrimônio irreversível e fundamental para o desenvolvimento da Nação que tanto amamos.

Como brasileiro, Sr^{as} e Srs. Senadores, afirmo que os incentivos fiscais – ou certos mecanismos de forma alguma deslocam para o Amazonas empreendimentos situados nas regiões mais desenvolvidas, aquelas do Centro-Sul, que são, igualmente, os principais centros de consumo. Não, Sr. Presidente! Não Sr^{as} e Srs. Senadores! Não, mil vezes não!

Quem acompanha com lucidez e integridade intelectual a economia brasileira sabe que o Pólo Industrial de Manaus não se implantou por meio de transferência de empreendimento de outros estados. Houve, isto sim, implantação originária.

Os registros históricos mostram, por exemplo, que a fabricação de telefones celulares no Brasil principiou pelo Pólo de Manaus, tendo honrado, depois, a mudança dessas empresas para estados do Sul-Sudeste, por força, inclusive de fortes, de generosos incentivos fiscais federais e estaduais. Eis aí verdade indesmentível. Eis aí realidade incontestável. Eis aí fato irretorquível. Eis aí evidência que virou prova provada.

Lembro, ainda, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o primeiro microcomputador do Brasil foi montado, em escala industrial, em Manaus. A violação, por legislação ordinária, do regime assegurado pelo artigo 40 das Disposições Transitórias da Carta de 1988 é que provocou a

saída da indústria desse setor para outros pontos. Ademais, durante o longo período da chamada “reserva de mercado na informática”, nenhum fabricante estrangeiro se dispôs a fabricar em Manaus computador e outras máquinas de tratamento automático de informação, embora ali não se aplicassem as regras da chamada reserva de mercado para determinados bens e dos incentivos regionais, entre os quais o de isenção do Imposto de Renda.

Falam em renúncia fiscal. Pois bem! O Amazonas, sozinho, recolhe 58% dos tributos federais de toda a região Norte.

Falam em renúncia fiscal. Pois sim! O Pólo Industrial de Manaus garante a intangibilidade da cobertura florestal do Amazonas. Sustenta a Bandeira Nacional, financiando o interior do estado. Gera mais de 300 mil empregos diretos e indiretos. Representa 95% da economia do meu estado.

Falam em renúncia fiscal, diante de um Pólo que exportará U\$1.4 bilhão em 2004 e equilibrou sua balança comercial entre 2005 e 2006.

Falam em renúncia fiscal como se esta tivesse sido inventada no Brasil e para o Amazonas. Como se não existisse a guerra fiscal fratricida do jogo de soma zero, arruinando as perspectivas nacionais como um todo.

No Pólo de Manaus, hoje, agrega-se tanto valor industrial quanto no melhor de São Paulo.

O preconceito nos humilha, a nós amazônidas, e prejudica o Brasil.

Conto com a percuciência da Casa, no sentido de votar com o País, com a Amazônia e contra as falácias e os preconceitos que são, na verdade, biombos de interesses contrariados.

Confio no Senado, porque confio no futuro do meu povo e do meu País.

Era o que tinha a dizer.

Sessão do Senado no dia 12 de agosto de 2004.

Homenagem à Rede Amazônica de TV

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Heráclito Fortes acaba de me dar mais uma evidência de que eu estava equivocado quando imaginava que tanta coisa equivocada neste Governo, do ponto de vista ético, seria mais ou menos como os frutos podres de uma árvore boa. Eu estou começando a achar de que são frutos normais de uma árvore enferma, de uma árvore apodrecida.

Antes de mais nada, Sr. Presidente, encaminho à Mesa requerimento homenageando a Rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo transcurso do seu 32º aniversário de criação, uma homenagem sobretudo ao seu principal acionista, o jornalista Phelippe Daou, que chegou ao merecimento de ser concessionário da TV Globo no Amazonas precisamente porque, em sua emissora anterior, desenvolveu trabalho efetivamente desbravador, pioneiro, instalando a antiga emissora em praticamente todos os municípios do estado. Portanto, quando dos entendimentos do seu grupo com a TV Globo, ficou mais fácil e conveniente para ambas as partes aproveitar aquela estrutura, fruto do pioneirismo e da capacidade desbravadora de um notável jornalista do meu estado, que se destaca pela isenção, pela sobriedade pessoal e pela seriedade profissional.

Portanto, rendo aqui a minha homenagem tanto ao jornalista Phelippe Daou quanto à Rede Amazônica de Televisão, que hoje é retransmitida em canal aberto em Brasília, e, com o seu Amazon Sat, encanta o Brasil inteiro, a todos aqueles que ligam o cardápio de certas tevês a cabo, com as paisagens, com os costumes e com a beleza da cultura da minha região. É uma obrigação parlamentar registrar o valor de quem tem valor e serviço prestado a mostrar ao Amazonas e ao País.

Da mesma maneira, cobro agilidade do Governo – um Governo com tantos cassados, com tantos anistiados – para o cumprimento do que estabelece a Lei nº 10.557, de 2002, a Lei da Anistia. Até o momento, apenas setecentos brasileiros foram anistiados e existem, ademais, apenas de militares, cerca de três mil julgados.

Sr. Presidente, eu hoje vim falar mesmo do Ministro José Dirceu. S. Ex^a acaba de afirmar, pelos canais on line da imprensa; acaba de se pronunciar, mais uma vez, de maneira injuriosa em relação à Oposição brasileira, referindo-se especificamente ao PSDB, para dizer que o partido não tem moral para discutir se se pode ou não, se se deve ou não, usar, nas futuras parcerias público-privadas, dinheiro do BNDES ou de fundo de pensão. Aliás, o PT entende fundo de pensão como ninguém, e não pelo lado bom. Essa é a impressão que me assalta. Estou falando aqui “assalta” sem nenhum trocadilho. Que o PSDB teria levado à falência o BNDES. O ministro é grosseiro, incompetente, inábil e, cada vez mais, fica distante da perspectiva de ser um interlocutor à altura deste Senado e do Congresso. Ele não é interlocutor para o PSDB. O PSDB não dialogará com ele sobre assunto algum, enquanto não explicar, por exemplo, para valer, o seu envolvimento, ou não, com o caso Waldomiro Diniz. É tudo que ele quer esquecer e é tudo que não vamos deixar que se esqueça neste País. Mas o Ministro José Dirceu não pense que é interlocutor à nossa altura. Vamos até definir quais são os nossos interlocutores. Quando for matéria econômica, e as PPP o são, o Ministro Palocci, com clareza; parlamentarmente, o Líder Aloizio Mercadante. Precisamos discutir com o Ministro José Dirceu o quê? Quem é ele para falar em moral, alguém que se arrastou por essas paredes como alma penada, com medo de perder aquele cargo que supostamente lhe dá tanto poder? Parecia um bezerro desmamado, com olhar triste, olhar perdido no espaço. Falar em moral? Falar em moral coisa alguma!

Temos de dizer ao Ministro José Dirceu que é melhor ele sair disso porque ele só complica a relação do Governo com o Senado. O Senado é altivo mesmo, e não adianta ficar pensando em cooptação, pois aqui não tem como cooptar ninguém e não adianta pensar em adestrar o Senado, porque o Senado não é animal irracional para ser adestrado. O Senado é altivo e vai se portar com altivez até o final do seu processo político. Sempre foi assim e vai ser assim nesta quadra histórica em que vivemos.

Falamos às claras, e o ministro nos dá a oportunidade de dizer da condenação que fazemos aos seus métodos e, ao mesmo tempo, do nenhum temor que esse seu aspecto de Beria do Governo Lula, de “dirigente de KGB” do Governo Lula, a nós não intimida em nada. Li, em O Globo de sábado, na coluna do jornalista Jorge Moreno, que o Ministro José Dirceu teria um verdadeiro tiro para dar no peito do Senador Tarso Jereissati e que ele não iria dar esse tiro antes de consultar o Presidente da República. O Sr. Ministro José Dirceu deveria dar um tiro naquela brutal corrupção que se praticou à sombra do Partido dos Trabalhadores em Santo André; deveria dar um tiro nessa brutal corrupção que se praticou, antes e depois do Governo Lula, à sombra do Sr. Waldomiro Diniz, envolvendo bicheiros e tudo aquilo que as revistas e as televisões denunciaram à farta.

Como Líder do PSDB, digo que o Senador Tasso Jereissati não tem medo de nenhum tiro que seja dado pelo Sr. José Dirceu. Estamos aqui, prontos e impávidos; estamos no nosso posto, aguardando quaisquer retaliações, quaisquer enfrentamentos que se façam necessários, porque esse é o nosso dever e o nosso papel. Assim é que será.

Para nós, ele tem muito pouco valor hoje como ministro. Ministro de quê? Ministro que não explica uma questão ética como essa? Ministro que tem medo de ser investigado numa comissão parlamentar de inquérito como essa que, por todos os meios – sei lá que meios –, eles impediram? A CPI proposta pelo Senador Magno Malta e, depois, a CPI proposta pelo Senador Antero Paes de Barros, todas, no fim, queriam investigar Waldomiro Diniz e a relação profunda entre o Sr. Waldomiro Diniz e o Sr. José Dirceu, para sermos bem claros.

Tentarei traçar um retrato psicológico do Sr. José Dirceu: ele pensa que é Stalin e deve estar louco para matar algum Trotsky. O Sr. José Dirceu é homem de muita desfaçatez. Agora, resolveu fingir que tomava uma atitude moral e que processava o irmão do Sr. Celso Daniel. Então, as notícias dos jornais informam: “José Dirceu toma uma atitude e está processando o sr. não-sei-quê Daniel, irmão do Prefeito assassinado, Celso Daniel”. Eu me pus a pensar: o que ele está fazendo? Processando o irmão do Celso Daniel? Por quê? O que esse rapaz disse dele? Logo, esse é um processo que não tem cabimento no tempo nem no espaço. Por quê? O que disse o irmão do Celso Daniel? Ele disse que o Sr. Gilberto Carvalho, secretário

particular do Presidente Lula, pegaria dinheiro da corrupção de Santo André e repassaria, segundo Gilberto de Carvalho dizia – isso quem diz é o irmão do Celso Daniel –, para o Ministro José Dirceu. Ele não disse nunca que deu dinheiro nas mãos do Sr. José Dirceu; disse que deu nas mãos do Sr. Gilberto Carvalho.

Ora, se aquele que não foi acusado se defende, propondo uma ação, é normal que a Justiça diga que aquela ação é inepta, e até parece que ele tomou uma atitude... Estamos aguardando que o Sr. Gilberto Carvalho processe o irmão do Sr. Celso Daniel. Ele, sim, foi acusado de ter sido o emissário da corrupção, supostamente para levar o dinheiro ao Sr. José Dirceu. O resto é conversa fiada, é conversa para boi dormir. Estamos aqui entendendo que os novos tempos devem fazer mal a uma figura acostumada a essa coisa de toupeira, que gosta de ficar embaixo da terra. Nós, não. Queremos a luz do sol, o confronto às claras e sem nada que possa impedir o exercício livre de mandato de parlamentares que nasceram para ser livres e que não se deixarão toldar por quem se imagine capaz, por exemplo, de cercear a liberdade de imprensa ou a produção intelectual com seus projetos palacianos.

A cada dia, a cada momento, surge um gesto do Governo na direção do autoritarismo, e todos eles passam pela chancela da Casa Civil desse Sr. José Dirceu. Ele não é interlocutor para discutir economia. Ele não entende nada de economia. Vou perder o meu tempo estudando economia para discutir com o Sr. José Dirceu?! Era como se eu não tivesse nada a fazer, e eu sou um senador muito ocupado, líder de um partido importante deste País. Então, ele tire o cavalo da chuva, porque não discutirá conosco esse projeto. O que tenho para discutir com ele é Waldomiro Diniz. Se ele quiser discutir esse assunto conosco, estamos aqui prontos para discutir com ele. Waldomiro Diniz é um assunto que ele entende e sobre o qual ele deve dar explicações.

Concedo o aparte ao Líder Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Senador Arthur Virgílio, sua palavra tem a eloquência e a lucidez absolutamente tradicionais no mandato parlamentar e na Liderança de V. Ex^a. O Ministro José Dirceu está, pelo menos, profundamente equivocado quando trata da questão do BNDES no que se refere às PPP, como de resto aos fundos de pensão. O PSDB tem sustentado, de maneira consistente,

que uma modalidade como as chamadas PPP – desde que se reduzam à mobilização de uma única fonte de financiamento, o BNDES, surgindo no papel de investidores privados, de maneira freqüente, fundos de pensão – rigorosamente servirá para transferir recursos públicos para projetos privados. Não há, nesse contexto, a devida participação do capital privado. O projeto das PPP ganhará confiabilidade na medida em que outros atores aparecerem, atores que não tenham a clara liderança estatal ou do Partido dos Trabalhadores. Instituições multilaterais, por exemplo, não se manifestaram até agora. Empresários estratégicos – e, apesar de não serem tantos, há no Brasil empresários que têm uma cultura, uma dimensão de investimentos para médio e longo prazos – também não se pronunciaram. Há um claro interesse das empresas de construção – nada de mau nisso –, mas o fato concreto é que empresas de construção estão interessadas em construção e não em projetos de longo prazo. Interessam-se na medida em que os projetos geram contratações e obras. Se não desenvolvermos no Senado uma legislação competente para criar fundamentos, participação de empresários privados, de empresários internacionais e de agências de financiamento de vários tipos, que possam financiar programas dessa modalidade, não produziremos a mobilização de que o País necessita. O que está proposto no texto é uma rigorosa, total e completa irresponsabilidade. A forma como o projeto foi apresentado e saiu da Câmara não protege a responsabilidade fiscal ou o interesse público e, seguramente, não garante investimentos estratégicos. A área do Ministro não é essa, mas outra, como V. Ex^a chama a atenção.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A dele é a da fofoca.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – E não precisaria sair por aí agredindo um partido que, até agora, tem afirmado a existência de grandes erros nas PPP e que a discussão não começou. Não é possível discutir o assunto olhando para o relógio, porque se trata de matéria central, estruturante, complexa. Muitas pessoas precisam ser ouvidas, e poucos estão contribuindo. Essa é a posição da lucidez que o ministro não conhece. Com o brilho e a contundência que caracterizam seu mandato e sua afirmação de líder, que todos reconhecemos, V. Ex^a deixa muito claro o repúdio, com todo o nosso apoio, a uma manifestação do Ministro José Dirceu, no mínimo, injusta com o PSDB.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ilustre Líder Sérgio Guerra, V. Ex^a, que é um estudioso das PPP, mostra exatamente a nossa preocupação com relação ao tema. É isso mesmo. Não queremos dinheiro público transferido para o setor privado. Queremos investimento privado para valer. Será preciso mexer no texto. O texto, como está, leva-me a repetir praticamente o que o Senador Tasso Jereissati disse da tribuna e que causou tanta celeuma: que isso serve para três ou quatro empreiteiros ganharem dinheiro e encherem seus cofres, e que não custa nada, em retribuição, encherem os cofres do partido do Sr. Delúbio. Estou repetindo aqui. Foi isso o que o Senador Tasso Jereissati disse: que gerava perspectiva de negociatas para o Sr. Delúbio deitar e rolar.

Se é isso, estou dizendo de novo e posso cismar de dizer o mesmo todos os dias do meu mandato. Digo até o final do meu mandato e quero ver se alguém vai me impedir de dizer exatamente o que quero em algum momento da minha vida, enquanto eu tiver lucidez e força de afirmar.

Vamos colocar outros pingos nos is. As PPP nunca estiveram para ser votadas. Há seiscentas e tantas matérias, segundo li no Jornal do Brasil, na pauta do Senado. A primeira é a Lei de Informática, que tem um grave problema, aliás atingindo a economia da minha região, mais especificamente o Pólo Industrial de Manaus. Portanto, dispus-me a votar essa matéria antes e estou disposto a fazer o mesmo quando chegar o dia 14. Estou aqui para representar o Estado do Amazonas e farei o meu papel, dê no que der e doa a quem doer.

Há ainda a longa e difícil matéria, que é a conclusão da reforma do Judiciário. O Governo está perdido entre a racionalidade de uns e preconceitos religiosos de toda a sorte de outros em relação a transgênicos e células-tronco. Portanto, não se trata de a Oposição opor obstáculos à votação de uma matéria relevantíssima como a da biossegurança. O Governo é que não tem tido coesão para votá-la.

O Governo, que não poderia votar essas PPP, Parcerias Público-Privadas, fez uma campanha que considero difamatória, uma campanha de Goebbels, uma campanha hitlerista, repetindo uma mentira até que ela virasse verdade, ou seja, que a Oposição estaria dificultando a votação dessa matéria – e nunca foi assim. A matéria está parada na Comissão de Assuntos Econômicos, e a Oposição vem buscando fazer audiências públicas para agilizar a sua compre-

ensão econômica; depois, irá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, para o Plenário, um belo dia. E eles dizendo que o futuro do crescimento do País depende da compreensão das Oposições, o que não estaria ocorrendo!

Está faltando um pouco mais de vergonha por parte de pessoas como o Sr. José Dirceu, que não deveria descer a esse nível, antes deveria ter respeito, até para ser respeitado. Toda vez que disser um, vai levar dez meus; se jogar dez, vai levar 110. Não há hipótese de alguém silenciar a oposição que aqui representamos – o Senador José Agripino, eu ou o Senador Jefferson Péres. E não há hipótese de alguém imaginar que vai intimidar qualquer senador do PSDB, sendo eu Líder do PSDB ou não. Ninguém intimida senador algum do PSDB, sob a minha liderança, porque esse é um fato, e o Sr. José Dirceu vai aprender, com mais amargura ainda, que algumas pessoas nasceram para desobedecer, nasceram para falar, nasceram para pensar livremente. Não nasceram para o abastardamento nem para a curvatura de espinha!

Vamos analisar um pouco, então, a economia. O Governo está renovando, Senador Heráclito Fortes, o seu estoque de promessas. O crescimento que se estima este ano até 5% poderá ser, na verdade, um complicador para o Governo. É muito fácil crescer bastante na comparação com menos 0,2%. Depois, não sei, no ano de 2005, quanto vai dar para crescer em relação à outra base de comparação, que será de 5%.

Coloco uma interrogação muito grave, muito grande, para 2006. Temos de aumentar a formação bruta de capital fixo, a chamada taxa de investimentos com proporção do PIB. Estamos longe dos 22%, 23% da época áurea do real. Precisariamos de 28% como taxa ideal para sustentar um crescimento de 5,5% ao ano, por exemplo. E sabemos que o Brasil não agüenta três anos de crescimento a 5% com inflação constante. Então, aí estão os juros, que já estão para serem aumentados, segundo o alerta que fez o Copom. O Brasil possui hoje um teto de 3% para crescimento com inflação constante. Não pode crescer mais do que 3%, nas condições que lhe são dadas, com inflação constante. Portanto, qualquer coisa acima disso provoca o corre-corre dos juros. Esse é um fato que tem de ser deslindado por quem formula a economia com inteligência e lucidez. E há pessoas do calibre de um Pêrsio Arida, por exemplo, estudando a matéria.

Temos, sim, que, em algum momento, aprovar o projeto das parcerias público-privadas. Antes disso, e até para valer a pena, temos de estabelecer marcos regulatórios claros que estimulem e dêem segurança, a fim de que o investidor possa – e já concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes – com regras fixas, aqui colocar seu capital financeiro. Do contrário, as PPP podem transformar-se em letra morta, uma brincadeira entre três ou quatro empreiteiras, um fôlego de curto prazo para o Governo, e podem virar letra morta do ponto de vista do efetivo investimento na infra-estrutura brasileira.

Existem outros dados. Eles tentam traçar – e percebemos que é algo visivelmente estelionatário, do ponto de vista eleitoral – um quadro de euforia, gerando notícias que não correspondem à realidade das pessoas. Parece até que o Brasil descobriu o mapa da mina e que agora vai crescer 5% todos os anos durante vinte anos, e que isso significaria uma grande redenção. Mas não. O Brasil e os governantes sabem que não é assim, se estão tentando vencer alguma eleição com isso. V. Ex^a mesmo é um exemplo – está na frente tão largamente em seu estado – e sabe que não é assim. Precisamos mostrar alguns alertas. Já disse que o Brasil não agüenta crescer por três anos a 5% sem a inflação subir e sem necessidade de se mexer em taxas de juros outra vez – já disse isso, e o Governo sabe que é assim.

Já dissemos que o Governo não sabe compor políticas microeconômicas que criem ambiente favorável ao investimento de longo prazo neste País, já que vimos que o Governo sofre de inércia administrativa e não faz com que o crescimento econômico seja, pela administração, auxiliado, ajudado.

Sob este Governo observamos um crescimento em torno de 5% este ano. Menos 0,2%, dá 4,8% e, na média, ficará, em dois anos, em 2,4%. Essa média histórica tem sido observada nos últimos 20 anos. Se nada for feito no ano que vem, cresce, por inércia, pelo menos 2%. Se fizer alguma coisa, cresce 3%, 3,5%. Se fizer mais do isso, terá problema de inflação – já estão aí os juros para desestimular. A expectativa é a de que, os juros não caindo, tenha-se uma queda na atividade econômica, que de fato está a maior agora.

Sr. Presidente, para 2006 abro uma senhora interrogação. O Governo não experimentou uma crise internacional ainda, o outro experimentou oito. Essa crise do petróleo ainda não o atingiu,

porque o Brasil é auto-suficiente em petróleo graças, praticamente, à herança maldita que o Presidente Fernando Henrique deixou para este Governo, repito, auto-suficiência em petróleo. É preciso que essa gente comece a ter caráter para admitir coisas boas que foram feitas no passado. No entanto, os clientes do Brasil, os que compram e vendem para o Brasil, não são auto-suficientes em petróleo. Então, a crise do petróleo, a perdurar, terá reflexos, sim, nos níveis futuros de desenvolvimento deste País – e muitas decepções... Além disso, não tenho dúvida alguma de que subirão os juros de maneira significativa nos Estados Unidos, ganhe em nome da paz o Sr. Kerry ou se reeleja – para mim isso seria lamentável – o Sr. Bush. Elegendo-se qualquer um dos dois, será alterada a taxa de juros básica dos Estados Unidos, e isso terá consequências sobre a economia brasileira sim.

O Sr. Heráclito Fortes (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Heráclito Fortes (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, enquanto V. Ex^a fazia o seu pronunciamento, eu conversava aqui com o Senador Sérgio Guerra, lembrando inclusive minhas passagens por Pernambuco, onde aprendi com o poeta pernambucano já falecido Carlos Penna Filho o seguinte: não tenha a pressa que aniquila o verso nem beba a água que não saia da fonte. A questão das PPP é exatamente essa. O Governo quer que tenhamos pressa em decidir sobre a questão sem conhecê-la profundamente. Existem alguns aspectos que me deixam em dúvida com relação à PPP. Há um grupo de empresários batendo nos gabinetes dos senadores na tentativa de nos induzir a aderir a essa PPP – acho, inclusive, indevidas essas visitas. Dentro desse grupo, estão exatamente os que estão prometendo a reforma do Palácio da Alvorada. Seja de quanto for essa reforma, é no mínimo esquisito e um precedente a presença desses empresários aqui. É muito grande o número de empreiteiras batendo nos gabinetes para pedir a aprovação da PPP antes mesmo de uma discussão mais profunda. Acho que o Senador Tasso Jereissati está coberto de razões. Esse é um assunto louvável, mas não para ser aprovado a toque de caixa, como se está querendo. Aliás, de repente, este Governo ficou fascinado pelas grandes obras. A esse

propósito, menciono uma defesa que a Senadora Ideli Salvatti fez aqui, defesa que achei muito interessante. Ela disse: “Não, vamos tocar apenas aquelas obras que foram aprovadas no PPA”. Quais são? Por quê? Quais são as prioridades? Senador Arthur Virgílio, o Governo anuncia agora, finalmente, a transposição do rio São Francisco. Os Governos passados tiveram vontade, mas não tiveram coragem. Enquanto isso, há, pelo menos no Nordeste, mais de 500 pequenas obras – conversava sobre isso com o Senador Sérgio Guerra – que são urgentes e que estão paralisadas – são pequenas estradas em áreas de produção, pequenas pontes. Agora mesmo o Estado do Maranhão enfrenta o problema de uma ponte que ficou interditada comprometendo todo o escoamento da região. Temos, no Piauí, o boom da soja – acabei de falar sobre isso. Deixei, no final do Governo – V. Ex^a até me acompanhou e me ajudou nisso, eu como líder e V. Ex^a como ministro – , liberação para três pontes fundamentais para o escoamento do plantio da soja. Esse dinheiro entrou pelo ralo. O estado está parado. Aí vêm com essa questão das PPP exatamente para acabar com o direito democrático das emendas de bancada – as emendas de bancada estão todas engavetadas. Sei que a PPP poderá conviver sem prejuízo para as emendas de bancada, mas qual é a confiança que temos num Governo que não cumpre exatamente aquilo que está na Constituição, que está na lei? Por tudo isso, essa questão da PPP, até o momento, não me convenceu. No momento em que esse projeto vier para cá e for discutido de maneira madura, nós iremos votá-lo. Isso não será feito, porém, com a pressa que alguns querem, até porque não vamos, num assunto como esse, dar um tiro no escuro. A aprovação da PPP é fundamental para o Brasil, mas ela deve ser feita do jeito que o Brasil precisa e não do jeito que alguns querem. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Encerro, Sr. Presidente, dizendo algo bem simples: este Governo é inepto mesmo.

O Ministro Palocci contingência 85% do dinheiro da reforma agrária – reclama e pula por causa disso – e depois não consegue gastar os 15% que sobraram. Esta é a tônica deste Governo: tanto faz contingenciar ou não, porque os ministros contingenciam as verbas com a sua incompetência. Incompetência também contingencia verbas, isso é um fato. E, em matéria de incompetência, este Governo é tão bom quanto o Delúbio em matéria de arrecadação, são coisas semelhantes.

Digo, Sr. Presidente, duas coisas. A primeira é que as PPP, como estão escritas, são exatamente o que escreveu hoje o jornalista Elio Gaspari – PPP: Participação da Patuléia no Prejuízo. É isto que queremos evitar: que o povo perca, para que meia dúzia de empreiteiras ganhe e para que o futuro não se anuncie como algo promissor.

Direi algo em relação ao Ministro José Dirceu e suas bravatas. Aliás, direi de maneira bem clara: ele gosta de sombra, eu não gosto; ele gosta de coisa escondida, eu não gosto; ele pensa que é da KGB, eu estou mais para vítima da KGB do que para policial político. Ele está desafiado a lançar o tal tiro no peito do Senador Tasso Jereissati, como está desafiado a conseguir intimidar qualquer senador da bancada do PSDB ou da bancada da Oposição. Está desafiado. Ele pode usar todos os seus estratagemas que nós os enfrentaremos com apenas um, que, aliás, não é estratagema: é dizer de pronto que ele nos terá a enfrentá-lo porque seus métodos não nos convencem, não nos comovem, não servem ao País, não levam à democracia, à transparência, não servem para que tenhamos um País melhor, mais justo e digno. Essa história de notinha em jornal aqui ou acolá não nos assusta. Muito nos assustaria se tivéssemos um Parlamento agachado diante do poder que aí está, mas isso não está acontecendo. No Senado, temos muita segurança e sabemos que, na Câmara, a dificuldade é numérica, porque a bancada de oposição é muito valerosa. No Senado, temos uma clara definição: passa o que for bom para o País; o que não for bom, não passa, não adianta.

Hoje ouvi falar de uma suprema loucura: que o Governo editaria uma medida provisória sobre as PPP. Vou pedir da tribuna uma junta médica para examinar o Presidente se isso acontecer, porque não acredito que o Presidente não perceba a dificuldade que enfrentará neste plenário para empurrar um projeto ilegítimo. É tão mais fácil tornar o projeto legítimo para que nós, em algum momento, o votemos, como, por exemplo, votamos a Lei de Falências! Foi praticamente unânime a Casa na aprovação da Lei de Falências do Governo.

Se Sua Excelência pensa que vai colocar o Senado de joelhos, está muito enganado, terá surpresas desagradáveis em cima de surpresas desagradáveis. Medida provisória é assim: se ela não é boa, nós a recusamos, como já fizemos aqui mais de uma vez e como faremos mais de um milhão de vezes se um milhão de oportunidades revelarem equívoco e/ou má-fé. O Governo precisa aprender

as regras do jogo: é Executivo de um lado; de outro, o Legislativo independente – zelamos aqui pela independência do Legislativo – e, ainda, Judiciário respeitado e independente, para que se tenham poderes interdependentes entre si, garantidores dos direitos dos cidadãos. Nada de permitir a hipertrofia palaciana por cima do direito do povo que representamos. O que eles querem talvez seja isso. E por isso fingem que discutem e não discutem conosco. Então, encerro com Elio Gaspari: “A PPP transforma-se em Participação da Patuléia no Prejuízo”.

Ou seja, Elio Gaspari tem razão. Eles querem causar prejuízos ao povo brasileiro. E estamos aqui para evitar.

Muito obrigado.

O Governo perde densidade e credibilidade

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é preciso que alguém traga a lembrança da coerência e a palavra da serenidade nesta hora. De um lado, temos a opinião pública sedenta de que se vá fundo nesta investigação e, de outro, um Governo que perde densidade e credibilidade porque, a cada instante, insiste em fingir que não é um governo, mas um avestruz, até na forma com que se refere ao Waldomiro. Fala-se naquele homem, naquele cidadão, naquela pessoa, naquele isso, naquele aquilo.

Já começam as especulações sobre outros homens da confiança do Palácio envolvidos em supostas irregularidades. Não sei onde irão encontrar tantos sinônimos para aquele homem, aquele sujeito, aquela pessoa, aquele indivíduo em relação a seu fulano, seu beltrano e seu sicrano que já começam a freqüentar as páginas dos jornais.

Sr. Presidente, não houve até agora nenhuma explicação efetiva do Governo para essa denúncia escabrosa.

Mais ainda: fato novo há, sim: a ligação de Waldomiro com a GTech, com Carlos Cachoeira e com o Palácio do Planalto; a ligação após a posse do Presidente Lula – essa está provada – merece ser investigada. O PT jamais permitiria de não fosse investigada no passado. Agora, todos nós temos que imaginar que deva ser esse o comportamento – eu não disse que o PT era sereno – sereno e equilibrado, a ponto de investigar para valer este caso até o final. Não estou aqui pedindo cabeça de quem quer que seja. Sugeri, há semanas, que fosse melhor, talvez, para o Ministro José Dirceu se afastar à maneira de Hargreaves enquanto durasse a investigação. Não peço a cabeça de ninguém. Não estou prejudgando. Peço à CPI que investigue a fundo quem tem e quem não tem culpa nesse

cartório. Todos os disparates foram cometidos pelas figuras que supostamente deveriam ter responsabilidade neste Governo. Já nos ameaçaram. E desta tribuna digo: investiguem o que quiserem do passado e, mais ainda, do Dr. Paulo Bretas, da Caixa Econômica, para quem há irregularidades na GTech no Governo Fernando Henrique. Muito bem! Vamos investigar Waldomiro e vamos investigar o Governo Fernando Henrique no episódio GTech.

Sr. Presidente, o que me anima a vir a esta tribuna hoje é fazer uma proposta clara e sóbria, para um Governo que está pouco claro e que tem sido pouco sóbrio no seu caminhar. O Governo certamente não teme os resultados da investigação; ele teme que a economia entre em alvoroço, o aumento do Risco Brasil, Senador Agripino Maia; o Governo teme o recrudescimento das dificuldades brasileiras. Pois, neste momento, falando em nome do PSDB, falando em nome da minha bancada de senadores, faço uma proposta, que nem de leve é um desafio. É uma proposta, em nome do Brasil, para que instalemos a CPI, após uma reunião de líderes, que pode ser onde desejarem as lideranças do Governo, para assumirmos algum compromisso: a CPI vai fundo, investiga quem tiver de investigar, indica a punição para quem merecer, e nós nos comprometemos a votar, sem obstaculizar, todas as matérias disso que o Governo chama de agenda positiva. A Lei de Falências, que não foi votada antes por causa do PT, será votada agora. Votamos a regulação do setor elétrico, corrigindo os disparates da lavra da ministra, votamos a Lei de Biossegurança e o que mais queiram e que possa fazer parte de uma agenda positiva. Ou seja, a CPI funcionaria, como funciona a do Banestado, no seu lugar e na sua hora, e nós, aqui, iríamos manter o nosso papel de legisladores. Não iríamos deixar cair a expectativa sobre a economia brasileira, não iríamos comprometer, de forma alguma, o que possa ser o desempenho de uma economia, até porque não há necessidade de se atrapalhar um Governo que deixou de fabricar 2% de crescimento positivo pela sua indecisão ao baixar juros e pela sua fraqueza na hora de fazê-lo. O Brasil teve um crescimento negativo de 2%. Seria impatriótico complicarmos ainda mais este quadro.

O Governo não teme, o Ministro José Dirceu não teme, o Presidente Lula não teme, ninguém teme. Imagino que, a esta altura, a única pessoa a temer seja o Sr. Waldomiro, e espero que só ele mesmo.

Aqui está, portanto, Sr. Presidente, uma proposta, não um desafio. Instalamos a CPI, o Governo sai dessa posição constrangedora de recuo, dessa posição constrangedora que o leva a ficar muito mal perante sua própria história e perante a opinião pública, e assumimos o compromisso solene, perante a Nação, de votar todas as matérias da agenda positiva. Portanto, imagino que, após a resposta do Governo, que não haverá de ser o silêncio que pareça prepotente ou que pareça covarde, mas, sim, com certeza, dizendo que, se é assim, o Governo autoriza seus senadores a assinarem a CPI, faremos a investigação e mostraremos que esta democracia é sólida e forte o bastante para que não haja perspectiva de se atrapalhar a economia porque se está querendo pegar ladrão pela gola, um dos papéis de quem tem decência na vida pública. Ladrão solto atrapalha o desempenho da economia brasileira, Sr. Presidente.

Não é desafio, mas um apelo, que está lançado para os homens de honra de um Governo que, tenho certeza, não vai cair na desmoralização da omissão, porque, ao contrário, vai saber se reerguer na altivez de quem reage, na altivez de quem tem amor-próprio, na altivez de quem tem respeito por si mesmo, na altivez de quem não é omissor, na altivez de quem não vira as costas para o clamor da Nação. Oitenta e um por cento dos brasileiros querem a CPI, e eu diria que cem por cento dos brasileiros querem o êxito do Governo Lula, que ele dê certo, mas que o preço para se tocar a economia para frente não seja o falso pretexto de se abafar a indignação de nosso povo contra a imoralidade que se perpetrou às barbas do Presidente no quarto andar do Palácio do Planalto.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Delúbio, uma figura nebulosa

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, sobre a questão dos PPP, começo citando o Senador Tasso Jereissati, que tem feito estudos abalizados sobre o tema e o tem encaminhado à discussão da nossa bancada de maneira a se preservar o interesse nacional. Voltando, de maneira muito serena, à questão de caixa de campanha: o Sr. Fernando Collor, ele próprio, é quem fez a comparação entre os tesoueiros PC e Delúbio. Isto está registrado em matéria assinada pela jornalista Eliana Cantanhêde, na Folha de S.Paulo de hoje. Não quero avançar por esse setor. Mas apenas dizer que, para mim, o Sr. Delúbio passa a ser uma figura nebulosa, sim, haja vista o episódio de conversar com empreiteiros no Palácio do Planalto, infringindo o código de ética daquele Palácio; haja vista o episódio dos R\$70 mil junto ao Banco do Brasil a pedido dele. O Sr. Casseb e ele fizeram com que R\$70 mil se destinassem aos cofres do Partido dos Trabalhadores, no episódio da dupla sertaneja, que a meu ver foi iludida e prejudicada em sua imagem em todo esse episódio.

O Sr. Delúbio começa a dizer coisas do tipo que: “É melhor apanhar no Governo do que não apanhar fora do Governo”. Ou seja, está achando uma delícia ser Governo. Fui Governo e não achava uma delícia, não. Meu maior alívio foi quando larguei a Secretaria-Geral da Presidência da República. O Presidente Fernando Henrique perguntou-me se eu estava feliz largando o Governo. Respondi: “Presidente, não estou largando V. Ex^a. Vou voltar para sua liderança no Congresso. Agora, feliz estou. Hoje – lembrei ao Presidente – andei pelas ruas, vi um casal de namorados brigando, percebi o movimento dos pássaros. Senti que, pela primeira vez, estava sem duzentos telefonemas de todo mundo me pedindo coisa que não podia conceder. Estou aliviado, sim”. E estava mesmo. Ou seja, considero enfermo

quem porventura acredita que o poder faz a felicidade de alguém. Não faz. Passa-se pelo poder com o objetivo de servir ao País e não se acha uma delícia, quando se tem boa-fé com o País, não se acha uma delícia a permanência prolongada no poder.

Creio que cada vez mais o Sr. Delúbio deveria ser considerado fonte de preocupação dos petistas de boa-fé, como o Senador Aloizio Mercadante. Cada vez mais, deveria ser preocupação para essas pessoas, porque as suspeitas começam a se avolumar, as declarações sobre ele são nebulosas, as movimentações são terríveis.

Quero recordar, antes de encerrar, mais um fato. Aquele chamamento de empresários para contribuírem para o caixa do PT. A pergunta que faço é muito singela: por que ele não fez isso quando o PT não era poder? Então, faz o apelo, é atendido quando o PT está no poder! Ou seja, é no mínimo esquisito que, de repente, os empresários mudem de idéia. Tinham horror a contribuir para o PT e, de repente, passam a ter prazer e amor em contribuir para o PT. Tudo isso traz à tona uma figura chamada “o senhor” – não vendem mais estrelas, não vendem mais bingó de frango recheado com farofa, como faziam há pouco tempo, em épocas mais duras, mais penosas para o PT. Não quero comparar, de jeito algum, o Presidente Lula, que respeito pessoalmente, ao Presidente Fernando Collor. Apenas digo que não é inválido o depoimento que o Sr. Collor deu à Folha, não. Não quero banir a sua opinião. Lembro apenas que o Sr. Newton Cruz foi acusado de assassinato do jornalista Alexandre Von Baumgarten pelo bailarino Polila, um travesti do submundo. E só podia ser o Polila, para estar ali, só podia ser o Polila. Não haveria de ser a Madre Teresa de Calcutá, ela não estaria nunca naquela zona de baixo meretrício a testemunhar crime, até porque ela estava, nessa hora, dormindo para começar a rezar no dia seguinte. É mais ou menos esse o esquema, Sr. Presidente.

Encerro, dizendo que não comparo Lula a Collor, não quero que isso seja mal interpretado. Entendo que o Presidente Lula tem mais é que corrigir os defeitos do seu Governo e abrir o olho em relação às andanças e à desenvoltura para dentro do Governo do tesoureiro do seu partido.

Governo segue errando e mentindo

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acompanhei o cerne do pronunciamento do nobre Líder Aloizio Mercadante, muito na linha do discurso do Dr. Pangloss, analisando a realidade brasileira sob uma ótica exageradamente otimista. Tenho a impressão de que se deve lutar para realizar coisas boas no País, mas evitando o “panglossianismo”, que beira a ingenuidade, e, em matéria de política e de gestão da coisa pública, beira a insensatez.

Contarei às Sr^{as} e aos Srs. Senadores um episódio do Governo passado. É muito bom a democracia brasileira se consolidar, porque são experiências que dão a quem já as viveu a possibilidade de olhar de maneira, até privilegiada, os fatos que estão a ocorrer na cena seguinte da política brasileira. Era voz corrente na equipe econômica do Presidente Fernando Henrique Cardoso – competente equipe, como o é a liderada pelo Ministro Antonio Palocci – que o Brasil cresceria não menos do que 15% entre 2000 e 2002 e que a inflação atingiria algo parecido com 13%, no máximo 14%, nos três anos acumulados. Logo, o Brasil viveria algo inédito em sua fase de República moderna: um triênio em que o crescimento do Produto Interno Bruto seria maior do que o crescimento nesse triênio da inflação acumulada.

Isso era transmitido pela equipe econômica e, em seguida, os políticos ligados ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso faziam as contas: “Com um quadro desses, não se perde eleição!”.

Enfrentamos tantas crises de fora para dentro, e o atual Governo ainda não vivenciou nenhuma. Enfrentamos tantos problemas, alguns com dados de deficiência do próprio Governo, do qual fui líder no Congresso; outros, marcados por crises que nada tinham a ver com o que pudesse, ou devesse, ou que não pudesse, nem devesse fazer

o Governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso. O fato é que as coisas não se passaram na forma prevista.

Hoje, mais do que nunca, temos a obrigação de ser sinceros para com a nossa sociedade. O Brasil não tem possibilidade de crescer 5% em três anos seguidos, sem a inflação dar o seu malfadado sinal de graça. Não é possível! O Brasil não conta com investimentos significativos a ponto de haver a alteração essencial na infra-estrutura brasileira, para permitir oferta maior de produtos, suficiente para prosseguir o esforço exportador e para fazer face a um consumo interno exigente.

Do jeito que as coisas se colocam, com a retomada que aí está e que deslumbra tanto o meu querido amigo Senador Aloizio Mercadante, mas que não passa de uma reposição cíclica comparada com a base deprimida do ano passado, que teve crescimento negativo do PIB, não temos mais do que isso até o momento.

Todavia, alguns dos principais setores industriais do País estão com cerca de 90% da sua capacidade de produção exauridas. Ou seja, precisamos urgentemente de investimentos nesse setor, sob pena de ocorrer novamente aquele impasse que já sabemos como será resolvido: rareia o produto e se utiliza o recurso da importação para baratear o preço desse produto. Isso significa diminuir o saldo da balança comercial brasileira e, em contrapartida, aumentar a taxa inflacionária levando inevitavelmente ao aumento da taxa de juros que, por sua vez, conduzirá a uma maior restrição do crédito e, portanto, a um crescimento econômico medíocre.

Darei um dado – e serei bastante ponderado: se o Brasil crescer 3,5% ou 3,7% neste ano – cresceu menos 0,2% no ano passado –, no biênio, terá crescido “um vírgula alguma coisa”. Lembre-se que “dois vírgula qualquer coisa” foi o que em média cresceu o Brasil nos últimos 20 anos. Se não me engano, cresceu 2,4% ou 2,5% durante o período do Governo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, em que houve tantas crises internacionais.

É muito pouco, é muito pouco, porque temos necessidade de fazer o País crescer de maneira sustentável a taxas acima de 4% ao ano, sob pena de sequer abrigarmos a mão-de-obra jovem que chega anualmente ao mercado de trabalho e nem de leve eliminarmos de maneira substancial os estoques antigos de desempregados.

Impõe-se, pois, o realismo. A taxa de investimento é baixa. O Brasil poderá este ano, quem sabe, beirar os 20%; e isso como

proporção do PIB é muito pouco. A economia brasileira teria de ser capaz de investir 25% a 28% do Produto Interno Bruto a cada ano. Os 18% do ano passado são ínfimos; os 20% deste ano são insuficientes; os 22% ou 23% do auge do Plano Real, no Governo Fernando Henrique Cardoso, eram insuficientes também; eram insatisfatórios.

Daí, o Governo vem com o jargão: “Geramos 800 mil empregos, no ano não sei de quê”. Sabemos que somente a demanda da mão-de-obra jovem é superior a 1,5 milhão de pessoas/ano. Ou seja, o certo seria dizer: “Amenizamos o desemprego”. Seria mais honesto não dar a impressão de que se está efetivamente enfrentando e vencendo o déficit de postos de trabalho que se contrastam com a evidente e natural sobra de mão-de-obra.

Temos problemas graves. O ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso analisava com muito realismo o quadro brasileiro. E dizia: “Teremos problemas no Governo, se não conseguirmos fazer a renda subir.” Não temos visto significativa mexida positiva na renda do trabalhador do Brasil. Isso significa que não se pode pensar em sustentar o crescimento com base na poupança interna. E a poupança externa se afugenta do Brasil na medida em que não consegue, sob o Governo Lula, espancar as dúvidas quanto aos marcos regulatórios.

Este ano, o Brasil não atinge, com certeza, os US\$10 bilhões de IED – Investimentos Estrangeiros Diretos. E o Brasil já chegou, no primeiro Governo do ex-Presidente Fernando Henrique, a US\$32 bilhões de Investimentos Estrangeiros Diretos. E, no ano que vem, não há perspectiva de ultrapassar a marca medíocre deste ano.

O País passou meses, Senadora Lúcia Vânia, recebendo algo como US\$200 milhões, valor que tem merecido do capital estrangeiro a Venezuela do coronel Hugo Chávez ou a Argentina conflagrada dos Presidentes Kirchner, Duhalde, Menem.

O Presidente se vangloria de uma política externa que, a meu ver, é irrealista: perde um tempo enorme anistiando dívidas de países muito pobres, como se garantisse algum prestígio ao Brasil, aferra-se à tese démodé de o Brasil ter assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. O Brasil deveria, ao contrário, lutar para renovar a ONU e para que qualquer país – leia-se Estados Unidos – deixe de ter poder de exercer veto no Conselho. Isso, sim, daria

peso a esse organismo multilateral. A idéia de fazer esse malabarismo todo visando chegar ao Conselho de Segurança da ONU já deveria ter sido compreendida, até pelo Governo passado, como uma tese inócua, que não representa nada, até porque, no momento atual, está em crise o multilateralismo, e quem não representa nada é a própria ONU.

O Presidente se expõe a vexames: desfila com o ditador do Gabão, o frio assassino das esperanças do seu povo; desfila, como já fez algo parecido, comunicado conjunto, com o ditador da Síria. Nisso tudo, o lado humanista e ético está sendo agredido e leva os investidores estrangeiros a pensarem com calma e com medo na perspectiva de aplicarem aqui seus capitais de maneira duradoura, futura.

O Governo brasileiro tem um ministro que acende fósforo à gasolina. É o Ministro Miguel Rossetto, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que acaba de dizer que essas ocupações de terra ilegais e essas agressões às propriedades produtivas não têm nada a ver com a estabilidade do regime e do País. S. Ex^a entende que tudo está se processando na máxima normalidade. E as notícias são de morte de sem-terra ou de com-terra, de instabilidade, de agressão diária à Constituição. A longo prazo, isso não será bom para o carro-chefe das exportações brasileiras, que é o agronegócio. A longo prazo, isso será ruim, assim como o aparelhamento do Estado, a longo prazo, será absolutamente danoso para o futuro de uma empresa como a Embrapa, que, hoje, perde muito tempo com a agricultura familiar, como se fosse esse o seu dever, esquecendo-se de que a solução para se gerarem os recursos e os empregos de que carece o País está antes no agronegócio, na agricultura competitiva, que seja capaz de gerar cada vez mais divisas no jogo exportador do País.

O Brasil tem tido muitos problemas para fazer acionar a sua máquina. O Brasil tem feito com que ela funcione de maneira lerda. Percebemos que, se é verdade que houve um esforço – um esforço muito duro, beirando o trágico – do Governo para economizar bem mais que os 4,25% a título do superávit primário de janeiro até agora, na contrapartida, temos visto que sequer aquilo que estão autorizados a gastar os ministros atuais têm sido capaz de fazê-lo. Apenas 5% do que pode ser investido foi investido. Se era pouco investimento, então há muito pouco investido no País. Investimento é sinal de crescimento econômico, de geração de emprego, de crescimento com ares de crescimento sustentável.

Esse “panglossianismo” todo lembra, de certa forma, alguns momentos do Governo passado. É muito bom passar isso com honestidade, como estou fazendo ao Governo e a seus líderes, porque a pior coisa é repetir os equívocos. É bom repetirmos acertos e aperfeiçoarmos acertos; repetir equívocos não é bom.

A reposição cíclica já deixa o Governo arrogante, empafioso, cheio de si. O Governo já acha que resolveu os problemas do País e que, daqui para a frente, não terá nada de diferente de um mar-de-almirante para navegar. Ainda não houve uma crise internacional que pudesse de fato servir de teste para o País. E espero que não haja. O Governo passado enfrentou oito; este não teve nenhum até o momento. Este enreda-se na própria malha da sua flácida perspectiva de controle ético, enreda-se nos escândalos, que, um após o outro, vão minando a credibilidade deste Governo. Ora é um diretor do Banco Central, ora é o Presidente do Banco Central, ora é o Presidente do Banco do Brasil; ora é o ministro fulano ou o ministro beltrano. Tem sido regra, não têm sido exceção, as trapalhadas se misturarem com um certo sentimento de onipotência, que faz do Partido dos Trabalhadores o partido do aparelhamento, que mistura o público com o privado, que pensa que por se imaginar ungido de alguma missão divina pode perfeitamente transgredir as regras da própria ética, merecendo perdão antecipado e indulgência plena e eterna. Não merece. Ninguém merece. É preciso que todos nos comportemos bem. É preciso que todos saibamos nos colocar à altura dessa sociedade exigente que aí está.

E digo mais: quis falar aqui da questão econômica. Não estou querendo ir para a ética pela ética; estou indo para a ética pelo econômico. Tudo isso mina a credibilidade. Cada vez que explode um escândalo aqui, sai uma nota no Financial Times; cada vez que explode um escândalo aqui, sai uma nota no Wall Street Journal; cada vez que explode um escândalo aqui, há mais gente assustada com a perspectiva de o País encontrar o seu caminho efetivo.

Se existe algo neste Governo que me parece sólido é o comando da política econômica, pela orientação do Ministro Antônio Palocci. Considero-o um profissional de rara capacidade, de rara sensibilidade, com sangue-frio e perspectiva de apreender e de aprender. S. Ex^a fez um trabalho muito contestado pelo PT, partiu para os superávits primários, mas os petistas diziam que não seria bom fazer um superávit primário. O ministro dizia que deveríamos manter o compromisso

com as metas mais restritas de inflação, procurando levar o Brasil novamente para o seio de 3% ou 4% de inflação ao ano, no máximo, mas os petistas torciam o nariz e diziam que não era para se fazer isso. Diziam que era para se voltar ao regime de orgia.

O Ministro Palocci tem sido, a meu ver, a grande âncora deste Governo, mesmo com equívocos. Hoje, a taxa de juros está congelada em 16%. Isso significa, Senadora Lúcia Vânia, que temos muito pouco crédito pela frente. A restrição ao crédito continuará muito grande. Continua-se pagando muito de dívida externa, e o Ministro Palocci poderia estar hoje congelando os juros, sim, em 14%. Se tivesse ouvido o que lhe disse a Oposição à época – Oposição que concordava com o grosso do que o ministro propunha –, um pouco mais de ousadia, teríamos hoje 14%. Seria bem melhor o congelamento dos juros a 14% do que a 16%. Já se sabe que, por tempo indeterminado, o Banco Central não vai mexer. Não me atrevo a dizer que deva mexer agora. Não vejo que deva. De fato, há uma pressão inflacionária que sugere cautela. Mas o ministro poderia ter essa cautela com juros reais menores, até porque essa cautela seria com 14% de taxa básica de juros, não precisaria ser 16%. Então, esse é um erro que o Ministro Palocci cometeu. É um erro de dosagem. É um erro de timing. S. Ex^a que, a meu ver, acertou no atacado, porque contra o seu partido insistiu na austeridade fiscal, que herdou; contra o seu partido insistiu nas metas de inflação, que herdou; contra o seu partido insistiu no câmbio flutuante, que herdou. Um verdadeiro e eficaz antídoto contra a crise cambial tem sido neste País, como o foi em outros, o câmbio flutuante.

Isso tudo faz com que apareçam os engenheiros de obra feita. De repente, as ações do tão criticado Ministro Palocci, em função da reposição cíclica que aí está – e apenas isso, S. Ex^a não se engana e não vejo que engane o Presidente Lula – passem a ser apropriadas por todos aqueles que até eram contra a política econômica proposta por S. Ex^a.

A honestidade intelectual manda que digamos isso. A honestidade intelectual manda que repisemos isso. Ou seja: que bom se o Brasil puder crescer, ao longo de todo o Governo Lula, de maneira substancial! Que bom! Tomara que não tenha nenhuma crise pela frente. Tomara que não tenha! Agora, os problemas são muito graves. O Brasil tem problemas graves.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concederei um aparte a V. Ex^a.

Alguns são extragoverno, hoje pesando menos sobre nós, até porque, entre as heranças “malditas” legadas pelo Governo passado ao atual Governo – estou a usar aspas na palavra maldita, até porque é preciso se execrar mesmo essa formulação medíocre e mesquinha que foi proposta, em algum momento, pelo ufanismo de um Governo que imaginava reinar por sobre a realidade fazendo o papel de Alice no País das Maravilhas – e benditas, sem aspas, está essa quase auto-sustentabilidade, essa quase autodeterminação da Petrobras em matéria de petróleo. O Brasil hoje importa muito menos. Mas aí está a crise do petróleo que, quando nada, conturba a vida econômica de alguns países que são clientes preferenciais do País.

Ouçó o aparte do nobre Senador Eduardo Suplicy, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Arthur Virgílio, primeiramente, observei em seu pronunciamento um volume de críticas severas, sobre as quais iria comentar. Mas, nestes últimos instantes, V. Ex^a reconhece que o Ministro Antônio Palocci vem acertando na maior parte dos seus passos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem errado no varejo e acertado no atacado.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – E V. Ex^a, como muitos, expressa que talvez pudesse haver maior ousadia na diminuição das taxas de juros. Creio, inclusive, que este deve ser um dos temas do diálogo que, muito provavelmente, teremos com o Presidente Henrique Meirelles quando aqui vier, convidado que for. Segundo pronunciamento do Senador Aloizio Mercadante e pela conversa que S. Ex^a manteve com o Líder do PFL, José Agripino, será apresentado, amanhã, um requerimento para que sejam convidados tanto o Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central do Brasil, como também o Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, para que compareçam à CAE, possivelmente em datas diferentes, a fim de esclarecerem os diversos episódios. Considero adequado da parte de V. Ex^a que, em vez de pedir a demissão, a renúncia de ambos,

primeiro procure ouvi-los com o respeito com que V. Ex^a sempre ouviu as autoridades que vêm a esta Casa, assim como tantas vezes ouviu as autoridades, os ministros do Governo Fernando Henrique Cardoso sobre quaisquer problemas que houvesse. Essa é a sugestão que faço a V. Ex^a, porque, hoje, V. Ex^a já quis que ele soubesse. Portanto, faço um apelo a V. Ex^a – até no sentido de que transmita esta mensagem aos presidentes daquelas instituições – para que venham a esta Casa esclarecer os episódios mencionados por V. Ex^a. Inclusive, na oportunidade, S. Ex^{as} poderão explicar as razões que levaram a economia brasileira a apresentar resultados tão positivos. Portanto, na Comissão de Assuntos Econômicos, teremos a oportunidade de sermos esclarecidos, o que será muito proveitoso para o Senado. Da mesma maneira que o Presidente Henrique Meirelles, hoje, expôs ao Presidente Lula todos os problemas que surgiram na imprensa, avalio que S. Ex^a terá toda a disposição para fazer o mesmo no Congresso Nacional. Transmito a V. Ex^a que, ainda hoje, estive com o Presidente Cássio Casseb, tentando dizer-lhe que será perfeitamente natural a sua presença aqui, pois tem V. Ex^a, como cada membro do Congresso Nacional, a responsabilidade de legislar, representar o povo e fiscalizar os atos do Executivo. Portanto, é mais do que natural que V. Ex^a faça as indagações. Mas eu gostaria que V. Ex^a, antes de concluir, ouvisse S. Ex^{as} com a devida atenção e respeito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Suplicy!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, preciso de um pouquinho de tempo para concluir. Vou encerrar respondendo ao Senador Eduardo Suplicy.

Eu falava dos problemas deste Governo, Senador Garibaldi, alguns dos quais o Senador Eduardo Suplicy aborda, ainda que pelo ângulo da defesa do Governo – S. Ex^a um homem correto e de cuja correção ninguém duvida neste País.

Mas explico a V. Ex^a, Senador, porque propus a demissão do Sr. Cássio Casseb. Acabo de receber um ofício de S. Ex^a: “A S. Ex^a Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB”. S. Ex^a me dá explicações sobre o caso “Zezé di Camargo e Luciano”. Parece até que ele não foi acusado de nada ligado à movimentação irregular no exterior. Isso significa menosprezar o que eu possa ter de inteligência; significa

desrespeitar o mandato que aqui exerço, porque, se me enviasse pelo menos a explicação cabal sobre os dois temas de que é acusado, um que já está enfumaçado na imprensa, que é essa história do aparelhamento e da churrascaria Porcão, e o outro caso que é o do uso da movimentação irregular de recurso, tudo bem! Mas S. Ex^a não o fez. Finge que ninguém duvida de que o caso dele seja parecido com o de Candiota. Ele finge isso e diz: "Senador Arthur Virgílio, aqui está a explicação sobre o Zezé di Camargo e Luciano". Digo-lhe: Presidente Casseb, eu gostaria que V. S^a me respeitasse, respeitasse a minha inteligência e respeitasse o mandato que exerço, porque, aqui, V. S^a está apenas tentando ganhar tempo e, na verdade, demonstra temor em explicar aquilo que a Nação quer saber, ou seja, se Cássio Casseb cometeu ou não algo parecido com Luiz Augusto Candiota. Candiota não ficou e sobre o outro explica o Presidente Lula.

O Presidente Lula, de coração e por vocação, é um indulgente: não demitiu nem o Waldomiro. Ele foi demitido a pedidos. O Candiota foi demitido a pedidos. Esses aqui só sairão se quiserem. O Presidente Lula já disse isso nos jornais de hoje. A notícia foi publicada à farta.

Concluo, dizendo que o outro problema que este Governo enfrenta é a falta de autoridade do Presidente para tomar atitudes. Nomeou mal e não sabe demitir. Tinha uma autoridade de palanque e não está sabendo exercitar essa autoridade de maneira democrática e firme ao longo do exercício do Governo.

Isso faz com que eu possa dizer que o Brasil é uma economia complexa e uma sociedade complexa também. Tem muitos problemas pela frente. Se quisermos discutir essa questão do desenvolvimento econômico de maneira honesta, concreta, correta, só temos um caminho: indagarmo-nos se somos capazes de fazer, daqui para a frente, aquilo que, em algum momento do Governo Itamar Franco, foi proposto pelo Ministro da Fazenda Fernando Henrique em relação à estabilidade, resolver o problema da inflação. Não resolvemos a questão dos juros e, sem equacionar a questão dos juros, não somos capazes de propor crescimento sustentado, a não ser que seja com uma manobra "engana eleitor", para, depois, a frustração ser maior ainda, depois de fechadas as urnas e após sobrevir à nova lufada de realidade sobre este País.

Se quisermos discutir isso a sério, eu gostaria muito de ver o Presidente do Banco Central não ser acusado de nada, para discu-

tirmos na Comissão de Assuntos Econômicos não a sua performance pessoal, ética, mas sim a questão dos juros, como se discutiu de maneira profunda, aproveitando os ensinamentos frustrados do passado, que desaguaram no grande êxito que foi o Plano Real. Temos de fazer a mesma coisa em relação aos juros. Fora disso, sabe V. Ex^a, que é um grande economista, que o Brasil não crescerá de maneira sustentada. Todo governo, no prazo de um ou dois anos, tem um crescimento razoável; todo governo tem algum momento de depressão, e, no final, a média é de aproximadamente dois pontos ao ano.

O Presidente Lula teria de fazer o Brasil crescer de maneira espetacular para poder superar essa idéia de conduzir o País a um crescimento de 4% ao ano. Imaginem, crescer 16% em quatro anos, quando cresceu menos de 0,2% no primeiro ano!

Estaremos aqui fazendo um trabalho, a meu ver, pequeno se não formos capazes de propor a verdadeira discussão à Nação: sair fora do “panglossianismo” pelo lado ingênuo, sair fora da operação “engana eleitor” pelo lado da perfídia. Temos de discutir para valer, porque o País empaca no crescimento a partir do momento em que empaca na equação dos juros. Se não se resolve a equação dos juros, ele cresce em um ano e não cresce no outro. E, não crescendo no outro, a média fica ruim, o Brasil termina vendo as levas de desempregados aumentarem o coração desesperançado dos brasileiros, que, a cada momento, o reaquecem e, a cada momento, a frustração se renova. Proponho uma discussão alta, elevada.

Alerto o Governo: se insiste no otimismo exagerado, termina tendo um fim infausto, porque o otimismo exagerado é primo da ingenuidade se for, ao mesmo tempo, irmão da boa-fé. Ele é primo da perfídia se for parente da má-fé.

Pretendo, pura e simplesmente, que aqui analisemos o que vai acontecer com o País. O Brasil precisa resolver essa equação dos juros, essa equação do investimento, sem o que veremos a euforia do Governo de maneira absolutamente ciclotímica virar depressão. Aqui, já vi o Governo eufórico, já vi o Governo deprimido, e essa ciclotimia não é boa para o País, não é boa para o Presidente Lula, não é boa para ninguém de bom senso neste País. Quero evitar a ciclotimia. Deve-se estar eufórico hoje com resultados que são previsíveis; amanhã, deprimido com resultados que são previsíveis também. Com isso, vamos vendo o Brasil cada vez mais perder a fé

no destino do País, e o brasileiro se criando, crescendo, acreditando que o Brasil do futuro já seria uma promessa perdida em algum momento deste presente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O que espera Lula para colocar ordem no Governo?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, fatos graves vieram à tona no País um pouco antes e durante o recesso parlamentar e envolveram duas figuras de importância no cenário financeiro do Brasil: o Presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, e o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. Um e outro ficaram sob suspeição. Natural seria que o Presidente Lula adotasse o que, em situações desse gênero, seria o natural, o normal, até para restabelecer a própria credibilidade da condução da política brasileira pelo Governo do Presidente Lula.

O que se vê, no entanto, não é nada disso. O Presidente Lula está à espera não se sabe do que para colocar ordem na casa. Mas não. O que o Presidente faz é bancar o avestruz, fingindo que, em seu redor, reina a calma e a tranqüilidade, que tudo estaria em paz. Não está. Por isso, já é hora de o Presidente já não se fazer de avestruz e já chegou também o momento de desenfiar o bico do buraco, que pode ser muito profundo.

Não, Presidente Lula, os fatos de que a Nação vai tomando ciência são repletos de contradições. Tudo, aliás, muito parecido com o Governo petista. Na CPI do Banestado, muita coisa veio a público em torno do Banco do Brasil e do Banco Central.

Ademais, é preciso lembrar a esse Governo que o Presidente do Banco Central é o guardião da moeda nacional. Só isso justificaria uma ação pronta, imediata, do Presidente Lula. Em nome da respeitabilidade, em nome dos brasileiros.

Tenho pelo Presidente do Banco Central uma relação de respeito pessoal. Contudo, as evidências falam mais alto. Os fatos são graves e exigem explicações. Duas das nossas maiores revistas estampam esta semana reportagens completas, repletas de pormenores, o que sugere a demissão dos dois Presidentes.

Como de costume, o Governo prefere a cômoda conduta de se manter alheio ao que vê acontecer em sua volta.

No começo deste Governo, o País assistiu a uma série de trapalhadas, mas, a esta altura, seria de se supor que as coisas se endireitassem. Estão, ao contrário, cada vez mais confusas, para não dizer tortas ou, no mínimo, singrando por caminhos tortuosos.

Permanecer nessa postura de avestruz ou de avestruzeiro é o menos recomendável. Não se pode fingir que nada acontece de anormal. É preciso encarar a realidade estampada no noticiário.

Que o Presidente Lula aceite as ponderações de uma Nação que, ao contrário do Governo, não está nem um pouco anestesiada e a tudo assiste, ainda com alguma esperança de um gesto de grandeza.

Não é possível protelações, sob pena de o próprio Governo se contaminar com as ações a que os brasileiros assistem aturdidos e que estão nas páginas dos jornais e das revistas.

Não parece – e com certeza não é nada normal – que o nosso principal banco, o Banco do Brasil, se coloque a serviço de um partido político, como aconteceu no já famoso show do porcão, com a compra de ingressos de um espetáculo armado para ajudar na construção da nova sede do PT. A Nação não quer que isso vire rotina ou, como diz um velho adágio, que se passe de porco a porqueiro.

Por pouco, por muito pouco, isso não veio a ocorrer. O mesmo Banco do Brasil, como toda a imprensa denunciou, preparava-se para financiar uma dupla sertaneja, que sairia País afora, em shows pró-PT.

Os fatos que trazem o Presidente do Banco Central ao noticiário são do conhecimento da sociedade. Não há quem não estranhe o que está sucedendo. O afastamento de Luiz Augusto Candiota, que era o Diretor de Política Monetária do Banco Central, está longe de explicar ou de desviar a crise eclodida ao lado do cofre da União. Ninguém estranha. Só o Presidente Lula não parece impressionar-se com o que é por demais evidente.

Leio na Folha de S.Paulo de hoje que Lula acha que os dois – Meirelles e Casseb – devem continuar em seus cargos. Mais ainda, o Presidente avalia que não havia razões suficientes para que Candiota, o Diretor de Política Monetária do Banco Central, deixasse o cargo.

Recebo agora também a informação de que, depois de uma conversa, esta manhã, com o Presidente Lula, Meirelles resolveu vir ao Senado para prestar esclarecimentos.

Diz a Folha:

O Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, irá ao Congresso Nacional prestar esclarecimentos sobre as denúncias publicadas nas últimas semanas em relação a suas declarações de renda e patrimônio. No entanto, a realização de audiência dependerá de convite do próprio Congresso.

Mais do que o convite do Senado há um outro convite. Mesmo que Meirelles aqui venha ou deixe de vir, já é tarde e ao Presidente Lula não resta outra alternativa a não ser a demissão imediata dos dois dirigentes.

A demissão de Meirelles é vista como imperativo e passa a ser um pré-requisito para o reinício dos debates em torno da autonomia do Banco Central. Ou seja, manter Meirelles significa o Presidente Lula, na prática, abrir mão do debate relevante para a economia brasileira a respeito da autonomia do Banco Central. Não há quem de bom senso neste País aceite ou acredite como veraz, como possível, como verossímil, que se possa tocar o projeto de autonomia do Banco Central com o Presidente desse órgão cercado de suspeições, que até poderiam passar como desimportantes se se tratasse de um comerciante, mas que são importantíssimas, porque simbólicas, em se tratando do guardião da moeda brasileira.

O Senado e o Congresso estão prontos para o debate sobre a autonomia e para o exame de novos nomes para substituir os diretores. É fundamental que a escolha recaia em figuras respeitáveis e de reputação ilibada.

Estou anexando a este pronunciamento as matérias publicadas esta semana por duas de nossas maiores revistas – IstoÉ e Veja –, para que passem a constar dos Anais do Senado da República, tornando mais fácil a análise futura do Governo Lula.

A Nação ainda tem presente na lembrança, sem aceitar, o aparelhamento da máquina estatal com a colocação em postos técnicos de pessoas nem sempre à altura. Era suficiente ter a carteira do Partido dos Trabalhadores. O aparelhamento é o que mais convém ao PT, sobretudo para as finanças do partido.

Este Governo deveria alterar sua conduta. Este é um Governo que não demite, mas espera que seus auxiliares se demitam. Foi assim no caso Waldomiro, dos bingos, e da mesma forma, agora, com o Diretor de Política Monetária do Banco Central, Sr. Luís Augusto Candiota. O Governo Lula não demite ninguém e vai mais longe: passa a mão na cabeça de quem não se comporta, como se afagos resolvessem os problemas.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que anexe as matérias de IstoÉ e Veja aos Anais da Casa e concluo esta comunicação de Liderança com duas afirmações básicas.

Em primeiro lugar, não basta dizerem – e não me comove este tipo de crítica – que o Senador Arthur Virgílio, ou o Senador Fulano de Tal, porta-se como o Governo PT no passado. Isso não é verdade. Não vou parar de denunciar a corrupção, ou as irregularidades, para não me compararem com o PT do passado. A vingar essa tese, silencia-se a Oposição para poderem falcaturar à vontade neste País. Por medo de comparação com o PT do passado a Oposição iria omitir-se de fazer o papel fiscalizador que lhe cumpre.

Em segundo lugar, não é verdade que a Oposição estaria agitando as condições de mercado. O Sr. Rodrigo Azevedo, que reputo um homem preparado, à altura de ser um bom diretor do Banco Central, acalmou o mercado, que começava a se agitar com o fato de Candiota não ser demitido. Então, não é verdade que o fato de se substituir Meirelles por alguém da mesma linha, sob orientação do Ministro Palocci, vá provocar alguma turbulência de mercado. Não é verdade.

Eu acrescento um terceiro ponto a esses dois. Estamos presenciando uma cena insólita no Brasil: o Governo, por razão meramente tática, deixa de fazer o que é moral. Não quer passar a impressão de que há alguma contaminação em sua política econômica, sobretudo em sua equipe econômica, por isso insiste em manter Cássio Casseb, que não vai subsistir, não vai sobreviver nesse episódio. Insiste em manter Henrique Meirelles, mesmo sabendo que daqui a meses terá de substituí-lo, sim, Senhor Presidente Lula! Ou seja, não faz tudo de uma vez porque tem o fato eleitoral à porta. Não faz tudo de uma vez, mesmo sabendo que as condições de credibilidade começam a falecer para os importantes dirigentes do Banco Central e do Banco do Brasil.

Portanto, como Líder do PSDB, quero dizer que, se o Presidente não demite, até porque não demitiu Waldomiro Diniz, se o Presidente não demite, até porque não demitiu Luís Augusto Candiota, e se resolve manter Henrique Meirelles e Cássio Casseb, eu estarei no debate, na CPI do Banestado, como pretende o Presidente Antero Paes de Barros, estarei no debate na Comissão de Assuntos Econômicos, como pretende o Senador Eduardo Suplicy, mas entendo que o que afirmaria o Presidente Lula seria, sem dúvida alguma, ele assinar o decreto de demissão do Presidente Henrique Meirelles e do Presidente Cássio Casseb, para que pudesse tirar qualquer mácula da perspectiva de Governo que vai realizando, ele que tem compromisso fundamental com a ética, sim.

Não tenho medo algum de comparações. Se quiserem, comparem, pois é bem diferente a forma como vejo a economia do que via o PT do passado. Não vou deixar de fiscalizar por patrulhamentos, partam de onde partirem.

Volto a dizer que não há a menor possibilidade de mercados se agitarem porque atitudes foram tomadas, a não ser que tenham sido na direção equivocada. E não foi tomada de maneira equivocada a atitude de nomear Rodrigo Azevedo para o lugar de Candiota, que estava impedido de continuar à frente do Banco Central.

Para mim, o Presidente do Banco Central tem de ter as suas contas claras, tem de ter a sua vida limpa e tem de ter a sua vida parecendo clara e limpa. Um diretor ou presidente do Banco do Brasil ou do Banco Central não deve lidar com doleiro. E que fique aqui um desafio posto para o Governo Lula. Se passar a mão na cabeça desses que hoje estão sob suspeição, acontecerá algo muito simples: outras pessoas, sem garantia de responder pela sua própria integridade, vão continuar aceitando cargos no Governo. Ao passo que, se o Presidente é exemplar e pune agora quem está sob suspeição, ao convidar alguém para um cargo dessa importância, fará a pessoa convidada refletir. O convidado não aceitará se imaginar que existe alguma pendência que possa tornar o seu conceito não ilibado perante a opinião pública brasileira.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Ou seja, esta é uma grande ocasião para darmos um basta na idéia da impunidade e mostrarmos que o Brasil está maduro, sim, para ter um Banco Central autônomo, independente e à altura dos sofisticados desafios da economia brasileira neste primeiro quartel do século XXI.

Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar ao Senador Eduardo Suplicy que concederei o aparte a S. Ex^a com o maior prazer – não sei se a Presidência permitirá.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O tempo de V. Ex^a já se esgotou e o Senador Eduardo Suplicy está inscrito.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O Senador Eduardo Suplicy pode falar agora por ter sido citado e eu terei muito prazer em ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – O Senador está inscrito e V. Ex^a já esgotou todo o seu tempo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Sr. Presidente, lamento, mas citei o Senador Suplicy. Até foi bom, pois dou ao Senador a oportunidade para que fale por cinco minutos. Se quiser retribuir a gentileza, S. Ex^a pode citar-me, que falarei também por mais cinco minutos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Os governos só se completam quando os fins são atingidos

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a eleição, quando as urnas se fecham e os resultados afloram, sempre traz lições a derrotados e a vencedores. A uns, aos vencedores, a certeza de que não cabe a onipotência; a outros, a convicção de que lua-de-mel não dura para sempre, de que a humildade se impõe e de que a democracia marcha a despeito dos interesses de quaisquer cidadãos brasileiros, até porque deve marchar no interesse do conjunto dos cidadãos brasileiros.

Tenho muita convicção de que a leitura realista dos resultados das urnas poderá apontar na direção de um Brasil melhor, afinal de contas caiu por terra a figura do partido hegemônico. Por outro lado, estabeleceu-se uma forma de poder multilateral no País: o PSDB saiu vitorioso, levou a chamada jóia da coroa, que é São Paulo; obteve, no total dos votos, a segunda maior votação nominal para prefeitos neste pleito e, ainda assim, depois de ter experimentado oito anos de Governo Federal, se sente no dever de registrar com humildade, com espírito público, com amor pelo País, que, para o partido, a vitória começa nas urnas, mas só se completa e se realiza quando os governos eleitos são bons governos, quando os fins são atingidos, quando os objetivos são realizados.

O PSDB não é um partido de marinheiros de primeira viagem, não é um partido de deslumbrados, não é um partido que imagine que a vitória pela vitória imortaliza qualquer um. O PSDB é curtido no sofrimento e na biografia de cada um de seus membros. O PSDB, portanto, se dá ao respeito e respeita o Brasil e, por isso, ele recebe o resultado das urnas com humildade, com alegria e com disposição de fazer um discurso ainda melhor para a sociedade, um discurso ainda mais aperfeiçoado para a sociedade, visando a novos momentos de vitória, mas visando, sem dúvida alguma, a, nesse meio tempo, servir ao Brasil muito bem.

Ainda há pouco, dizia-me uma jornalista que um importante membro da bancada governista desta Casa teria dito que o resultado eleitoral mostra, Senador Paulo Paim, que preside esta Casa neste momento, que o Presidente Lula estaria reeleito. E eu disse: “Meu Deus, será que não dá para, entre um momento e outro, governar um pouquinho? Será que não dá para sair de uma eleição e pensar no Governo e não na próxima eleição?” Disse isso porque, se há uma lição a se extrair, é a de que o caminho mais curto para o desastre é o caminho que leva da arrogância à vaidade, da vaidade à prepotência e da prepotência à derrota eleitoral.

O Presidente da República tem que fazer é um mergulho nas suas águas internas mais profundas e mexer, a meu ver, fundamentalmente na sua forma de governar o País. O Presidente precisa ouvir a sociedade, precisa levar mais em conta a opinião dos que lhes são adversos no Congresso Nacional, precisa abrir mão de todos os artificialismos – e como têm sido praticados artificialismos no País ao longo desses dois anos do Presidente Lula! Um deles, Senador Tasso Jereissati, é o fato de nós sermos um partido do tamanho que somos e, em dado momento, o Ministro José Dirceu ter dito assim: “Eu vou transformar o PSDB num partido pequeno”. Desta tribuna, disse a S. Ex^a que isso era uma insensatez. Não obstante, de uma bancada de setenta, setenta e poucos deputados, reduziram-nos a 48, a peso de diretoria administrativa e financeira de Furnas para um – coitada de Furnas! –, diretoria não sei de quê para outro. Uma fisiologia deslavada. Ficamos com 48 deputados.

A pergunta que eu faço ao Senador Antonio Carlos é a seguinte: nosso partido tem o tamanho de 48 deputados? É justo, é normal que um partido como o PSDB, que ganha uma eleição em São Paulo, ganha outra em Curitiba, outra em Florianópolis, um partido como esse tem o tamanho de 48 deputados? Não foi um artificialismo que terminou custando caro ao Governo? Na época, desta tribuna, eu dizia, advertindo o Palácio do Planalto, que, na primeira eleição, o povo nos devolveria o que é nosso, sob a forma de votos, com juros e correção monetária. Não adiantou a prepotência, não adiantou a fisiologia, não adiantou o artificialismo, não adiantou diminuírem o PSDB a fórceps. Aqui está o PSDB.

Se marcassem para amanhã uma eleição para deputados federais, emergiríamos com 90, com 80, 100 deputados federais, porque esse é o nosso tamanho real, esse é o nosso tamanho no conceito da opinião pública. No entanto, Senador Tourinho, estamos hoje sem direito a

pedir verificação de quórum na Câmara. O PSDB hoje tem apenas 48 deputados, se quiser pedir verificação de quórum não pode, não pode pedir sozinho, porque os 10% exigidos pelo Regimento significam 51 deputados e nós não temos 51 deputados, porque a fisiologia do Governo levou dezenas de deputados eleitos pelo voto popular para permanecerem no PSDB, deputados que abriram mão de suas biografias – já se foram tarde, até porque são gordura, não são músculos –, deputados que, por outro lado, com suas saídas, deixaram-nos sem poder pedir verificação de quórum.

Mas não vim aqui falar de amarguras. Venho falar, de maneira bem propositiva, sobre o futuro do País, vim falar sobre o Brasil. O Governo trabalhou demasiadamente a figura da mídia, do marketing, trabalhou demais a propaganda e se esqueceu de governar. Mandou para cá, na verdade, duas propostas de emenda constitucional, duas propostas de reforma estrutural da economia: a reforma da Previdência, que é uma colcha de retalhos – uma parte foi feita antes, outra parte foi feita agora, outra parte ainda se perde nos escaninhos da Câmara – e, além dela, a reforma tributária, que virou um monstro na Câmara dos Deputados – veio para cá, obteve a ajuda essencial dos senadores Jereissati e Rodolpho Tourinho e ganhou uma feição de reforma tributária moderna, que seria um começo, sinalizando inclusive, a partir do imposto do cheque, com a perspectiva de – as condições macroeconômicas permitiam – haver a queda progressiva da carga tributária que está hoje em insustentáveis trinta e oito ponto alguma coisa por cento como proporção do PIB.

A reforma tributária está perdida na Câmara dos Deputados. Temos a pauta da Câmara atravancada por dezenas de medidas provisórias, muitas delas fúteis e desnecessárias – da lavra, evidentemente, do Palácio do Planalto – a atravancar, a obstruir os trabalhos da Casa. Temos, na Câmara dos Deputados, a Lei de Falências – e não anda uma decisão sobre essa Lei –, temos o projeto sobre biossegurança, que também tem sua votação obstaculizada pelas medidas provisórias que continuam atrapalhando o funcionamento da Câmara dos Deputados. Há mais de 20 medidas provisórias trancando a pauta de votações.

Na Câmara dos Deputados, temos ainda a Lei das Agências Reguladoras. Se não se estabelecem marcos regulatórios convenientes, não virá capital estrangeiro de longo prazo para este País. Essa é uma verdade inelutável. Se não houver marco regulador

confiável, o capital estrangeiro não virá para o Brasil, a não ser nos níveis medíocres e escassos deste ano, beirando os US\$10 bilhões, em um país que deveria merecer de US\$30 bilhões a US\$40 bilhões por ano de investimento estrangeiro direto, de capital estrangeiro duradouro, aquele que vem participar do progresso do País, integrando-se a ele.

Portanto, o projeto do Governo é ruim, tem um viés estatizante, é viciado e não atrai o capital estrangeiro, porque é a figura oposta à modernidade. Ele é, sem dúvida alguma, jurássico em relação ao que os tempos estão a esperar de um Congresso que seja capaz do agguornamento.

No Senado Federal, já temos a pauta trancada por três medidas provisórias, uma delas bem grave. Chama-nos a atenção o fato de essa medida provisória possivelmente esconder o desejo de controle sobre a sociedade brasileira. Trata-se da matéria sobre o dispositivo que classifica os programas de televisão. Queremos saber se realmente a intenção é proteger nossas crianças e a família, de maneira normal e democrática, ou se existe algo parecido com um estratagema, com uma armadilha do Conselho de Jornalismo; se há algum fato visando a castrar liberdades da sociedade brasileira ou se é um gesto de boa intenção do Governo. Se for um gesto de boa intenção do Governo, votaremos. Se não o for, impediremos que passe pelo Senado da República uma medida provisória que vise a diminuir os espaços de liberdade da sociedade. Entre as três medidas provisórias que estão trancando a pauta do Senado Federal, encontra-se essa, tão grave e tão delicada.

Outra proposição é a reforma do Judiciário, que, até pelo excesso de medidas provisórias e pela desarticulação da ação política deste Governo, não consegue ser votada pelo Senado, apesar da boa vontade da Oposição para com a matéria e apesar de o Relator, Senador José Jorge, estar tão empenhado em ver o seu partido e cada um de nós votando cada item da reforma do Judiciário, Senador Mão Santa.

Finalmente, quanto ao Projeto de Lei que trata das Parcerias Público-Privadas, quero transmitir ao meu partido, à sua direção, à bancada de senadores do PSDB e, com fraternidade, aos companheiros do PFL, do PDT, bem como aos companheiros independentes do PMDB e a cada companheiro que tem resistido ao avanço da truculência deste Governo, que me sinto disposto e desejoso de votar as Parcerias Público-Privadas. Está na hora de votarmos essa matéria.

Nesse sentido, é preciso voltarmos à velha cantilena, já que a eleição se encerrou. Não podem nos acusar de estarmos criando fatos eleitorais, até porque a eleição já passou, e foi vivida com muito êxito pelo PSDB. Queremos votar as Parcerias Público-Privadas “ontem”, desde que elas não abram espaço para negociatas; desde que não representem abuso em relação ao dinheiro dos Fundos de Pensão; desde que não signifiquem o torpedeamento da Lei de Responsabilidade Fiscal; desde que elas não signifiquem, igualmente, o abuso e a burla contra a Lei de Falências.

Preenchidos esses pré-requisitos básicos, tenho certeza de que o PSDB e o PFL sentar-se-ão à mesa e negociarão a fórmula final para aprovarmos as PPP, desde logo advertindo o Governo de que não há nenhuma mágica nessas parcerias. Não basta votá-las e imaginar que começará a cair dinheiro estrangeiro no País. Não será assim, até porque a Lei das Agências, como está, propõe marcos regulatórios ruins. E, se for assim, não será atraído capital estrangeiro de grande monta, de grande porte e de grande sustentação. Contudo, votaremos as PPP.

Quero lembrar, Sr. Presidente, que no dia 20 de fevereiro de 1995, o Governo Fernando Henrique Cardoso enviou para o Congresso, Senador José Agripino, a proposta de quebra do monopólio das telecomunicações. De tal forma modernizante, resultando e fazendo com que todos em nossa sociedade disponham de telefones celulares. Não há mais quem consiga defender uma posição contrária ao monopólio, tampouco eles que, à época, diziam que defender a quebra do monopólio seria traição nacional.

Apesar do boicote que o Partido dos Trabalhadores fazia à época, apesar da pressão da CUT – essa entidade atualmente tão acalmada pelos obséquios governamentais –, a promulgação dessa importante emenda à Constituição, dessa relevante reforma estrutural se deu no dia 15 de agosto de 1995, Senador Efraim Morais. Ou seja, poucos meses depois tínhamos resolvido, nas duas Casas, uma matéria que começaria a mudar os costumes da sociedade brasileira.

Também no dia 20 de fevereiro de 1995, o Presidente Fernando Henrique manda para o Senado as propostas de emenda à Constituição referentes ao gás canalizado e à equiparação do status da empresa estrangeira ao da empresa brasileira. E no dia 15 de agosto de 1995, mal alvorecia o segundo semestre do seu primeiro ano de Governo, estavam promulgadas ambas as reformas constitucionais.

Igualmente no dia 20 de fevereiro de 1995, recebemos a polêmica matéria do petróleo. O PT defendia que votar a favor da quebra do monopólio seria trair o País. E nós dizíamos que votar a favor da quebra do monopólio significaria estar a favor de uma Petrobras mais forte e de um País competitivo e enquadrado nas exigências da globalização, que avança independentemente da nossa vontade. E no dia 9 de novembro de 1995 era promulgada a proposta de emenda à Constituição referente à quebra do monopólio estatal do petróleo.

No dia 20 de fevereiro de 1995, veio para o Senado a matéria sobre a abertura da cabotagem para navios estrangeiros. Ela foi aprovada e promulgada poucos meses depois, no dia 15 de agosto de 1995.

Estou me referindo apenas ao primeiro ano do Governo passado. Cinco matérias enviadas, cinco matérias aprovadas, todas ainda no primeiro ano de Governo. O atual Governo aprovou até agora uma parte da reforma da Previdência – a outra parte havia sido aprovada anteriormente –, e falta muito ainda. Não aprovou a reforma tributária. Não consegue sair do discurso político e medíocre com relação às PPP. E repito que estamos cobrando do Governo, para que se sente à mesa conosco a fim de discutir as PPP a fim de votarmos “ontem” algo que sirva ao País, desde que não abra espaço para negociata e para burla no que diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

E mais: estamos cobrando do Governo que discuta conosco um leque de reformas estruturais, o que demonstrará o caráter reformista ou não do Governo que aí está, pois as máscaras não podem mais continuar afiveladas às faces de qualquer homem público do País.

Desafiamos, portanto, o Governo a se sentar conosco e discutir as PPP. Desafiamos o Governo a discutir conosco a autonomia do Banco Central. É hora de retirar do papel e inserir em lei a autonomia do Banco Central. É hora de estabelecer marcos regulatórios capazes de atrair efetivamente o capital estrangeiro, reformando, literalmente, a lei ruim que se encontra na Câmara dos Deputados. É hora de aprovar na Câmara dos Deputados a Lei de Falências. Que o Presidente sustenha a compulsão por medidas provisórias e vote, apoiado pelo PSDB, a Lei de Falências na Câmara dos Deputados. E que conclua a votação da reforma tributária, no espírito do que foi acordado conosco, com o Senador Tasso Jereissati, com o Senador Rodolpho Tourinho para que votemos a reforma tributária de acordo com o que se acertou no Senado, menos até para honrar a palavra – isso é pré-requisito – e mais até para fazermos uma reforma tributária de verdade.

Em outras palavras, se algumas pessoas imaginavam, Senador Paulo Paim, que o PSDB viria revanchista para esta tribuna, orgulhoso de ter vencido a eleição, orgulhoso de ter feito a Prefeitura de São Paulo, fazendo planos para a eleição de 2006, o PSDB diz, ao contrário, que aprendeu a ser humilde com seus próprios erros, aprendeu a ser humilde com as experiências que já viveu.

O PSDB não mistura as duas instâncias eleitorais, uma coisa é a eleição de 2004. Essa foi vencida por nós, a partir da eleição de São Paulo. Outra coisa é a eleição de 2006, e dela não queremos cuidar, Líder Aloizio Mercadante. Queremos cuidar agora de saber a parte que cabe ao PSDB nesta quadra da história brasileira.

A meu ver, em primeiro lugar, nosso papel será o de manter a vigilância indormida contra a corrupção. Em segundo, manter a vigilância indormida contra desmandos e inação administrativos. Em terceiro, cobrar do Governo que saia do imobilismo, pare com tanta medida provisória e venha votar conosco as reformas estruturais que podem servir para sustentar, ao longo do tempo, o crescimento, que deve deixar de ser episódico – o de 2004 é episódico – para ser estrutural.

Repito que cobramos, Líder Aloizio Mercadante, a reforma tributária aprovada na Câmara tal qual saiu do Senado; cobramos a aprovação do projeto de biossegurança; cobramos a aprovação da Lei de Falências; cobramos o estabelecimento de marcos regulatórios que efetivamente atraíam capital e não o simulacro de agências que está na Câmara dos Deputados; cobramos a discussão da reforma do Judiciário, Senador José Jorge, que há tanto tempo está aqui emperrada; e cobramos a Lei das PPP deixando bem claro quais são os parâmetros.

Senador Tião Viana, já lhe concedo o aparte.

A respeito das PPP, dizíamos antes das eleição e direi agora depois de fechadas as urnas: o projeto, tal como estava, era um caminho aberto para a negociata, um caminho aberto para trem de alegria para algumas empreiteiras, e isso não passa pelo Senado.

Para aprovar as PPP, queremos limites à utilização de recursos dos Fundos de Pensão; para aprovar as PPP, queremos o respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal; para aprovarmos as PPP, queremos respeito aos primados da Lei de Falências; para aprovar as PPP, para elas não serem inúteis e para o Governo não ficar na ilusão de que está encontrando um tesouro, uma lâmpada mágica, estamos cobrando uma alteração radical na Lei das Agências Reguladoras,

porque o atual Governo não tem feito outra coisa a não ser abastardar as agências e submetê-las ao desejo dos ministros de cada área, e isso é ruim para o crescimento econômico. Resultado: o Governo tuge e muge, e os investimentos não saem de 18%, como proporção do PIB.

Concluo, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de conceder um aparte ao Senador Tião Viana, dizendo que se enganou-se ledamente quem esperava um PSDB soberbo, que viesse para cá dificultar a vida do Governo. Ao contrário, meu partido está cobrando do Governo que saia do imobilismo e vote reformas de verdade.

Há problemas. Há a discussão da reeleição, as pendências intraPMDB e outras questões nesta Casa que podem interferir, e estão interferindo, nos processos de votação nas duas Casas, tanto quanto temos visto as medidas provisórias do Governo influenciarem e influírem no processo de votação. No entanto, uma vez resolvidos esses imbróglios – incluindo a votação ou não da emenda da reeleição e essa história das medidas provisórias que vêm para cá aos borbotões, em cascata –, estamos dispostos a sentar à mesa e definir com as lideranças governistas a pauta de reformas que o Governo entende que sustenta o crescimento econômico. Temos nossa própria pauta e queremos definir um texto que possa unir Governo e Oposição: o Governo preocupado com suas táticas, nós preocupados com nosso jogo tático, estratégico, votando aquilo que seja moral, eficaz e bom para a economia.

Verá a Nação que o PSDB não abre mão da bandeira reformista. O PSDB não abre mão da bandeira das reformas estruturais. O PSDB não abre mão de capitanear – esteja no Governo ou na Oposição – e liderar o processo de alteração das estruturas carcomidas deste País, sob pena de termos eternamente, como nos últimos 20 anos, o chamado vôo de galinha: cresce em um ano e não cresce no outro.

Concedo um aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Agradeço, nobre Senador Arthur Virgílio. É uma satisfação vê-lo de volta ao plenário do Senado Federal, trazendo uma análise do processo eleitoral que acabamos de vivenciar no Brasil. Confesso que fico mais feliz ainda ao vê-lo manifestar uma responsabilidade com a agenda nacional, com os interesses do País, com o que V. Ex^a julga ser o correto, com o fato de o Governo do Presidente Lula trazer suas prioridades para a pauta

do Congresso Nacional e com a maneira como deve trazê-las para que se possa estabelecer um diálogo e uma agenda de votações dentro da Casa. Também confesso uma certa surpresa, porque não esperava uma manifestação soberba, o que não é característica de um Líder como é V. Ex^a, mas uma manifestação de alegria, sim, do PSDB neste momento pós-eleitoral imediato, porque o PSDB sai vitorioso das urnas. Considero que também o meu partido, o Partido dos Trabalhadores, sai vitorioso das urnas, porque tínhamos a quarta votação partidária do Brasil e passamos a ser o primeiro partido em votação no plano nacional. Mais do que dobramos o número de prefeitos e o número de vereadores no País. Estamos assumindo nove capitais do Brasil na governabilidade das prefeituras. Perdemos em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, e essas derrotas marcam definitivamente a expressiva vitória que o Partido dos Trabalhadores estava tendo no plano nacional, em todas as matizes de avaliação. Creio que é hora de refletirmos, Senador Arthur Virgílio, e de procurarmos unir o amargo e o doce. Teremos a humildade, também no PT, de fazermos essa mistura e encontrarmos um ponto de equilíbrio, um tempero adequado, um gosto adequado de fazer política no Brasil. Temos de aprender tanto com as vitórias como com os momentos de derrota. E penso que assim devem agir todos os partidos, neste momento, porque o eleitor brasileiro disse, ao escolher todos os partidos com expressiva votação, do PFL ao PPS, do PSDB ao PT, que está disposto a reivindicar o direito de ter partidos fortes no Brasil, no processo democrático brasileiro. E nenhum partido brasileiro conseguiu se afirmar ainda como um partido sólido, como um partido que possa ter uma ação longitudinal tranqüila com a sociedade brasileira. Estive em São Paulo, mais de uma semana, durante o processo eleitoral do segundo turno. Todas as vezes em que ouvi o candidato vitorioso José Serra, ele falava em melhorar o trabalho da Prefeita Marta, naquilo que estava dando certo, e em algumas mudanças. Não ouvi nenhuma crítica efetiva estruturante à política pública que o PT estava fazendo. Então, as diferenças que ocorrem no debate são muito pequenas entre o PT e o PSDB. Precisamos conversar e refletir sobre isso. E creio que o discurso de V. Ex^a, quando chama para uma agenda nacional, para um grande debate ordenado dentro do Parlamento, entre relações do Governo com os partidos políticos, incluindo o PSDB, faz bem à democracia brasi-

leira. Acredito que, em vez de um partido querer trucidar o outro, o melhor é encontrarmos o caminho do diálogo e da responsabilidade com interesse no Brasil. Como disse: unir o amargo e o doce. Por isso, tenho certeza de que o discurso de V. Ex^a constrói, neste momento. Quanto ao balanço do nosso Governo, seguramente as nossas divergências são grandes, porque a nossa visão é de um resultado muito bom para a sociedade brasileira, seja no campo econômico, seja no campo da infra-estrutura. Falta muito, como diz V. Ex^a. A aceleração das agências reguladoras é um fato que nos deve preocupar e motivar uma certa pressa.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Tião Viana, antes de conceder um aparte ao Senador Heráclito Fortes, digo que a grandeza de V. Ex^a não me surpreende. Eu a conheço, como conheço sua fidalguia, seu cavalheirismo, sua correção de gestos. Conheço bem, admiro e estimo V. Ex^a, que tem todo o direito de divergir com relação à performance do Governo Lula. Para V. Ex^a, ela é satisfatória, para mim é pífia. De qualquer maneira, algumas coisas estão acima e além dos desejos e das possibilidades do Presidente Lula. Uma delas é aumentar a taxa de investimentos, a menos que mexa na regulação, a menos que mexa, rigorosamente, cabalmente, radicalmente, no projeto ruim que está na Câmara dos Deputados.

Gostaríamos que voltássemos da eleição, todos nós, mais maduros, mais conseqüentes, mais tranquilos e obedientes ao bom senso. O Presidente Lula poderia ter feito o País crescer este ano se não tivesse havido excesso de conservadorismo. Até compreendo o excesso de conservadorismo na política macroeconômica. O País poderia ter crescido algo em torno de 2%, mas regrediu 0,2%. Espero um crescimento de 4,5% para este ano. O ufanista diria: “Quero um Governo menos Duda e mais Lula. Mais da política e menos do foguete, menos do incenso, menos da fantasia”. Digamos que o País cresça 4,5%. Ao invés de o ufanista dizer que crescemos 4,5%, que começou o espetáculo do crescimento, deveríamos analisar o Brasil não por anuênios, mas por biênios. Por biênio, 4,5% menos 0,2% é igual a 4,3% ao ano. Dividindo-se isso por dois anos, teríamos um crescimento de 2,6%, Senador Rodolpho Tourinho. Então, o crescimento do biênio será medíocre ao se constatar o crescimento do ano de 2004, qualquer que seja ele.

Já sabíamos, em 2003, que o movimento altista da Selic, impedindo que outras taxas sejam mexidas, seguramente apresentaria uma taxa de crescimento de um ponto ou pouco mais, abaixo do crescimento deste ano. Isso é esperado, duvido de que alguém da equipe econômica diga o contrário.

Significa dizer, então, que teremos um triênio com algo em torno de 7,3%. Esse valor dividido por três dá uma média de pouco mais de 2%. Digamos que teremos um crescimento de 3% no último ano. Estou tentando acreditar que não há crise, que a do petróleo será controlada, que não haverá nenhum problema com a economia americana, que já está apresentando sinais de arrefecimento. O presidente eleito – que me parece que será Bush, como poderia ser Kerry – não poderá fugir do enfrentamento do déficit público nos Estados Unidos, e isso vai ter reflexo na economia brasileira, como terá na mundial como um todo. Há claras ameaças de interrupção do crescimento chinês. Além de a China ser uma caixa-preta, ditadura que é, é uma caixa-preta quanto aos seus dados, que não são confiáveis. Se eu fosse investidor, não confiaria nos dados fornecidos pelo governo chinês, não confiaria por entender que uma sociedade aberta tende a ter dados mais claros, uma sociedade mais fechada tende a ter dados menos confiáveis. A China poderá ser ainda, em algum momento, uma surpresa muito desagradável para a economia mundial como um todo, gigante como é e ao mesmo tempo obscura, como seus dados me parecem ser. Mas, sem contar com nada de errado, digamos que o Brasil cresça 3% no último ano. Teremos, então, 10,3%. Dividindo-se o valor por quatro, teremos um crescimento em torno de 2,5%, que é algo parecido com a média histórica brasileira. É a isto que está sendo condenado o Governo Lula: crescer, na média dos seus quatro anos, algo parecido com o que tem sido o crescimento medíocre e píffio dos últimos vinte e poucos anos. Isso porque as estruturas brasileiras precisavam de reformas, e elas não estão sendo feitas na altura e na agilidade necessárias, isso porque os investimentos, na proporção do PIB, não vêm, e não vêm porque não se estabelecem marcos regulatórios confiáveis.

A partir daí, temos o Presidente Lula se apresentando – já que outros falaram em eleição, e não eu – à eleição, longe dos dez milhões de empregos. Para gerar dez milhões de empregos, o País teria de crescer 5,5% ao ano, 22% em quatro anos. Para meramente empatar o jogo, mantendo tudo como está, assimilando quem chega ao mercado de trabalho, o País teria de crescer à média de 4% ao

ano, e ele não vem crescendo a uma taxa maior do que cerca de 2% ao ano, Senador César Borges. Essa é a verdade.

Se o Presidente Lula pretende – até menos para ele e mais para um eventual segundo Governo seu ou para o Governo de alguém de oposição a ele – o bem do Brasil, tem de criar um clima de acordo nacional para se votarem essas reformas sem a prepotência do salto 15, com um salto, no máximo, 7,5 – não sei se poderei vê-lo de sandália. Não dá para ir com a moça ao cinema se ela usar um salto 15, pois fica alta demais. Senadora Patrícia Saboya, tenho um metro e oitenta de altura e me sinto mal, porque 15 centímetros de salto em uma moça deixam qualquer homem baixinho, menos o Oscar do basquete.

O Presidente Lula precisa dizer que vai negociar com a sociedade, ouvir a sociedade. O Ministro José Dirceu precisa recolher a sua arrogância, parar com suas ameaças ao Congresso, que não deram certo, parar com o seu linguajar de esquina, que não compõe com a compostura de quem tem de lidar com um Congresso independente, como tem sido o nosso, com um Senado forte, como tem sido esta Casa, pelas forças expressivas que a compõem, com ênfase para aqueles que fazem oposição ao Governo.

Agradeço-lhe o aparte, Senador Tião Viana. Percebo em V. Ex^a uma figura talhada a conduzir esse diálogo. Que não se diga que o PSDB não quer reformas, porque ele quer; que não se diga que o PSDB não quer mexer nas estruturas carcomidas do País, pois desejamos isso, e, mais do que propor, nosso partido desafia o Governo a criar um ambiente propício para fazermos todas as reformas estruturais que possam garantir e sustentar o crescimento econômico. Se isso resultar em eleição de Lula, não será problema meu. O importante é que o povo brasileiro seja feliz. Se isso resultar em derrota de Lula, o problema não será meu, mas do Lula. Quero ver o povo brasileiro feliz. Obrigado, Senador Tião Viana, pela nobreza de sempre.

Ouçõ, com satisfação, os Senadores Heráclito Fortes e, em seguida, Sérgio Guerra e Valdir Raupp.

O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, é sempre bom verificar que dentro do PT há figuras amenas como a do Senador Tião Viana. S. Ex^a deu demonstração de que não só participou da campanha de seu partido como também assimilou o que nela ocorreu. S. Ex^a veio para cá inspirado no que ouviu daquelas

duplas sertanejas que tanto enfeitaram os palanques petistas pelo Brasil afora e fez uma proposta que já esperávamos. Propõe ao PSDB uma relação entre tapas e beijos. Na eleição e na campanha, tapas; para conseguir aprovar o que o Governo quer, beijos. A esses afagos vamos assistir, Senador Tião Viana, porque o PT tem a consciência de que não tem capacidade de governar sem PFL, sem PSDB, sem estes partidos do Congresso que são os que conferem estrutura à governabilidade. Parabenizo-o, embora saiba que sua posição pode não ser isolada, mas é minoritária. Infelizmente, um homem do seu valor e com sua capacidade de diálogo não é exatamente quem conduz e quem norteia os rumos do partido. Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a estava fora de Brasília quando ouvi uma declaração do Presidente Lula de que o Congresso estava travando o andamento das matérias. Ou Sua Excelência estava mal informado ou mal intencionado com a declaração que fez. V. Ex^a disse agora mesmo o porquê da pauta travada: o tratamento feito pela vulgarização e banalização das medidas provisórias, que, aliás, foram tão combatidas ao longo de vinte anos. Quero só dar um exemplo. O Senador Sérgio Guerra está ao meu lado e foi testemunha de que há cerca de quinze dias tentamos, por todas as maneiras, comandados pelo Senador Sérgio Guerra, votar matérias do Orçamento da União, que resolveriam problemas salariais em alguns estados, matérias de eminente interesse do Governo. E não se conseguiu isso, Senador Arthur Virgílio, porque a própria base do Governo não se entendeu. Cada um queria o que o outro não queria. Esperamos aqui uma solução até 21 horas e 30 minutos. Fomos para casa decepcionados e desesperançosos pela forma como o Governo atua. Lembro a V. Ex^a que se encontra pendente um acordo feito neste Plenário para que o Governo restabelecesse, pela anulação de um decreto, um texto aprovado aqui sobre o PIS/Cofins. Aprovamos a matéria, relatada pelo Senador Romero Jucá, e a tecnocracia do Governo, que, em seguida, por meio de um decreto, desmancha uma decisão soberana do Congresso Nacional, com interferência – quero fazer justiça – do Senador Aloizio Mercadante e de vários senadores. Há um compromisso, há mais de sessenta dias, de ser revogado ou modificado o decreto, o que até agora não foi feito. São fatos dessa natureza, como a falta de cumprimento da palavra empenhada, que dificultam. Depois, não se venha acusar a Oposição pelo fracasso da votação do Orçamento da União em tempo hábil. Quem não quer a votação

do Orçamento da União, Senador Arthur Virgílio, é exatamente a base do Governo. Não sabemos por que razão. No mais, parablenzo V. Exª pela oportunidade do pronunciamento e, na pessoa do Líder que V. Exª é nesta Casa, parablenzo o seu partido pelas vitórias que alcançou Brasil afora. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes. V. Exª tem toda a razão.

Exibi as medidas provisórias que estão trancando a pauta e as matérias pendentes, deformadas numa Casa, depois de acordo feito em outra. O Governo demonstra, às vezes, a idéia de ir “tocando com a barriga”, como se fosse assim: “faz como o Senado quer e, depois, altera-se o projeto na Câmara dos Deputados”. Enfim, há sempre a sensação de que não é sério aquilo de que se está tratando.

Entretanto, volto a dizer: estamos prontos para aceitar o desafio ou, mais ainda, para desafiar. O Governo quer estabelecer um elenco de reformas? Conte com o nosso apoio, que é gratuito e não custa cargo. O único cargo que queremos em 2006 é o do Presidente Lula e nenhum outro. É gratuito o apoio que daremos às matérias que interessam ao País. É necessário que se negocie conosco. Atropelando-nos? Não. Ignorando-nos? Não. “By-passando-nos”? Não. É preciso que conversem conosco em níveis de humildade e de seriedade, ouvindo a nossa posição, porque agora o PT percebeu a lição que lhe deu o povo de que não há perspectivas de haver um partido hegemônico neste País. Talvez tudo melhore se o PT descalçar o salto 15 da vaidade absoluta, da soberba, e calçar o salto 7,5 da vaidade tolerável.

Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

O Sr. Sérgio Guerra (PSDB – PE) – Mais uma vez e na hora adequada, o líder do meu partido explica, de forma absolutamente segura, o quadro que predomina, após as eleições, na convicção dos que têm lucidez. Vivemos momentos difíceis. Farei minhas algumas palavras do Senador Heráclito Fortes. Enfrentamos uma eleição como nunca vimos. Nunca se usaram, com tanta desenvoltura e falta de cerimônia – para não ir mais adiante –, recursos públicos e bens materiais do Governo, como o fez o Partido dos Trabalhadores nessa campanha. Fomos rigorosamente agredidos. Não havia meios que

não fossem usados; limites que não fossem contornados; ética que não fosse desconsiderada na luta de um partido e de um Governo que pretendeu, de maneira completamente precária, ter a hegemonia no País. Não há hegemonia alguma. A lição dessa eleição é a de que o povo brasileiro é crítico, independente e quer mudanças, mas o Governo atual não as caracteriza. Em grande parte, ganharam os melhores e ganharam vários partidos. O nosso ganhou de maneira especial. Penso que as coisas agora terão que ser vistas de outra forma. Não adianta fazer o discurso da reforma tributária e dizer que se trata de urgência nacional – e o é. Não adianta produzir um documento médio, que não era de forma alguma a reforma que o País precisava, e transformá-lo em nada. De nada valeram as palavras, que não tinham conteúdo. Falarei agora de orçamento e de alguns fatos que ocorreram há poucos dias. Cerca de quinze dias atrás, não estavam presentes na Casa o Senador José Agripino, que tinha ido a São Paulo e ao Rio Grande do Sul, e o Senador Arthur Virgílio, que estava numa rotina parecida. O Congresso se reuniu ou tentou se reunir. Havia uma série de créditos para pagamento de pessoal. Nós da Oposição chegamos a um acordo para votar todos os créditos que diziam respeito a pagamento de pessoal. Consultados os Líderes, todos concordaram. Depois, concordamos com a votação de dois créditos – um na área de saúde e outro na área de educação – julgados por todos, inclusive por governadores da nossa base, prioritários. Fechamos um acordo nesta Casa. O Líder Fernando Bezerra foi ao Presidente da Câmara, que estava numa sessão que se iria concluir às 20 horas. Solicitou-se de S. Ex^a a convocação de uma nova sessão extraordinária, como previsto, para as 20 horas e 30 minutos. S. Ex^a respondeu ao nosso Líder do Governo que não convocaria qualquer sessão para as 20 horas e 30 minutos, mas para as 20 horas e 2 minutos. Alguém lhe disse que era relevante a aprovação dessas matérias para o País e para o Governo, e S. Ex^a disse que as matérias que tinha para aprovar na Câmara também o eram. Tratou mal os senadores que foram àquela Casa e tratou mal o País, num desrespeito total ao País, à Nação e à democracia. A arrogância desse pessoal foi muito longe. Esse confronto de São Paulo, de Porto Alegre e de outras eleições é uma lição. Não venham com argumentos precários, acusações pessoais a lideranças da qualidade do Senador Eduardo Suplicy. Nada disso. Perderam a eleição porque não tinham razão, porque não convenceram o povo,

porque não têm discurso ou prática para sustentar o discurso que sempre fizeram. Penso que o Brasil amadureceu, melhorou. Vamos trabalhar de forma segura, não vamos fazer nunca a oposição que o PT fez, mas vamos levar a oposição à última instância, fiscalizar esse Governo que precisa ser fiscalizado, estruturar soluções que são necessárias e não votar ao sabor de um rolo compressor, o que, no Senado, não funciona. Parabenizo o Senador Arthur Virgílio pela sua capacidade de liderança, pelo apoio que deu a várias e várias eleições do nosso partido e da oposição no Brasil todo, assim como o Senador José Agripino e outras lideranças, como o Senador Tasso Jereissati, que criaram um ambiente positivo de unidade que desenvolvemos na ponta e que temos de construir de forma segura, com a qualidade e a lucidez da palavra do Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço ao querido amigo Senador Sérgio Guerra, líder da minoria. De fato, esse é o dilema do Governo: ou a retomada da sensatez do diálogo e da unidade; ou a marcha da insensatez, aliás descrita tão bem por Bárbara Tuchman*, no seu imortal livro.

Portanto, a palavra fica mais com eles; conosco fica a disposição de servir ao País.

Agradeço a V. Ex^a.

Concederei um aparte ao Senador Valdir Raupp e, em seguida, ao Líder José Agripino. Depois, encerrarei, Sr. Presidente o meu pronunciamento.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Arthur Virgílio, pedi o aparte porque sou Relator do projeto das PPP. V. Ex^a sabe que já houve algumas reuniões com as lideranças dos Partidos, principalmente no Senado Federal, onde estamos relatando o projeto, e que muitos pontos divergentes já foram solucionados. Cito a precedência dos pagamentos, ponto já retirado de meu relatório. Não há mais precedência para o pagamento das obras de PPP. Não há mais obras puras para as PPP, e, sim, exploração de serviços das obras executadas. Longe de mim, Senador Arthur Virgílio, burlar a Lei de Responsabilidade Fiscal, que considero importantíssima, aprovada no Congresso Nacional, e muito menos a Lei de Licitações, Lei nº 8.666*. Eu, que já fui prefeito por dois mandatos e governador de meu Estado, sei da importância dessas leis a fim de coibir e inibir a corrupção no País nas esferas federal, estadual e municipal. Com o bom

senso dos partidos que compõem o Senado Federal, vamos aprovar a matéria este ano. Ainda temos que corrigir alguns pontos divergentes no projeto, mas houve um avanço muito grande, sempre em consenso com as lideranças do Congresso Nacional, principalmente com os líderes de Partido, como V. Ex^a e os Senadores Tasso Jereissati, Sérgio Guerra e Rodolpho Tourinho, Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por onde o projeto ainda terá que passar. Mas faço um apelo. Sei que o projeto é importante para o País, assim como foram as privatizações no Governo passado, e que houve avanço. Digo isso porque meu Partido, o PMDB, e os Parlamentares de meu Estado, ainda quando eu era Governador, eram aliados do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Entendo que houve avanço nas privatizações, principalmente na área de energia elétrica e telefonia. Houve uma verdadeira revolução. Também entendo que, para sustentar o crescimento do País, é importante a aprovação, o quanto antes, das parcerias, porque o Governo hoje não tem dinheiro para investir em projetos, principalmente os de infra-estrutura, como em nossas ferrovias, rodovias, portos, hidroelétricas. Em nosso País, daqui a quatro, cinco anos, poderá estar faltando energia. Nenhum Governo é eterno. O PSDB governou por oito anos; talvez tenhamos quatro de PT; lá na frente, teremos o governo de outros partidos, mas não podemos, o Congresso, segurar um projeto importante para o País. Sei que os Estados de Minas Gerais e São Paulo já elaboraram suas leis regulamentando as PPP. E, neste momento, o Rio de Janeiro, Goiás e outros estados brasileiros estão realizando. É claro que as PPP não devem ser banalizadas, não devem realizar obras pequenas. O nosso relatório traz que apenas obras com valor acima de R\$20 milhões poderão ser executadas com PPP, obras de melhoria da infra-estrutura de nosso País. Então, conto com apoio de V. Ex^a e de seu Partido, o PSDB, assim como do PFL, para que possamos aprovar ainda este ano o projeto que trata das PPP. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Raupp, é hora de cotejarmos as PPP desses governos com a proposta federal. Não me refiro a V. Ex^a. Não coloco reparo algum a V. Ex^a, um querido conterrâneo da Amazônia, uma figura que conheço muito bem, desde seus tempos de prefeito e de governador, por quem tenho uma amizade pessoal muito profunda, muito significativa; mas desconfio das intenções do Palácio!

O Palácio veio com a intenção de impor um projeto que não era a favor da Lei de Licitações e da Lei de Responsabilidade Fiscal. O projeto tinha, na ilusão do Governo, a intenção de obter um caixa rápido, para fazer a eleição de 2006.

Contra isso, insurgimo-nos; e, em matéria de PPP, quem fala pelo PSDB, pelo embasamento técnico de que se armou, é o Senador Tasso Jereissati, a quem concederei já o aparte, após o Senador Agripino.

Digo a V. Ex^a que, nesse clima, vamos poder discutir bastante, mas lembre-se de que o Governo repetia à farta, de maneira goebeliana*, que não queríamos aprovar as PPP para que o Governo Lula não tivesse êxito, para que o Governo Lula perdesse as eleições.

Pois muito bem, vencemos as eleições. Estamos aqui propondo a aprovação das PPP, desde que com todos os cuidados que ressalvem o interesse nacional. Portanto, estamos às ordens, e vamos ver agora quem tem “café no bule”, quem é capaz de fazer reformas profundas, porque estamos propondo reformas profundas neste País. Vamos ver quem é que dá para trás, quem é que tem base, que recalitra, porque o PSDB volta das eleições com a convicção de que deve aprofundar ao máximo todas as reformas estruturais que baterem nesta Casa, porque a sua face é a face da modernidade, a face da realização de um País melhor.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte e concedo um aparte ao Senador José Agripino e ao Senador Tasso Jereissati, para encerrar este pronunciamento, esperando a tolerância da Mesa por mais alguns minutos.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, gostaria de cumprimentar V. Ex^a pela análise circunstanciada que faz do processo eleitoral e da disposição da Oposição de colaborar com o interesse nacional, mas gostaria também de fazer alguns comentários muito rápidos sobre o que V. Ex^a mencionou. Como V. Ex^a – porque somos atentos à cena política –, penso que faz muito tempo que não há uma eleição municipal que tenha despertado tanta atenção do Brasil inteiro como a que acabou de acontecer. Não sei se já houve uma eleição assim. E tenho uma explicação para o fato: é que o Governo que nos preside hoje oferecia a perspectiva de ruptura, era uma inflexão na curva dos Governos que vinham acontecendo, algo novo, diferente, que se propunha ser diferente. E essa eleição

foi o primeiro teste do diferente a que se propunha ser o Governo do PT. Foi como uma eleição plebiscitária, em que se verificaria se estavam ou não cumprindo seus compromissos. O Partido tinha ícones em São Paulo, Porto Alegre, em vários Municípios, como em Santos, onde o PT havia fincado suas bandeiras e estabelecido seus baluartes. O eleitor, como V. Ex^a disse, posicionou-se em função da ruptura a que se propunha o PT. Da visão do eleitor à ruptura efetiva praticada pelo Governo PT e ao cumprimento efetivo dos compromissos de campanha do PT, o eleitor, na minha visão, posicionou-se claramente voltando-se para o centro: nem para a direita, nem para a esquerda; nem radical de um lado, nem radical de outro. O cidadão brasileiro deseja, nada mais nada menos, um Governo que não use salto alto e uma Oposição que não seja raivosa. Se o Governo for humilde, tranqüilo, cumpridor dos seus compromissos, e a Oposição não for raivosa, for sensata, creio que o País irá bem e o cidadão aplaudirá Governo e Oposição e, na hora certa, escolherá seus eleitos. Na minha visão, esse é o grande recado das urnas. E V. Ex^a, com muita propriedade, coloca-se na posição – que esposo – de Oposição não-raivosa, oferecendo a expectativa de votação dos temas de interesse do País, mas cobrando. A reforma tributária que nos foi remetida era um desastre. Melhoramos em muito, e a matéria está na Câmara entregue a interesse secundário, porque nos parece que o Governo tem interesse por outras coisas. Aumentar imposto passa rápido; não dobrar salário mínimo passa rápido; mas matérias que tratam de aspectos permanentes, de cumprimento de compromissos, essas demoram. Nós, que fazemos oposição não-raivosa, devemos chamar a atenção do País para o que está acontecendo. Pode contar com o PFL para apreciação consistente, com debate vigoroso, das parcerias público-privadas, como quando da discussão da Lei de Falências. Agora, não podemos votar a toque de caixa. E que nos ajudem. Não nos entupam de medidas provisórias, como estão fazendo. Há mais de vinte medidas na fila. Não nos cobrem apreciação rápida se criam dificuldade para que, regimentalmente, não tenhamos como votar. E, do ponto de vista da responsabilidade, não devemos votar a toque de caixa, porque se trata do legítimo interesse nacional. Cumprimento V. Ex^a reafirmando a posição que esposo: o povo brasileiro definiu que não quer Governo de salto alto, nem Oposição raivosa. Aqui estamos para fazer a nossa parte.

O SR. PRESIDENTE (Heráclito Fortes. PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, a Presidência faz um apelo a V. Ex^a para que encerre o seu pronunciamento ao final do aparte do Senador Tasso Jereissati.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Exatamente, Sr. Presidente, encerro após o aparte do Senador Tasso Jereissati. Teço uma consideração breve sobre o aparte do Senador José Agripino e, em seguida concedo um aparte ao Senador Tasso Jereissati, encerrando, assim, o meu pronunciamento. Sr. Presidente, V. Ex^a foi muito tolerante de fato.

Vejo, Senador José Agripino, que V. Ex^a tem absoluta razão e, mais, ressalto a solidificação dos laços entre os nossos dois partidos. De parte a parte, a não ser em uma capital ou em outra, em uma cidade ou em outra, onde de fato as condições regionais não permitiam, e, de um modo geral, conseguimos pagar os preços e, às vezes, preços altos, mas, estivemos juntos mostrando que não foi em vão a nossa aliança, que vem de 1994; com percalços aqui, percalços acolá; um entendimento que considero perfeito aqui no Senado da República, que considero muito bom na Câmara dos Deputados. Mas, de Brasil a Brasil, fomos até pagando preços e fomos ficando juntos, ou seja, não tenho nenhuma dúvida de que, em lutas futuras, teremos outras companhias. Mas algo me parece muito concreto e muito certo: estaremos juntos porque, cada vez mais, afinamos nossa visão de Brasil; cada vez mais, afinamos nossos compromissos pessoais até – não acredito em política sem laços pessoais, não acredito em política fria, à la Stalin. Isso é para outros que têm esses delírios; eu não tenho. Acredito em política a partir inclusive dos laços pessoais. É preciso que quem faça política junto goste daquele com quem ele faz política junto.

Queria, portanto, parabenizar V. Ex^a, seja pela belíssima repercussão obtida pelo seu Partido – 13, 14 milhões de votos na eleição –, seja pela ajuda que trocamos para chegarmos a vitórias tão fundamentais, entre as quais essa de São Paulo: Serra e Kassab. Kassab foi tão agredido e, ao mesmo tempo, agora, tão ressarcido. Contra ele não havia absolutamente nada. É bom se fazer esse desagravo aqui, de público. Kassab será um parceiro de Serra, que aprendeu a gostar dele, aprendeu a respeitá-lo, aprendeu a querer bem esse homem público desprendido, que o tempo todo, durante a campanha,

quanto mais era alvo de pancadaria, mais ainda ele lutava e lutava sem perder o flair play, sem perder o compromisso com a vitória, que era do povo paulistano.

Agradeço a V. Ex^a.

Senador Tasso Jereissati, tenho muita honra em conceder um aparte a V. Ex^a e ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, parabéns! É uma redundância dar-lhe parabéns pelo pronunciamento. Essa análise ampla, serena, que V. Ex^a fez sobre o trabalho da Oposição, da relação Oposição/Governo, Governo/Oposição, foi de extrema oportunidade. É importante ressaltar que todo o esforço da Oposição durante os dois primeiros anos de Governo foi no sentido de agir de maneira responsável e elevada. Tentou-se, de todas as maneiras, discutir os problemas de interesse da Nação de forma que fossem encaminhados da melhor maneira possível, sem prejuízos. O Governo não respondeu à altura do trabalho que tentamos desenvolver nesta Casa com boa vontade, com o desejo e a abertura para o diálogo que montamos nesta Casa. Alguém falou sobre a reforma tributária. O Senador José Agripino fez alusão à reforma tributária. Com certeza, se não fosse o trabalho coletivo da Oposição, a reforma tributária não teria passado. Passou diante de uma série de acordos (acordos de cavalheiros, de líderes, de Governo e de oposição) que, sem dúvida nenhuma, valorizariam o diálogo Oposição/Governo. No entanto, Senador Arthur Virgílio, tivemos um total descompromisso do Governo com todas as propostas e compromissos aqui assumidos. Hoje, vivemos, e queria confirmar as palavras do Senador Jose Agripino, não apenas um momento em que a carga tributária é a mais elevada de todos os tempos. Pior que isso, Senador Antonio Carlos, é o caos tributário que vivemos, pois o único objetivo do Governo tem sido arrecadar e arrecadar cada vez mais, matando as perspectivas de crescimento de médio e longo prazo da economia. E quando se fala, e aí voltamos às PPP, que falta para o crescimento é a aprovação de medidas como as PPP há novamente um grande engodo. Na verdade, o que está faltando é um ambiente propício para o investimento. E quem diz isso não é V. Ex^a, não sou eu, não é o Senador José Agripino ou o Senador Tourinho, são instituições internacionais inteiramente idôneas, que têm provado que o ambiente para o investimento

no País não é favorável, ano após ano. Ora, num país em que não existe marco regulatório, e, pelo contrário, a cada mês, a cada ano que passa mais incertezas aparecem, num país em verdadeiro caos tributário, porque não se sabe se poderá investir, podendo aparecer ou desaparecer um imposto novo, num país em que a informalidade volta a crescer diante desse caos tributário, evidentemente não existe nenhuma possibilidade de investimentos. E somando-se a isso esse erro brutal, repetido recentemente, do aumento da taxa de juros no momento em que mesmo diante dessas dificuldades, de início da euforia de crescimento da economia, o Governo volta a acenar no sentido do não-crescimento da economia, levantando os juros. Junte-se a isso falta de homogeneidade nas decisões governamentais, porque não sabemos qual é o projeto de Governo, temos o clima necessário para o não-investimento. É impossível ocorrer investimento nessas circunstâncias. E só para falar mais sobre as PPP e sobre investimento, acabamos de levantar, Senador Arthur Virgílio, que, neste ano, dos recursos alocados para investimento, até outubro deste ano, faltando dois meses, portanto, para o fim do ano, apenas 17% foram realmente processados e executados. Isso mostra um Governo incompetente e incapaz de gastar dinheiro que está a sua disposição, fazendo com que a infra-estrutura também seja adicionada como mais um elemento impedidor do crescimento. O nosso intuito, Senador Tião Viana, não é não colaborar. Queremos colaborar, mas falar agora em postergar a votação das PPP?! O que está acarretando isso? Eu, que fui tido e havido como o grande inimigo da PPP, não sou inimigo e sim amigo do projeto correto. No entanto, temos aqui três medidas provisórias polêmicas que não podemos votar sem mais nem menos. Uma delas trata do Fundo de Compensação de Exportação dos Estados, mais um compromisso não cumprido da Reforma Tributária com os governos e que não pode passar assim. Temos que discuti-lo. Creio que o assunto não foi discutido até agora, Senador Arthur Virgílio, por ninguém, nem por V. Ex^ã, que é o Líder do PSDB, nem pelo Senador José Agripino, que é o Líder do Partido PFL. Ainda não se discutiu este assunto. Outra medida provisória trata de um chip obrigatoriamente inserido nas televisões. Pode ser até uma medida justa. Na verdade, não consegui ainda entender exatamente como isso vai funcionar, mas é uma medida polêmica que alguns consideram até como uma tentativa de censura prévia à programação de televisão. Mas não houve

discussão sobre tais medidas, que estão paradas. Ademais, sabemos que, depois que discutirmos essas medidas, virão da Câmara mais de vinte medidas provisórias.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Já vou encerrar, Sr. Presidente. Obrigado por sua benevolência. Pergunto a V. Ex^a, Senador Arthur Virgílio, que tem grande experiência e vivência parlamentar e ao Senador Antonio Carlos Magalhães: inserir chip na televisão é questão de medida provisória? É relevante e urgente para tanto? É, no meu ponto de vista, mais um erro – por favor, corrija-me se estiver enganado – de visão de como governar, de como lidar com a Oposição, até porque esta Casa, que está sendo acusada tantas e tantas vezes de não estar votando, efetivamente não está procedendo às votações necessárias. Percebo que o Senador Eduardo Suplicy precisa falar.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Tasso Jereissati, e lhe digo que, para mim, não é matéria de medida provisória, não. V. Ex^a falou do Orçamento. Estamos em novembro, e o Orçamento, até o momento, está sem regra, sem resolução, o que mostra o descontrole do Governo.

Quanto às PPP, não há nada; não está simplesmente funcionando a Comissão. Em relação às PPP, V. Ex^a fala, com toda a autoridade, pelo nosso partido, nessa matéria, como falou em reforma tributária. E estamos aqui, lançando um desafio ao Governo: mais reformas, e reformas verdadeiras, é o compromisso que nós queremos. E, nesse perfil, é que pautaremos a nossa atuação, com muita ênfase a partir de 2005.

Senador Antonio Carlos, após V. Ex^a, eu encerro.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Senador Arthur Virgílio, nós aqui – e eu digo principalmente o meu grupo – fomos responsáveis por aprovações importantes do Governo, até mesmo coerentes com o nosso passado em relação a essas reformas. Sei bem que a reforma tributária só passou por causa dos três votos dos senadores da Bahia, que estavam solidários com o ponto de vista do Senador Tasso Jereissati. Eu, muitas vezes, achei que V. Ex^a exagerava nessa tribuna. E até o aparteei nesse sentido. Hoje, eu me penitencio, porque V. Ex^a dizia exatamente o que aconteceu. V. Ex^a foi profético,

porque o que ocorreu nesta eleição demonstrou que o Governo tem recursos, sim; só não tem recursos para coisas sérias. Daí por que sofreu tanto nessas suas derrotas. O Partido de V. Ex^a, inclusive, foi o grande vencedor, em São Paulo. E conte quantas pessoas de São Paulo estão neste Governo. V. Ex^a sabe que o Rio Grande do Sul tem três Ministros eram quatro com Emilia Fernandes. Saiu Emilia Fernandes, ficaram três: os Ministros Miguel Rosseto, Olívio Dutra e Tarso Genro. No Rio Grande do Sul, José Fogaça, que eles derrotaram na vez passada, teve uma vitória brilhante, demonstrando mais uma vez que a política do Governo estava errada, até mesmo onde eles já tinham a administração há 16 anos. Em São Paulo, houve o desastre que mais doeu ao PT, tendo em vista evidentemente os resultados que, no futuro próximo, vamos sentir. De modo que o Governo precisa se livrar de Ministros ruins. Eu sempre disse aqui que o Governo tinha entre cinco e seis bons ministros e que podia jogar o resto no lixo. Talvez ele não tenha mais nem seis. Fica-se nessa situação? O Presidente Lula não está vendo? O Presidente Lula é inteligente. Quem conversa com Sua Excelência vê que tem sensibilidade, embora não tenha conhecimento. Quem dá esse conhecimento ao Presidente são esses Ministros; se esses ministros falham... Quem tem 35 ou 36 ministros não despacha nem uma vez por ano com cada um. Então colocam para brigar a Ministra Marina Silva com o Ministro Roberto Rodrigues; o Ministro Luiz Fernando Furlan com...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Carlos Lessa.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – ...com Carlos Lessa. E tudo isso passa em branco. Não tem conversa nenhuma.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Carlos Lessa é do tempo do foxtrote.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Exatamente. V. Ex^a faz um retrato real da situação. É preciso acordar o Presidente Lula em relação a esse ponto. Não negamos a sua inteligência. Ninguém chegaria a Presidente da República, sendo torneiro mecânico, se não tivesse qualidades. Entretanto, essas qualidades estão desaparecendo, porque o povo está se considerando iludido após ter votado no Presidente Lula nas eleições anteriores. Por isso, procurou fazer parte da desforra nessa eleição municipal. V. Ex^a, como profeta, pode dizer o que ocorrerá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Antonio Carlos Magalhães; respondendo a V. Ex^a, encerro o meu pronunciamento.

V. Ex^a é uma advertência viva com sua altivez, e a oposição tem sido, ao seu lado, uma advertência viva ao Governo, a de que não cabiam soluções falsas. Determinado revés ocorreu, Senador Antonio Carlos Magalhães, e o Governo respondeu assim: “Vamos cooptar cinco ou seis senadores do PSDB, do PFL ou de outro partido”. A resposta é sempre a pior. A resposta nunca é nobre, nunca é generosa. Diante disso, o Governo está desafiado a cooptar qualquer Senador do PSDB, mas não tem moral nem condição de cooptar senadores do PSDB porque não há nenhum senador do PSDB à venda em uma vitrine com preço no pescoço. Se não tem condição moral ou prática para cooptar quem quer que seja, o Governo deve calçar as sandálias da humildade e negociar conosco o interesse do País. Dessa forma, contará comigo, com V. Ex^a, com o Senador Tasso Jereissati, com todos nós, porque esse é o nosso dever.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – O Governo negocia, mas não cumpre.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem falar nisso. Há aquela velha história de que um negociava a genitora e não a entregava, e outro a entregava. Enfim, Senador Antonio Carlos Magalhães, encerro dizendo que espero agora, sobretudo em São Paulo, mas em toda e qualquer capital deste País – e houve eleição em todas elas – uma transição de derrotado para vencedor à altura daquela que o ex-Presidente Fernando Henrique fez na direção do Presidente Lula. Esperamos isso da Prefeita Marta Suplicy, cuja valentia e combatividade exalto. Foi uma adversária valorosa. Não foi fácil ao PSDB derrotá-la. Não estou aqui para obscurecer seus méritos. Possui muitos méritos e tem muito futuro na vida pública. Mas S. Ex^a mostrará agora o seu tamanho, fazendo, ou não, uma transição para Serra à altura daquela que Fernando Henrique fez para Lula. No mais, o PSDB, que os jornais e os números dizem vitorioso nas eleições, está aqui para propor ao Governo que eleições agora só em 2006. Não se fala mais em eleição; fala-se agora em reformas estruturais; fala-se agora em crescimento econômico; fala-se agora em desenvolvimento; fala-se agora em votação de matérias sérias; fala-se agora em fim da fisiologia; fala-se agora em fim das

promessas não cumpridas; fala-se agora em fim do engodo; em fim do rolo compressor; em fim do desrespeito à altivez do Senado e à altivez da Câmara; em fim da cooptação. Se o Governo quiser entrar por este terreno, o terreno da seriedade política, ele contará conosco. E contando conosco poderá – a custo zero – aprovar as matérias que sejam do interesse do País. Estamos aqui para dizer: nosso voto, Presidente Lula, não custa nada; nosso voto, Ministro José Dirceu, não exige a diretoria-administrativa ou financeira de Furnas; nosso voto pede apenas humildade de sua parte para nos dizer quais são os acordos possíveis. E havendo acordo possível trabalharemos pelo País. Estamos, portanto, na ofensiva, cobrando resultados de um Governo imobilista que tem medo de fazer as reformas estruturais. Se não tem medo que nos desafie a fazer a seu lado as reformas que modernizarão o País e o prepararão para períodos continuados de crescimento econômico, se Deus quiser, a taxas altas, Senador Eduardo Azeredo.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

As falas de Lula são voláteis e sem preparo

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministro-Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu, não tem mesmo o chamado “desconfiômetro”. Está nos jornais de hoje a tentativa que ele fez ontem de minimizar as sérias observações dos governadores do PSDB, que estiveram reunidos em Palmas, no Estado do Tocantins.

Os governadores não fizeram críticas, como entendeu o Ministro, que se apressou inadequadamente em tachar as ponderações tucanas de “queixas”. Para ele, “queixas que beiram o ridículo”.

Outra inadequação: Dirceu posou para a imprensa à frente da grande bandeira nacional do Planalto. Um desrespeito aos símbolos nacionais. Os símbolos pátrios – com exceção desses inventados pelo Governo petista – pressupõem o diálogo democrático. Dirceu não é nada democrata, na medida em que procura impor uma verdade única, que é a de seu partido, o PT. A Oposição que saia de baixo...

Pior do que o Ministro saiu-se o chefe dele. Eis aí mais palavras nada democráticas, estas do Presidente Lula: “Não haverá intriga, futrica e eleição que possa frear o desenvolvimento”. Agressões à gramática à parte, em concordância como em estilo, Lula também posou de figura imperial, outro dono da verdade. Ele não entende nada de jogo democrático e imagina que a Oposição tem que se portar como um bando de robóticos dependurados em arame de ventríloquo.

A fala de um e de outro, a do “Imperador” e a de seu fiel escudeiro, essas sim são emanações voláteis de espírito sem preparo.

Pobre do PT e de seu tosco Governo se não existisse Oposição! Os opositoristas são uma parcela legítima da sociedade civil e, em nome de milhares de brasileiros, apontam os equívocos da equipe de plantão no Palácio do Planalto.

Vejam só que tamanho disparate na fala do Ministro Dirceu, para quem a suspensão dos repasses do salário-educação aos estados “foi uma medida que atendeu aos interesses de todos os municípios e não há por que modificá-la”. Fala imperial do Sr. Dirceu.

Que interesses são esses? São, no fundo, no fundo, apenas “interesses, meros interesses”? Quais são, ninguém sabe. Vão para os contos da carochinha.

O que os governadores disseram em Palmas repete o que eles ouvem às pamparras na voz dos seus coestaduanos. Por exemplo, o Governador Aécio Neves, de Minas Gerais, ponderou que faltam apenas cinco meses para o final do ano e nem sequer os convênios para os repasses dos recursos de 2004 dos Fundos Penitenciário e de Segurança foram liberados.

Que interesses há nessa prática de esconder o dinheiro nos colchões? Perguntamos eu e a Nação ao nosso autoritário e ainda Ministro José Dirceu.

Por falar em ridículo, agora devolvo essa balda ao Ministro Dirceu, indagando-lhe: ridículo não terá sido o gesto do Presidente, que, como avestruz do cerrado, não quis demitir Dirceu no episódio Waldomiro Diniz, o chamado Waldomiro dos Bingos?

O que o Governo petista ensaia faz pena, dá dó. É uma orquestração sem ritmo, sem cadência, feita de lorotas. Por isso, é bom lembrar: lorotagem, conversa fiada, piada, gabolice e bazófia não combinam com a Bandeira Nacional. Da próxima vez, que tal usar aquele dístico nazistóide do “Brasil, um país de todos”? A Ditadura Militar pelo menos usava emblemas e frases do tipo “ame-o ou deixe-o”. Respeitava-se a Bandeira. Agora, nem isso.

Sr. Presidente, peço que faça parte dos Anais da Casa o editorial de hoje do jornal O Estado de S. Paulo, que repõe a verdade dos fatos, mostra que os governadores tucanos exerceram um direito legítimo e, mais ainda, reconhece neles razão de mérito, contraditando, portanto, o autoritarismo e o menosprezo com que foram tratados pelo Presidente Lula e pelo Ministro José Dirceu.

O Presidente Lula, volto a dizer, concordância gramatical à parte, fala em frear, fala em intriga, futrica e fuxico, enfim. E disso Sua Excelência entende, porque jamais vi uma aglomeração tão chegada à intriga, ao fuxico e à futrica quanto o Partido do qual é Presidente de Honra – o Ministro Palocci sendo atacado pelas

costas pelo Ministro José Dirceu; o Ministro fulano conspirando para derrubar o Ministro Guido Mantega; o beltrano de tal, que não gosta do fulano, plantando notícia na imprensa; dossiês aparecem, e todos sabem que, no fundo, fazem parte do velho acervo de fabricação de dossiês que tem marcado, ao longo de sua existência, a vida desse Partido. Se o Presidente diz que os governadores estão fazendo intriga, vou alertar, Senadora Heloísa Helena, com toda humildade, os meus companheiros governadores tucanos. Direi para terem cuidado, pois pode ser que, no mérito, tenham razão, mas que pode ser que estejam fazendo intriga, Alguém que entende muito disso, que é do ramo, que pertence a um partido que é do ramo, está dizendo que eles estão entrando no ramo como neófitos, amadores, vestibulandos. Alertaria a cada um dos governadores tucanos: “Cuidado, porque um Ph.D em intrigas diz que vocês estão fazendo intriga”.

O que interessa mesmo não é a intriga, ou a concordância gramatical; o que interessa é os governadores tucanos terem, e eles têm, razão de mérito no que reivindicaram e exigiram do Governo Federal.

Não se trata de queixa, de lamúria, até porque quem tem altivez não se lamuria. Quem tem altivez, quem tem razão reivindica, exige, protesta e contesta, não faz queixas. Repito que não se trata de intrigas do tipo daquelas com que o Presidente está acostumado a conviver. Nem sei como Sua Excelência agüenta!

Quero que me apontem dois ou três membros desse Governo que, francamente, gostem um do outro, que tenham efetivo compromisso de afeto e solidariedade política um com o outro. O Governo perde-se, inclusive, nessas entrelinhas das notas plantadas, dos dossiês. Quando alguém pensa que tem de ter mais poder que o outro e que o poder do outro lhe ofende e lhe fecha os caminhos, faz-se um jogo que quase que dispensa a nossa ação de Oposição. A rigor, tem vezes que me sinto desempregado em potencial, porque não há necessidade, muitas vezes, de se fazer oposição a um Governo que erra tanto e tem uma oposição interna tão dura, e não me refiro à Oposição, que, ideologicamente, contesta o Governo, e contesta abertamente, mas à oposição dentro do próprio PT. Não me refiro à oposição aberta, e sim à da intriga, à das notinhas plantadas, à da fofoca. O que diz o Presidente Lula? Diz que é a oposição da intriga, da futrica. E a da eleição? Eu jamais vi Governo tão eleitoreiro. Ele sabe que está engodando a respeito dos resultados econômicos, mas precisa melhorar a sua perspectiva na eleição, ainda que depois sobrevenha uma brutal desilusão, porque

o Presidente Lula já deveria ter maturidade suficiente para saber que não é nada demais a economia crescer três ou quatro por cento no ano. O que é preciso é fazer com que o País cresça algo semelhante no ano seguinte, e não com que cresça muito em um ano e nada no outro, dando, no final, essa média infeliz, insuficiente, de dois ponto alguma coisa por cento ao longo dos últimos vinte anos, com o Brasil agravando todos os seus problemas e não marcando o encontro com o seu grande destino.

O Presidente Lula não há de imaginar que o Brasil cresceu em média 2,2% ao ano nos últimos vinte anos porque cresceu 2,2% ao ano todos os anos. Deve saber que o País cresceu 5% num ano, no outro não cresceu nada, no outro cresceu menos 0,5%, no outro cresceu dois ponto alguma coisa, dando uma média de 2,2%, como a média de Fernando Henrique, que foi de 2,4% ao ano. O Presidente Lula tem que dizer para as pessoas, com sinceridade, com honestidade, e honestidade intelectual, que não deve faltar a ninguém – honestidade deve ser redonda, não deve ter aresta alguma –, que a média dele é de 1,75% na média do biênio, pois, se crescer 3,7% este ano, menos 0,2%, significa 3,5%, resultando, portanto, em 1,75% na média do biênio, o que é menos do que o Brasil tem crescido, e tem crescido mediocrementemente, ao longo das últimas duas décadas.

Quem fala em eleição de maneira enferma é o Presidente Lula. Quem gosta de fuxico são os companheiros do Presidente Lula, um contra o outro até, quem gosta de intriga é o Partido do Presidente Lula e quem gosta de futrica me parece que é essa mesma gente que vive plantando nota um contra o outro. Não se pode dizer isso da Oposição, que vem de peito aberto exercitar aquilo que é um direito seu, que é, mais do que seu direito, seu dever: fiscalizar o Governo que venceu as eleições para que o Brasil não permita que o Governo cometa todos os desatinos que, se o deixarmos solto, ele cometerá, até pelo despreparo que vem marcando os passos do Presidente e dos seus principais auxiliares.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

A impunidade não pode jamais prosperar

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, passou-se hoje no País fato da maior gravidade, que deve ser tratado de maneira transparente, sem meias palavras e sem subterfúgio.

O Departamento de Polícia Federal, a partir de determinação de Macapá, capital do Amapá, eclodiu a chamada Operação Pororoca, atingindo 25 pessoas inicialmente, 18 dessas detidas do Amapá, envolvendo, segundo a Polícia Federal, conexões, além do Amapá, com o Pará, Minas Gerais e Distrito Federal. É uma investigação que remonta há dois anos e tinha como foco central de investigação o Presidente da Comissão de Licitações de Santana, no Amapá.

Segundo relatório sucinto que me fez o Dr. Zulmar Pimentel dos Santos*, Diretor Executivo do Departamento de Polícia Federal, as dúvidas se concentram no Porto de Santana, que estaria superfaturado – R\$64 milhões –, e mais um total de licitações questionados, perfazendo, no total, R\$103 milhões. As acusações são pesadas: corrupção ativa e passiva; formação de quadrilha; tráfico de influência; advocacia administrativa; peculato; prevaricação; usurpação de função pública; inserção de dados falsos em sistema de informações.

Pois bem. As duas figuras mais visadas, além do Presidente da Comissão de Licitações de Santana do Amapá, são os Srs. Sebastião Ferreira da Rocha, ex-Senador da República, e o empresário Luiz Eduardo Pinheiro Correa, dirigente da Construtora Método. Segundo a Polícia Federal, estariam arrolados empresários, funcionários públicos e políticos. Entendo que a cada um dos acusados será dado amplo direito de defesa e que, a isso ser verdadeiro, é salutar para o País estarmos, de fato, em uma rota de passar nossos costumes políticos a limpo. Se faltava transparência, as pessoas começam a

perceber que o clima já não é de impunidade.

Entretanto, preocupa-me um fato: o Sr. Fernando Flexa Ribeiro, Primeiro Suplente de Senador, do meu partido, é senador virtual, porque o titular da cadeira, Senador Duciomar Costa, elegeu-se, por ampla margem, Prefeito da cidade de Belém, nas últimas eleições, no Pará. No dia 1ª de janeiro do ano vindouro, assumirá a cadeira do Senador Duciomar Costa o seu suplente, Fernando Flexa Ribeiro, que foi também detido e levado de Belém para Macapá.

Primeiro, eu gostaria de dar o depoimento que posso oferecer sobre Fernando Flexa Ribeiro. Reputado empresário em Belém, ex-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, ele não é uma pessoa qualquer, pois tem um bom nome no concerto da Confederação Nacional da Indústria. O Sr. Fernando Flexa Ribeiro foi presidente do diretório regional do PSDB e é figura sobre a qual jamais vi pesar qualquer acusação, nada que desabonasse o seu conceito corrente, nada que desacreditasse a sua conduta.

As informações que tenho indicam que nem sequer ele teria participado da tal licitação suspeita, pela qual ele teria sido preso. Disponho de informações muito esparsas. Fui ao Presidente da Casa, Senador José Sarney, que prontamente procurou, junto à Polícia Federal, levantar informações que nos esclarecessem sobre o assunto. Procurei o Senador Romeu Tuma, que já foi Delegado-Geral da Polícia Federal, e S. Exª, de maneira expedita e correta, buscou levantar todos os dados. Evidentemente, procurei o Dr. Paulo Lacerda e o Dr. Zulmar Pimentel, atuais dirigentes do Departamento de Polícia Federal.

Durante todo esse tempo, discuti com o Senador Luiz Otávio e com o Governador Simão Jatene* os efeitos da Medida Provisória nº 193 sobre a economia do Estado do Pará, que importa a tantas outras economias do País. Abordei esse assunto com o Governador Simão Jatene, que, passando o seu Governo muito ao largo de tudo isso, estava extremamente preocupado com o destino do Sr. Flexa Ribeiro*, pessoa respeitável e de boa reputação no Estado do Pará. Há pouco tempo, estive com o Sr. Flexa Ribeiro em um comício a favor da candidatura do Senador Duciomar Costa. É possível perceber o respeito com que ele é tratado pelas pessoas: de funcionários de restaurantes a guardadores de automóveis; de cidadãos da mais alta escala social até pessoas mais humildes. Não foi por defeitos que teria sido indicado para tantos cargos relevantes em sua vida.

Senador Luiz Otavio, de início, analisando a situação com a frieza que o momento impõe, cito alguns dados: corrupção ativa e passiva: não me parece ser essa a formação do Sr. Flexa Ribeiro; formação de quadrilha: também jamais o vi sob esse prisma; tráfico de influência: cidadão muito querido no País inteiro.

Por exemplo, fui Ministro de Estado de uma pasta bastante poderosa da República, nunca fui procurado pelo Sr. Fernando Flexa Ribeiro* para me fazer a menor solicitação, envolvendo qualquer tema que pudesse estar atinente a qualquer ministro daqueles que eu ajudava a coordenar como auxiliar direto do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nunca o vi buscar nada por meio do tráfico de influência.

Quanto à advocacia administrativa, creio que a resposta anterior elide a segunda dúvida; peculato: se ele não tem cargo público, está livre de acusação de peculato, porque isso é o estelionato do servidor público e ele não o é; prevaricação: ocorre o mesmo, ou seja, não pode ter prevaricado se servidor público não é; usurpação de função pública: se não exerce função pública, não pode ter usurpado função pública qualquer; inserção de dados falsos em sistema de informação público: tampouco me parece que alguém de fora, algum agente privado tivesse incorrido nesse crime.

Sei que o Senador Flexa Ribeiro está bem assistido por advogados. Contaram-me que o seu tratamento é digno. Espero que tenha ampla oportunidade de fazer uma ampla defesa da sua reputação e, agora que ele se prepara para a posse como Senador, perante a sociedade brasileira. Concedo ao Senador Flexa Ribeiro, por razões de estima e por razões de companheirismo, todo o benefício da dúvida. E este benefício eu não negaria a ninguém. Quem me conhece sabe que não é do meu molde e do meu feitio negar o benefício da dúvida a ninguém. Não estou aqui para julgamentos à Torquemada*; não sou inquisitorial e não o seria em relação a uma figura por quem desenvolvi, ao longo do tempo, estima pessoal. Gostaria muito que isso tudo fosse um pesadelo e espero que o Senador Flexa Ribeiro possa retornar à sua vida empresarial e familiar isento de qualquer suspeita, de qualquer culpa, de qualquer dúvida sobre se deveria ou não ser considerado sob suspeita ou culpado.

Procurei relatar a V. Ex^a, Sr. Presidente, e à Casa a operação que, no cerne, me parece meritória, dizendo ainda algumas palavras para ficarmos bem no campo da honestidade e da seriedade intelectual. Alguém me questionou se isso seria perseguição política. Não quero

enveredar por esse terreno porque, se fosse o caso de fazer exploração política do fato, a favor da candidatura apoiada pelo Governo, isso poderia ter sido feito antes da eleição, quando mexeria talvez no resultado das urnas. Então, quero refugar a questão da má-fé, não quero trabalhar com esse dado. Quero trabalhar com o benefício da dúvida a uma pessoa que respeito, apenas isso.

Estou considerando como presumivelmente de boa-fé a ação do juiz federal e como muito certamente de boa-fé a ação da Polícia Federal, que não fez outra coisa a não ser cumprir a ordem judicial. Não estou aqui para fazer outra coisa. Estou aqui para torcer, como ser humano, como tucano, pela absoluta absolvição em relação a esses fatos do conceito corrente do Senador Flexa Ribeiro.

Por outro lado, entendo que, se feitas dentro da lei, fora da espetaculosidade e estritamente de acordo como os mandamentos legais e constitucionais, essas ações não são ruins para o País, são ações boas, porque mostram a pessoas do velho pensamento que é fundamental ter uma nova forma de encarar a coisa pública. E a forma única de encarar a coisa pública tem de ser pela via do respeito e pela via da submissão, do respeito às leis que visam a preservar o próprio respeito à coisa pública.

Não me alongarei mais depois de ter feito essas considerações e de ter evitado o jogo politiquero, de passar para frente, o que tenho visto ocorrer tão comumente.

Outro dia, aconteceu um fato lamentável, envolvendo o Sr. Duda Mendonça. Não sou capaz de explorar o drama humano e tenho muito respeito por ele como profissional, mas o presidente do PT, àquela altura, disse: "Isso é coisa do PSDB". Como se o PSDB tivesse uma ala da Polícia Federal que lhe servisse.

Desta vez, está detido um virtual senador do PSDB. Então, que ala da Polícia Federal teria prendido o Sr. Flexa Ribeiro? Eu poderia cair no mesmo jogo medíocre em que incorreu, por mais que brilhante seja, o meu querido amigo José Genoíno. Então, não vou dizer que se trata de uma ala do PT.

Entendo que não deve ter havido má-fé do juiz, nem da Polícia Federal. Espero que tenha havido um grande equívoco em relação a Flexa Ribeiro e que o Brasil não se detenha diante da necessidade de se combater o desvio de recurso público onde quer se manifeste, em

qualquer instância, em qualquer momento, em qualquer situação. Essa é a minha forma de ver a questão brasileira neste momento.

O Brasil, às custas talvez até de uma injustiça praticada contra alguém, pode acreditar que está avançando. É melhor corrigirmos um eventual excesso do que, tentando não cometer excessos, passarmos a mão na cabeça de quem pratica a corrupção neste País, que é responsável por prostituição infantil, é responsável por menor abandonado, é responsável por distribuição irregular de riqueza, é responsável por desemprego e por uma série de mazelas sociais que secularmente vêm desafiando a nós todos.

Sr. Presidente, aproveito o tempo de que ainda disponho para, pura e simplesmente, dizer como me sinto tocado por esse fato. É como se fosse um pesadelo para mim e para qualquer pessoa do PSDB imaginar que pudesse ser cabível essa ação em relação ao Senador Flexa Ribeiro, que tem merecido a nossa confiança, a confiança da Confederação Nacional da Indústria, que mereceu a confiança dos seus pares na Federação das Indústrias do Estado do Pará, um empresário que, com certeza, está dentro das regras do jogo.

Não sou empresário e me sinto muito confortável em não o ser. Muito confortável. Não empreendo nada, a não ser aquilo que posso empreender dentro da atividade pública, mas entendo que existe um certo sistema que funciona com certas regras. Dentro dessas regras, sem aspirações à santidade, imagino – como sempre imaginei – que o Sr. Flexa Ribeiro se portasse conforme a média dos empresários brasileiros. Estou triste, portanto. Muito triste!

Esse é também o sentimento do Governador Simão Jatene, do meu Partido. Esse é o sentimento que me foi transmitido em nome da bancada de deputados federais do meu partido, no Pará, pelo Deputado Anivaldo Vale. Esse é o sentimento de todos aqueles que se acostumaram a conviver nas convenções, nos comícios, nos congressos, com a figura entusiasmada de alguém que demonstrou o tempo inteiro acreditar no PSDB e nos ideais da Social Democracia Brasileira, sem fazer o papel do trãnsfuga, sem adesismo, sem trocar de lado, sempre seguindo a linha correta desse homem público admirável que é Almir Gabriel, a linha correta desse homem público admirável que é Simão Jatene, de alguém que, por suas qualidades e seus defeitos, sempre se manteve em um determinado lado, um homem sereno e, sob todos os aspectos, a meu ver, apreciável como cidadão.

Portanto, após haver relatado todos os pormenores do relatório sucinto que me foi passado por telefone pelo Dr. Zulmar Pimentel, Diretor-Executivo da Polícia Federal, aqui exponho, de maneira muito clara, meu desejo, que se divide em dois itens. O primeiro é que todos os culpados por esta ou qualquer outra malversação de recursos públicos sejam punidos. Todos. Não importa a que partido pertençam, em que latitude se situem, não importa quem seja. Se mexeu com dinheiro público, é fundamental que haja punição.

O outro desejo é muito pessoal, muito sentimental, muito íntimo. Desejo muito fortemente que o Senador Flexa Ribeiro possa esclarecer sua parte nessa situação, e sair dela ileso, limpo, liso, sem mácula, embora, com toda certeza, com muita amargura pela situação vexatória a que está submetido. Quero vê-lo retornar inteiro ao convívio de seu partido, ao convívio de sua família e de seus amigos. Torço, rezo e espero por isso. Seria, de fato, muito triste para todos se não fosse assim. Será muito triste se não for assim. Será muito feliz, muito venturoso para nós se for assim. Seria muito alegre para todos nós se fosse assim. Seria algo que nos encheria de júbilo, muito menos pelo fato numérico da cadeira que ocupará, até porque jamais o havia visto como Senador – para ele ocupar o cargo foi preciso um Senador com oito anos de mandato se dispor a disputar a prefeitura da sua cidade. Na verdade, estou vendo o ser humano que estimo, estou vendo o ser humano que sempre respeitei, estou vendo o amigo que sempre acatei e o companheiro de partido que me ajudou, junto a tantos outros e sob orientação de Fernando Henrique, de Mário Covas, a construir esse partido pujante que, na adversidade, cresce tanto como o PSDB cresceu nas urnas.

Não é possível negar que o PSDB é um partido definitivo, um partido que veio para ficar, um partido que vai vencer e vai perder eleições presidenciais, ainda muitas ao longo do tempo. Vamos passar e ele não vai passar. É um partido de verdade, um partido ao qual se dá orgulho de pertencer. E se temos orgulho de pertencer a um partido como PSDB, sempre tivemos orgulho de ter nos nossos quadros alguém como Fernando Flexa Ribeiro. Sempre tivemos orgulho de ter alguém como ele.

Portanto, espero que a impunidade não triunfe e que tenha havido um grave mal entendido em relação ao Senador Flexa Ribeiro. São meus sinceros votos. De qualquer maneira, não posso me voltar contra uma decisão da Justiça cumprida pela Polícia Federal. Não

posso cair nesse primarismo. Não posso sair por esse escapismo em que vi o presidente do PT incorrer há pouco tempo, durante a campanha eleitoral. Se ocorre algo que prejudica a candidatura de dona “fulana de tal” em São Paulo, diz-se que a culpa é do PSDB ou não sei de quem.

Não estou aqui para encontrar culpados. Quero saber é se há ou não razão para se ter feito a prisão, vexatória como foi, do Senador Flexa Ribeiro. Apenas isso. Quero formar minha convicção sem inventar bodes expiatórios, sem nenhuma concessão à levianidade, até porque, se não sou leviano, não posso fazer concessões à levianidade. Afinal, só faz concessões à levianidade quem leviano é ou quem a leviano se candidate. Não é o meu caso. Porto-me como Senador da República brasileira e como tal relatei fielmente o que ouvi da Polícia Federal. Como senador da República brasileira peço que prossigam as investigações até o final e como cidadão brasileiro, como ser humano, torço para que no rol das coisas, na verdade, não esteja o Sr. Fernando Flexa Ribeiro

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O caso Waldomiro, vergonha nacional

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é hora de desafivelarmos quaisquer máscaras e não tergiversarmos sobre a realidade que está posta.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, evidentemente, após ter convicção de que a revista *Época* faria a publicação da matéria que está escandalizando o País, a meu ver, tomou a decisão escapista de demitir o Sr. Waldomiro. Imaginou, com isso, que, no curso das investigações da Polícia Federal, haveria certa capacidade de controlar os limites do escândalo. Agora, um fato: o que mostra o escapismo, mostra a pressa. O Diário Oficial de hoje não registra a demissão do Sr. Waldomiro; ele ainda não está demitido oficialmente.

Por outro lado, pergunto, de maneira muito enfática – o caso é de 2003, o Presidente Lula favorito nas eleições, arrecadação de dinheiro muito farta –, por que colocam no quarto andar do Palácio do Planalto alguém conhecido por sua má-fé ou capaz de enganar os mais altos dirigentes da República?. Na hipótese de enganar, eu acrescentaria: estaria o Governo sofrendo de alguma idiotia de dicionário? Na hipótese de não enganar, pergunto: uma pessoa com suspeitas, com reservas, sobre a qual existiriam rumores? Não é possível ter relação com o Sr. Carlos Cachoeira sem que ninguém a sua volta percebesse que é uma figura chegada a conversas escusas. Na primeira hipótese, o Governo não sabia, coitado. Como vai conduzir um País que exige uma visão estratégica, sem conseguir perceber os instintos do Sr. Cachoeira, junto com o Sr. Waldomiro das “couves”. Na outra hipótese, havia indícios que foram fazendo o Sr. Waldomiro crescer na escala funcional.

Ouçõ a resposta pálida do Governo, inconvincente, defensiva. Falam em prefeituras, e a primeira a ser investigada deve ser a de Santo André. Aliás, parece que a outra revista, a rival da *Época*, a

Veja, virá domingo com Santo André. Diante disso, estou pedindo à Mesa que solicite ao Ministro da Justiça garantia de vida para o Sr. Waldomiro, por entender que seis pessoas correlatas ao caso de Santo André foram assassinadas. É bom que preservemos sua vida, para que fale tudo que sabe no momento apropriado. E o momento apropriado, para mim, haverá de ser a CPI.

Sr. Presidente, sinceramente, não consigo imaginar uma figura com essas ligações no Governo de que participei, mas faço idéia, se um escândalo dessa proporção, envolvendo outro tipo de gente, ocorresse no Governo Fernando Henrique Cardoso, do carnaval que não estaria sendo feito pelo Partido dos Trabalhadores, com a sua sanha oposicionista, da falta de tranqüilidade, da precipitação no julgamento. Aqui não julguei ninguém, apenas pedi que se apurasse a questão a fundo, porque não aceito que o Sr. Waldomiro seja bode expiatório e, por outro lado, que aqui percamos um só minuto desse fio da meada que vai mostrar os verdadeiros culpados e os inocentes.

O Presidente Lula, com essa atitude defensiva, causa-me certa decepção. Estou esperando que os seus líderes assinem, para dar o exemplo, o pedido de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito a ser formulado à Casa pelo Senador Antero Paes de Barros, que fez a denúncia. A matéria é séria, os jornalistas o são. A matéria mostra uma gravação, que não foi submetida, segundo a perícia, a edições e sobre a qual não poderiam apenas dizer: ponham o Waldomiro para lá, e agora vamos trabalhar na Polícia Federal. Não haverá controle sobre a Polícia Federal, pois ela é composta de pessoas que têm compromisso com o País. Nós sabemos que essas investigações – quem quiser se iludir que o faça – acontecem e acontecerão no momento exato, necessário.

Isso me causa certa decepção, porque sempre digo que, das pessoas que governam este País, as do núcleo, eu não esperava corrupção do tipo puro sangue. Eu esperava corrupção, por exemplo, fisiológica, de alguém que quis o cargo tal e o usou mal. E dizia que eles são malcriados, atrevidos, pessoas às vezes injustas nos julgamentos. Eu esperava tudo. Não me surpreendo com a demonstração de incompetência de vários setores do Governo, mas esse episódio me choca a ponto de aqui repetir, com muita serenidade, o que ainda há pouco disse com mais arroubo: o Presidente Lula, com relação a esse episódio, tem de mostrar que é legítimo para governar a Nação. Eu

aceito – tenho feito este acordo tácito com o Presidente, de maneira até honrosa – ser governado por Sua Excelência. Ou seja, Sua Excelência é o príncipe, e eu, um súdito; Sua Excelência é o governante, e eu, o governado. Aceito ser governado pelo Presidente Lula, com muita honra até; como Oposição, divirjo de Sua Excelência e entendo que poucas pessoas teriam mais legitimidade, consagrado que foi por sua vida, pelo voto popular, para governar este País. Eu não saberia ser governado por um governo que não entendesse legítimo. Foi assim com a ditadura militar. Eu exijo do Presidente da República uma resposta mais clara do que a que foi apresentada até agora, que, por pálida, não merece meu acatamento.

A questão não está sanada com a investigação que se manda fazer e com a demissão do seu Waldomiro, que nem publicada no Diário Oficial foi ainda. Não se acaba isso assim. Não vamos iludir o Presidente, e Sua Excelência não deve iludir-se com fantasias. O Presidente tem de honrar seu passado e dizer: vamos investigar isso a fundo. E a forma mais óbvia, mais transparente, que encantaria o País seria mandar sua base parlamentar assinar, consentir, concordar com a Comissão Parlamentar de Inquérito; veríamos, assim, quem é culpado e quem não o é, sem mais tergiversações. Fora disso – não queria colocar-me na outra hipótese –, sinto-me como aquele súdito que tem de se rebelar contra o rei, como o governado que não aceita o governante. Eu me sentiria, Senador Mão Santa, Presidente na presente sessão, por ser algo tão grave para a República brasileira, como alguém que, por falta de legitimidade, teria de fazer uma guerra muito mais aberta do que a luta normal e democrática de oposição. Quero que o Presidente me mostre a legitimidade desse episódio; quero que isso seja demolido pedra por pedra.

Estava, ainda agora, lembrando quantas vezes ouvia as críticas que o PT fazia a momentos de denúncia contra o Governo Fernando Henrique, quando a resposta deste era: “Isso tumultua o quadro; a CPI é inconveniente” – e vejam que aquele Governo acabou permitindo que se realizassem CPI e mais CPI, para investigar seus atos. E vinha o PT e dizia que quem não deve não teme e que era hora de fazer apuração.

Muitas vezes eu me punha – e como é difícil a função de um Líder! – a interpretar o que às vezes não era o meu desejo. O meu desejo era de já deixar fazer logo de uma vez. E quantas influenciei para que fossem realizadas. Menciono o caso Sivam, em que eu

disse: meu Deus, estão transformando em escândalo o que é um caso. O affair Sivam virou escândalo. Não havia santos naquela história, numa concorrência enorme, vultosíssima, que envolvia duas gigantes desse mercado no campo internacional. Estavam transformando em escândalo o que era, na verdade, uma tentativa de visão estratégica lançada sobre a Amazônia.

Eu dizia: Presidente, vamos deixar acontecer logo essa CPI de uma vez. Houve uma sessão do Congresso, eu era minoria, e via lá pessoas do PT, pessoas muito prezadas, muito queridas, pedindo a CPI do Sivam no diploma e ao mesmo tempo, Senador Efraim Morais, diziam assim: não concordamos com esse crédito, não concordamos com aquele, com aquele outro. Perguntei: e esse aqui? Aí me disse um representante do PT: “Não, para o Sivam não podemos negar dinheiro”.

Meu Deus do céu! como pode a leviandade ir tão longe? Se estavam pedindo uma CPI para o Sivam, como podiam, ao mesmo tempo, dizer que créditos fartos, sem discussão, deveriam ser votados a favor da continuidade da implantação da infra-estrutura daquele projeto? Fico imaginando o carnaval que não seria.

Sr. Presidente, vim com muita tranqüilidade dizer que hoje seria um dia em que eu pensava fazer uma crítica ao Presidente Lula. Era a minha intenção de ontem, em função do que hoje a imprensa estampa. A jornalista Diana Fernandes afirma que o Presidente, em conversa com jornalistas, fala em bipartidarismo. Bipartidarismo é coisa de ditadura, é coisa do tempo de MDB e Arena, é coisa do tempo de PDS e PMDB. Temos o direito a uma expressão maior. Ele disse que na Espanha é assim. Mas na Espanha há 14 partidos.

Pensei que ia criticar o Presidente por uma declaração um tanto cínica, mais do que no sentido grego. O funcionalismo foi massacrado, ele que acaba de aprovar a reforma da Previdência do jeito que quis. Pensei que ia criticar o presidente pela inconveniência de dizer que o Serra não é candidato de São Paulo porque tem medo da Marta e que a Marta vai ganhar. Ele disse: “Que coisa linda a Marta, elegante, pisando a lama com aquele sapato alto”. O Presidente não pode ter se “grã-finado” tanto assim, mas achar bonito aquele estilo das dez mais elegantes da favela...

Pensei que ia criticar o Presidente nisso, sem perder por ele nem um pinga da minha crença.

Ontem fiz uma dura acusação. O Ministro Anderson Adauto vai deixar os Transportes, admite o Vice-Presidente José Alencar, mas demitido foi quem denunciou o Ministro Adauto. E o Governo não disse nada ontem sobre por que demitira o denunciante.

Sr. Presidente, vejo aqui, na revista Primeira Leitura, Lula admitindo ficar dez anos no poder. Enfim, pensei que iria discutir essas coisas hoje.

Ontem de madrugada, conversei com o Senador Antero. Acordei várias vezes durante a noite e disse: não é possível! Era uma coisa para eu me beliscar, não é o que eu queria que acontecesse, não é o que eu desejasse que se sucedesse, não é algo que imaginasse que fosse saída para nós. Não é o que quero, não é o que desejo. Para mim, o melhor seria que o Presidente da República conseguisse demolir ponto por ponto das acusações, e punidos os culpados, em quaisquer latitudes em que eles se situassem, ficasse restabelecida perante todas essa legitimidade, essa crença que temos de ter nessa figura de biografia tão bonita que é o Presidente Lula. Mas não é com inqueritozinho de fancaria, não é com tentativas de se acabar o inquérito em pouco tempo. Não é assim. Não é imaginando que outro assunto acontece, o Presidente George Bush invade mais um outro país, e se esquece do que se estava falando. Estamos falando de alguém que usava essa linguagem com uma pessoa do calibre moral lá do senhor das Cachoeiras. Essa pessoa – longe de provocar qualquer advertência ao Governo – foi ascendendo, cogitada para ser Presidente da Caixa Econômica Federal, um órgão importantíssimo para a geração de empregos, para a geração do crescimento econômico – e aí diz a revista – “prefere ficar no 4º andar, lidando com os parlamentares”.

Estranhamente, eu não o conheço e sou Líder, pelo segundo ano consecutivo, de um partido de Oposição. Outro dia soube – e repito aqui – que o Sr. Waldomiro teria estado aqui numa hora em que o PSDB ameaçou pedir verificação de quórum, inviabilizando a votação do Orçamento, e que teria reportado isso à Casa Civil como um assessor normal, tipo: “Olha, o Líder está indo, vai recuar ou não vai recuar”. O Sr. Waldomiro nunca me procurou para dizer: “Olha, vamos sentar com o Senador Arthur Virgílio para conversar, ou com o Senador Efraim Morais, ou com o Senador José Agripino, com o Senador Jefferson Péres para discutir com eles, o que era do dever dele e do direito dele como representante do Governo no Parlamento. Ao contrário disso, preferiu conversar não conosco mas com o Sr. Carlos das Cachoeiras.

Portanto, com muita serenidade, Senhor Presidente, eu encerro dizendo a V. Ex^a que a denúncia do Senador Antero Paes de Barros deve ser levada a sério. O primeiro item para levarmos a sério um Governo é que o Governo leve a sério uma denúncia séria como a denúncia de um senador sério que é o Senador Antero Paes de Barros, publicada por uma revista de credibilidade como a Época e por dois jornalistas de calibre – os jornalistas Andrei Meireles e Gustavo Krieger.

Segundo, em face dos antecedentes de Santo André, não tem como não se discutir esse outro assunto. O Governo está tapando o sol com a peneira, a imprensa está alerta para isso, o Congresso está ansioso. Para mim, já não é nada difícil se completar as assinaturas para a CPI de Santo André. Pedi garantia de vida para o Sr. Waldomiro por imaginar que, se tanta gente morreu em torno do caso de Santo André, é bom preservarmos a vida dele de maneira muito atenta. Que fique o aviso, portanto, para a Polícia Federal, para o Ministério da Justiça e para quem mais tenha responsabilidade sobre esse episódio.

Exibo aqui que o governo, às pressas, para usar uma linguagem de gíria, quebrou um galho: vamos tirar o Waldomiro da reta. Mas não está no Diário Oficial. Ou seja, se a revista Época não estivesse atenta, o Sr. Waldomiro estaria ainda nessa vida dupla entre Congresso e Cachoeira, nessa dupla militância entre a conversa legal com parlamentares que representam o povo e a conversa ilegal, na base de mais um ou menos um por cento, na base da propina, na base do banditismo puro e simples, porque não se pode descrever com outro adjetivo o que revela a revista. Então, não vou ficar a essa altura sequer centrando no Ministro José Dirceu, não vou ficar centrando no Sr. Waldomiro. Nesta hora, vou para cima da pessoa que mais merece a minha crença, que é o Presidente Lula.

Presidente Lula, dê a resposta – a de hoje foi pífia – e mostre que é legítimo para nos governar, sob pena de súditos se rebelarem contra o príncipe por não aceitarem que se possa tocar o País neste padrão moral. Não é este o padrão moral que se imagina para o cargo de confiança de Presidente da República e para o Governo de uma Nação que mudou, e mudou muito, empurrada até pelos vícios do PT, que foi ajudando, sim, a criar um novo padrão de exigência ética neste País. Não dá para de repente se torcer. Aquilo que estava dito não vale mais. Para usar a linguagem de bicheiro, não é “vale o

que está escrito". É vale o que virou consenso da Nação, uma nação absolutamente exigente e cobrantina em relação ao comportamento dos seus governantes.

Foi em cima de muito positiva expectativa ética que, sem desmerecimento dos demais candidatos, a começar pelo meu, que é um homem direito, o Senador José Serra, foi em cima da sua plataforma ética que o Sr. Lula da Silva ganhou a eleição; foi em cima da certeza de que o Governo não varreria para debaixo do tapete denúncias nem sérias e nem não-sérias. As não-sérias ele depois as desmoralizaria; as sérias, encaminharia para a punição de quem quer que fosse, em quaisquer latitudes do Governo.

Portanto, registro aqui uma decepção e digo com toda serenidade: nem que o Presidente Bush invada outro país, vamos deixar de tocar nesse assunto. Vamos cobrar esse assunto, vamos cobrar a CPI e implantá-la, vamos investigar todos que tiverem de ser investigados, com aquele ânimo de servir ao País. Quem é culpado tem de ser punido. Não aceitamos bode expiatório.

Terceiro ponto, Sr. Presidente: nós não hesitaríamos em declarar inocentes. A primeira pessoa que quero, sinceramente, desta tribuna, reverenciar haverá de ser o Presidente Lula, que não vai se intimidar diante das cores da velha política e que vai ser capaz de dizer para a Nação – mediante providências concretas, uma das quais é mandar que seus aliados assinem a CPI proposta pelo Senador Antero Paes de Barros – que irá às últimas conseqüências para defender o nome e a integridade do Governo que ele tão mediocrementemente tem governado, mas tão brilhantemente constituiu com uma maioria de 53 milhões nas urnas do segundo turno da eleição presidencial.

Portanto, com a palavra não está ninguém. Com a palavra não está o Sr. Waldomiro, não está o Sr. Cachoeira, não está o Sr. José Dirceu, não está ninguém. Com a palavra está o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os desencontros do Governo Lula

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, este Governo me espanta. Não farei, agora, o balanço do PSDB sobre os 18 meses – para mim, desastrosos – do Governo Lula, porque, ao lado do Líder da Minoria, Senador Sérgio Guerra, já o fiz na Liderança do PSDB, numa ampla coletiva à imprensa nacional. Trago, porém, um episódio que bem revela o caráter do Governo.

Perguntei a dois colegas, ainda há pouco, sobre quem havia defendido o Ministro Palocci e sua política econômica das acusações, mais do que isso, dos ataques, das diatribes do líder do MST, Sr. João Pedro Stédile, que, com todo o direito de dizer o que quiser – e eu, de discordar do que ele diz –, chega às raias do insulto pessoal.

Diz Stédile:

“O sistema capitalista não resolve o problema do desemprego. O panaca do Palocci fica mentindo para o povo, dizendo que o crescimento vai resolver. O Palocci só lê na televisão o que o Lisboa e o Levy, do PSDB, escrevem para ele ler.”

Ou seja, entender que é possível e maduro transplantar o sistema capitalista de produção para uma ordem de cunho socialista é seu direito, e expor as idéias com que concorda é seu dever – eu, por exemplo, não concordo com isso, nem vejo que seja viável. Estranho é esse linguajar ser entendido como natural, atingindo uma autoridade econômica que precisa de credibilidade e respeito durante o período em que ficar no poder. Se ninguém do Governo veio defender o Ministro Palocci nesse episódio é porque há alguma coisa de muito grave está acontecendo naqueles arraiais.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Exª me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não, Senador Eduardo Suplicy. Tem que ser rápido, porque disponho de apenas cinco minutos.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quero apenas informar V. Exª que estou inscrito para falar e, na minha oração, justamente porque sou amigo e companheiro de João Pedro Stédile e do Ministro Antônio Palocci, externarei que a maneira como um dos coordenadores principais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se referiu a S. Exª foi ofensiva, não foi a melhor forma de dizer que discorda de sua política econômica. Desenvolverei o tema e falarei em defesa do Ministro Antônio Palocci. Há muitos aspectos em consideração. O Ministro Palocci tem alguns assessores, como Marcos Lisboa e Joaquim Levy, que, de fato, tiveram muita interação com a equipe do PSDB, mas isso não significa que a política do Ministro Palocci seja a do PSDB.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – A forma ofensiva de referir-se ao Ministro Palocci não é a mais construtiva e adequada. V. Exª mencionou que ninguém aqui defenderia o Ministro Palocci, mas eu o farei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado.

Eu disse, Sr. Presidente, que, até então, ninguém. E o Senador Eduardo Suplicy me diz que defenderá o Ministro Palocci dos ataques. Não sei se defenderá a política econômica liderada por S. Exª, que, a meu ver, tem defeitos. S. Exª demora a baixar juros, baixa menos do que pode, mas preocupa-se com o ajuste fiscal, mantendo o câmbio flutuante, e também com uma taxa de inflação o mais próxima de zero possível, com o compromisso de quitar sempre os débitos brasileiros. Esses me parecem o ponto alto desse Governo.

Não sei se o Senador Suplicy fará a defesa da política econômica do Ministro Palocci, que precisaria de petistas que o fizessem e não só condenassem a grosseria do Sr. Stédile. Para mim, a coisa menor é a grosseria do Sr. Stedile, que já fez isso várias vezes. Uma vez, referiu-se de maneira grosseira ao ex-Ministro Sérgio Motta, após seu falecimento. Isso define um pouco o temperamento e a forma de ser de um homem acostumado a essas diatribes.

Estou vendo que não há aqui quem defenda a política econômica do Governo. Jogam nessa política econômica a culpa de todos os males do Governo, que os tem pela incompetência dos seus ministros, pela falta de lucidez microeconômica, pela incapacidade de delinear marcos regulatórios que atraiam investimentos com segurança; que inchou a máquina administrativa; que, agora – a Veja denunciou –, sobejamente aparelhou o Estado, diminuindo a capacidade do Estado brasileiro de prestar serviços.

Tudo isso parece ser o responsável pela queda do Presidente nas pesquisas, e não o Ministro Palocci ter restabelecido a credibilidade que o Risco Lula havia tirado ao País, nem S. Ex^a dizer que ajuste fiscal é correto; não é ele falar que o superávit primário é uma coisa boa, porque pior é se tivesse déficit primário. Trabalhar com déficit primário significaria calote a curto prazo, juros mais altos, recessão, anarquia que não se quer para o País.

Considero estranho que eu tenha de sair das minhas tamancas para aqui dizer que há méritos, sim, na política que o Ministro Palocci faz e estranhar que o partido, no máximo pela figura piedosa e generosa do Senador Eduardo Suplicy, se disponha a denunciar ou a condenar as diatribes e os insultos do Sr. Stédile; não, talvez, a fazer a defesa enfática e clara de pontos de acerto do Sr. Palocci. Quer ver onde ele acertou? Acertou mantendo em 4,5% para o ano que vem a meta central de inflação, até porque com 2,5% dá para ir a 7%. Este ano vai ficar em seis ponto alguma coisa. Não teria sentido nenhum acenarmos com a possibilidade de que o Governo concordaria com alguma coisa acima de 7% de inflação no ano que vem. Se mantivéssemos 5,5%, estaríamos acenando com a possibilidade de 8%, e isso não levaria o Brasil a bom termo.

Estou apenas, com coerência, defendendo o que eu defendia antes. Aqui estou reconhecendo ao Sr. Stédile todo o direito de dizer tudo o que quiser. Deploro a grosseria, mas considero que ele tem o direito de tentar transformar o Brasil numa outra ordem, numa outra realidade, se ele puder e se isso se lhe apresentar como oportunidade real. Estou estranhando o silêncio do Governo. Parece que as pessoas não compreenderam ainda que qualquer Governo ou é uno ou soçobra. Neste Governo, vemos, claramente, a divisão entre os curandeiros que acham que podem oferecer a solução mágica que o Palocci, com a sua ortodoxia, não está sabendo fazer – e acho que obra bem o Ministro Palocci por aí; prefiro a sua técnica ao curan-

deirismo – e os curandeiros do Governo que, por trás, manobram, fazem intriga, fazem a fofoca, desestabilizam o Ministro, fingem que não leram o que disse o Stédile.

E pessoas descentes como o Senador Eduardo Suplicy vão à tribuna para dizer que não concordam com a grosseria. Vou esperar o discurso do Senador Eduardo Suplicy para vê-lo defender a política econômica do Ministro Palocci. Quero ouvi-lo dizer que está certo, sim, 4,25% de superávit primário; quero vê-lo dizer que é para deixar o câmbio flutuar, sim; que é para manter, sim, em 4,5%, com tolerância de 2,5% as metas de inflação; quero que ele diga que é fundamental trabalharmos o tempo inteiro com a perspectiva do ajuste fiscal; quero que ele diga, enfim, que é para honrar os contratos externos e internos do Brasil. É o que estou esperando, porque essa é a política central.

A Sr^a Heloísa Helena (Sem Partido – AL) – Mas não exija isso do Senador Eduardo Suplicy!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É que o nosso querido Senador Eduardo Suplicy vai fazer: defender contra a grosseria. Estou esperando uma voz do PT, uma voz do Governo que defenda a política que foi atacada grosseiramente pelo Stédile.

Vou ler, Sr. Presidente, e já encerro – peço a atenção da Senadora Heloísa Helena. Se o Stédile tivesse dito assim: “O sistema capitalista não resolve o problema do emprego. O ilustre Ministro Palocci fica a produzir equívocos para o povo, acreditando que o crescimento será a solução”. O Ministro Palocci, apesar de muito bem-intencionado, estaria se baseando na visão teórica de dois ilustres economistas, como o Sr. Marcos Lisboa e o Sr. Levy. Se ele dissesse isso, talvez nem mesmo se levantasse alguém para defender o Ministro Palocci, porque não haveria grosseria alguma. Então, passaria como normal a crítica à política econômica, que é o cerne do Governo Lula. Como houve a grosseria, uma figura generosa, corajosa, afirmativa e admirável – chegou comigo ao Congresso, jamais deixei de lhe querer bem – o Senador Eduardo Suplicy vai referir-se certamente ao que de grosseiro disse o Stédile. O que precisa o Ministro Palocci, certamente, é saber com quantos do Governo ele conta, quais são aqueles que vão dizer: “Está certo o superávit de 4,25%! Está certo o regime de câmbio flutuante! Está certo o regime de meta de inflação com a manutenção do que estava programado para o próximo ano,

ou seja, 4,5% com tolerância 2,5%! Está certo honrar cada tostão da dívida brasileira!" É isto que significa apoio substantivo à política econômica deste Governo. O mais é afirmação do cavalheirismo de alguém que sempre soubemos ser cavalheiro e nobre. E os demais, cavalheirescamente ou não, silenciam. Então, o importante é o Stédile falar como quiser, porque é ele livre em um país livre, como queremos o Brasil. O menos importante, para mim, é se o Stédile chama o Ministro Palocci de panaca ou não. Para mim, isto não tem importância. O mais importante é constatar que o PT silencia diante da crítica à política econômica do Ministro Palocci e, no máximo, se ofende ou defende o Ministro porque o Stédile, no calor do comício, foi grosseiro. Não está em jogo aqui cerimonial do Itamaraty, não, mas se o PT está ou não concordando com a política econômica que o Ministro Palocci executa, com mão de ferro, a mando do Presidente Lula, que lhe tem dado todo o apoio. Isso é inegável, Sr. Presidente. Essa é a preocupação que tenho.

No mais, quero encaminhar a V. Ex^a, para dar como lido, um pequeno discurso em que comento equívocos do Ministério da Educação, portanto, do Ministro Tarso Genro. Também comunico à Mesa que acabei de apresentar projeto de lei que permite a interposição do recurso extraordinário diretamente ao Supremo Tribunal Federal da decisão do incidente de inconstitucionalidade, ou seja, argüição de inconstitucionalidade em uma causa concreta. Atualmente, da decisão referida não cabe o recurso extraordinário, o que faz com que apenas no final da causa o STF tome conhecimento da matéria constitucional. Pretende-se, com o presente projeto de lei, Sr. Presidente, agilizar a prestação jurisdicional, fazendo com que a Corte Suprema decida a questão constitucional antes do julgamento definitivo da causa. Ou seja, o que se quer é afastar uma eventual anulação do processo.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

O Governo obstrui sistematicamente o funcionamento de CPI

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as}-e Srs. Senadores, acabamos de ter uma reunião muito proveitosa sobre as parcerias público-privadas com os Ministros Guido Mantega e Aldo Rebelo, figuras de diálogo, avessas à idéia da truculência. Esse é portanto, um ponto positivo no atual período de esforço concentrado.

Pela manhã, discutimos a Lei de Informática. Como parlamentar do Amazonas, e o mesmo se aplica aos Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres, não temos a menor possibilidade – podem votar por cima das nossas palavras, dos nossos gestos de resistência – de votar algo que signifique a liquidação em médio prazo do pólo de televisores do distrito industrial de Manaus.

Vou dizer, Sr. Presidente, de maneira bem sucinta, o que é razão de entrave na relação Congresso e Governo, e começo pelo PSDB da Câmara dos Deputados. O Deputado Alberto Goldman diz – e S. Ex^a está coberto de razão – que não se discute mais pauta de votações na Câmara dos Deputados, ou seja, há um rolo compressor que procura humilhar e diminuir a Minoria na Câmara dos Deputados. Os pareceres têm sido publicados com menos de 24 horas de antecedência, sem dar tempo aos deputados da Oposição de estudarem os eventuais “jabutis” porventura inseridos – como aquele da dívida mobiliária de São Paulo – nas medidas que saem da lavra palaciana.

O Governo obstrui sistematicamente o funcionamento das comissões permanentes, sobretudo quando alguém tenta convocar, para prestar esclarecimentos, quaisquer ministros ou autoridades ligadas ao Governo. No Senado temos um contencioso com o Governo.

Operação Vampiro: o Ministro Humberto Costa disse que vinha, mas não veio depor perante o Senado da República; os Srs. Henrique Meirelles e Cássio Casseb, respectivamente Presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, não compareceram ao Senado para depor sobre problemas éticos ocorridos em ambas as instituições.

Há requerimentos de senadores da Oposição cuja tramitação está simplesmente em banho-maria no Senado Federal. Eles nem sequer chegaram ao destino pretendido, os ministros, e o destino pretendido deve redundar na explicação clara ao povo.

Outro dia, quando tentava desvendar o mistério do cartão cooperativo utilizado por funcionários da Previdência, o Senador José Jorge foi vítima de uma armadilha: vira de costas e a votação se dá. S. Ex^a já havia até me desmobilizado. Eu havia perguntado: “Preciso ficar?” S. Ex^a disse: “Não precisa, porque não vai haver a votação”. Entretanto, fizeram a votação, o que é uma esperteza, a meu ver condenável e que termina dando em prejuízo moral, ético e de credibilidade para este Governo.

Hoje, dissemos aos Ministros Guido Mantega e Aldo Rebelo que já não podemos aceitar essa atitude – que não é dos dois – arrogante do Governo de tentar impor à Oposição o ônus do que seria a paralisia do Congresso Nacional. Aliás, para início de conversa, pergunto onde está a tal Maioria da base aliada do Governo, que fica dependendo tanto dos votos da Oposição para concretizar qualquer coisa nesta Casa.

Aqui, deploramos o episódio fartamente denunciado pelo Senador Cristovam Buarque – S. Ex^a diz que foi uma mentira do Governo, mas eu estou sendo mais comedido, dizendo que o Governo foi inverídico e leviano – sobre o tal choque social proposto em troca do voto do Senador Cristovam Buarque ao salário mínimo miserável de R\$260. Não saiu o choque social e o Senador disse que o Governo mentiu para ele.

Eu falava em “jabuti” e tivemos aqui a aprovação da lei sobre a dívida mobiliária, beneficiando a Prefeitura de São Paulo, na calada da noite mesmo. O assunto estava nas entrelinhas. Foi um golpe aos moldes da ditadura, jamais a conversa aberta entre Governo e Oposição, como se espera em uma democracia madura e consolidada como a brasileira.

Temos problemas na Comissão de Orçamento, que funciona sem Regimento; temos, finalmente, as razões de o Congresso estar empacado. Vamos ver se agora a culpa é da Oposição, vamos ver se a culpa é ou não do Governo e se é ou não, portanto, do Presidente Lula da Silva.

O Diário Oficial de hoje publica a MP nº 214, dispondo sobre o biodiesel. Aí está mais uma MP. O Diário de ontem publicou a MP do ProUni, aquela da Universidade para Todos. Na sexta-feira, foi editada a MP nº 212 para atender à categoria funcional da Polícia Federal. No mérito, temos tudo a favor, remuneração condigna para a Polícia Federal, mas o que estamos vendo é o Governo a paralisar o Congresso.

Temos hoje duas matérias impedindo o funcionamento desta Casa: a Medida Provisória nº 191, que também parece conter o mérito. Estamos estudando a matéria, por isso ela não pode e não será votada hoje. Essa matéria dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica e suas respectivas isenções ou reduções de impostos. E temos o Projeto de Lei da Informática, que, a depender da bancada do Amazonas, da Bancada da Amazônia Ocidental, a depender de quem, na verdade, entende que se devem dar incentivos para que regiões estratégicas se desenvolvam e vençam o subdesenvolvimento, só pode ser votado se houver um acordo favorável ao Brasil, mas não esmagando essas regiões já tão tradicionalmente esmagadas.

Vamos para a Câmara dos Deputados: Medidas Provisórias nºs 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204. Nessa relação, Senador Gilberto Mestrinho, há medidas provisórias importantes e não urgentes. Há medidas talvez urgentes e não tão relevantes. O projeto de lei poderia servir para um caso, e a medida provisória para outro. Existe também matéria fútil, que deveria simplesmente ser posta de lado. O Governo está agindo de maneira precipitada e leviana ao editar tanta medida provisória sob um regime tão duro como é o atual rito de tramitação das MP no Congresso Nacional. O regime é duro e funciona contra o Governo ao fim e ao cabo.

Falei sobre 13 medidas provisórias que estão trancando a pauta da Câmara hoje. Há duas matérias trancando a pauta do Senado hoje. Cada matéria que for votada na Câmara virá para o Senado, onde se pede a leitura da matéria que passa a trancar imediatamente a pauta desta Casa. Depois, o Governo diz que a Oposição não permite que

o Congresso funcione. É hora de darmos um cobro nessa leviandade, se o Governo pretende dialogar conosco de maneira respeitosa, sem ele próprio perder o respeito a que se deve dar.

E mais ainda. Não paramos por aqui. Além dessas MP, existem mais dez, Senador Jefferson Péres, que trancarão a pauta da Câmara até o dia 29 de outubro, ou seja, para falarmos de um tema tão relevante para a democracia brasileira, antes do segundo turno das eleições municipais teremos a pauta da Câmara dos Deputados trancada por mais dez medidas provisórias. Todas as dez medidas futuras e as dez atuais virão para a pauta do Senado, mais cedo ou mais tarde, e trancarão também nossa pauta. Ou seja, se há alguém responsável pela paralisia do Congresso; se há alguém responsável e culpado pelo fracasso de seguidos esforços concentrados, esse alguém é o Presidente da República, esse alguém se incorpora nos seus ministros, esse alguém se incorpora no Governo, que abusa de medidas provisórias e não leva em conta que o rito atual não permitiria tanta prodigalidade.

No mais, reafirmo aqui, em meu próprio nome, em nome do Senador Jefferson Péres e do Senador Gilberto Mestrinho, que esperamos um acordo decente para o Amazonas em relação à Lei de Informática, senão – o Governo não se iluda – obstruiremos as votações até não termos mais forças; obstruiremos as votações até sermos vencidos pelo cansaço – deles – e pela, quem sabe, maioria que possam articular. Mas enquanto não houver uma solução que respeite 25 mil empregos diretos no meu estado, enquanto não houver uma solução que respeite o direito que o meu estado tem de se desenvolver industrial e tecnologicamente, podem contar com a mais obstinada, a mais empedernida obstrução de nossa parte, porque temos o compromisso primeiro é claro, com o nosso País, mas encaramos o nosso Brasil como sendo capaz de abrir o seu coração, a sua inteligência e a sua sensibilidade para, talvez, aquela que é a sua mais estratégica região: a Amazônia. E na Amazônia, aquele estado que tem sido, pelo seu tamanho, pela sua potencialidade, a perspectiva de coração econômico do Brasil do futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio na sessão do Senado

O MEC discrimina parlamentares da Oposição

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Jefferson Péres citou exemplo envolvendo emenda minha, envolvendo meu nome, portanto, e o dele, em clara discriminação por parte do Ministério da Educação contra parlamentares de oposição. São emendas nossas, de interesse não nosso, mas de interesse da Universidade do Amazonas e, portanto, dos universitários do nosso estado. Se tivéssemos votado aqui o que o Governo quisesse, na hora em que o Governo quisesse... Nós – V. Ex^a e eu – temos ajudado, e muito, a governabilidade, mas não é isso que está em jogo; está em jogo que a nossa indocilidade diante do Governo que aí está faz com que ele, autoritário e vesgo como é, imagine que está nos punindo, mas, na verdade, está punindo o universitário do meu estado, o qual aspira a ajudar a construir uma sociedade mais justa neste País.

Imagino o que possam dizer os líderes do Governo. Primeiro, ainda há pouco V. Ex^a, Senador Jefferson Péres, disse que sempre foi assim. Não era assim no passado recente. Por exemplo, na saúde e na educação havia um princípio estratégico a seguir e um clima de impessoalidade muito maior. Mas supondo que tivesse sido sempre assim, a indagação que faz o brasileiro é se o Presidente Lula obteve 53 milhões de votos nas urnas para repetir mesmices. Obteve uma votação acachapante e brilhante e deveria estar pronto a honrá-la e não a desonrá-la, como fez ao chegar ao Governo e repetir práticas que denunciou na campanha, denúncias que fizeram dele o candidato da mudança, o candidato do Brasil novo, o candidato a partir do qual se começaria a escrever outra era. Assim haveria: AL – antes de Lula, o dilúvio, o caos; DL – depois de Lula, o paraíso, depois de Lula, os costumes novos; depois de Lula, o fim das mazelas nacionais. Foi exatamente esse o canto de sereia que se pregou para a população brasileira.

Nós ouvimos dizer que liberaram as emendas da Senadora Heloísa Helena, porque era uma forma de se mostrar falsa isenção. Falsa isenção – V. Ex^a disse muito bem. Poderiam liberar emendas minhas sob o mesmo pretexto, mas V. Ex^a agora trouxe a prova de que há discriminação sim. V. Ex^a trouxe o nome – trata-se, aliás, do filho de um paranaense ilustre, Senador da República, homem de que se deve orgulhar o Paraná, Senador Néelson Maculan – de um funcionário do MEC, que disse às claras: “Para a Deputada Fulana, do PCdoB, muito bem; para o Deputado Beltrano, do Partido tal, ligado ao Governo, muito bem; para Fulano de tal, muito bem também; para o Senador Jefferson Péres, de oposição, e para o Senador Arthur Virgílio, de oposição, não se concede a liberação de verbas para a Universidade do Amazonas, ou seja, danem-se os estudantes universitários do meu estado, desde que isso aí signifique não se dizer “sim” ao que solicitaram, dentro da lei, dentro da Constituição, o Senador Jefferson Péres e o Senador Arthur Virgílio, que são da Oposição.

Isso não chega a ser mais uma denúncia; é uma tentativa apiedada de chamar o Presidente à razão. Isso é uma tentativa cristã de dizer ao Presidente que ele não tem governo; ele tem desgoverno. Ele não tem vão; ele tem desvão. Ele não tem caminho; ele tem descaminho. Do jeito que vai, ele terminará tendo problemas de governabilidade, e sérios. Prevejo o agravamento desses problemas após a derrota eleitoral que se anuncia no pleito que ocorrerá daqui a três meses.

A prepotência sozinha é insuportável. A incompetência sozinha é dolorosa. A prepotência casada, indissolúvelmente, com a incompetência significa um país absolutamente à beira do precipício. É o que eu não desejo, mas é o que vejo a se desenhar, Sr. Presidente.

O Senador Jefferson Péres trouxe às claras: “Emenda do Senador Arthur Virgílio, não” — diz tolamente e abobadamente o aspone ministerial. “Emenda do Senador Arthur Virgílio, não” — diz atoleimadamente e aparvalhadamente o aspone ministerial. Talvez, entendam que essa é uma forma de fazer justiça.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente.

Eu dizia, ainda há pouco, num aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que isso não é nada a não ser outra forma de corrupção. Existe a usual: meter a mão no bolso de alguém ou no próprio dinheiro que pertence ao povo, que pertence ao Erário. Essa é a forma mais corriqueira, a mais conhecida e deplorável como ela só. A outra – e é corrupção sim – é alguém vencer as eleições e confundir os limites do seu mandato com esse poder sobre as verbas da República, achando que pode punir e premiar aliados ou adversários, a depender de quem esteja sendo premiado ou de quem esteja sendo punido. Essa é a prova, (provada?) Senador Jefferson Péres. Esta Casa deve tomar uma atitude, a meu ver, a partir de agora, a partir da votação de hoje, a partir deste momento.

É preciso pôr cobro ao cinismo e à desfaçatez da forma com que este Governo vai tentando trafegar pelos desvãos e descaminhos da sua incompetência e desse triste autoritarismo. Não há nada mais pálido e mais triste que o autoritarismo praticado por gente fraca, por gente flébil, por gente que não tem capacidade efetiva de envergar a liderança da Nação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Em torno de bingos e jogos de azar

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, nesta minha fala, dá para fazer uma seqüência a partir do discurso do Senador Jefferson Péres.

A primeira pergunta: o Governo Lula é contra a regulamentação do jogo? A resposta, Senador José Agripino, é não! Tanto que na mensagem presidencial, deste ano, estava a proposta de regulamentação e quem a trouxe aqui foi, àquela altura, um abatido, um cabisbaixo Ministro José Dirceu, que hoje já recuperou um pouco do viço e já está fazendo ginástica, nu da cintura para a cima, no meio da rua. Este é o País da impunidade mesmo!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho outra pergunta a colocar: o PT é contra a regulamentação do jogo? Não! Tanto não é que o Deputado Gilmar Machado chega a tecer respeitosos comentários acerca do Sr. Waldomiro Diniz, no Diário da Câmara dos Deputados, de novembro de 2001, e S. Ex^a se refere com muito respeito ao Dr. Waldomiro Diniz, e depois S. Ex^a tem aqui trechos impagáveis, mas S. Ex^a aqui pede justiça para os bingos, ou seja, S. Ex^a chega a ser um addicted. Addicted é quem gosta muito, traduzindo para o português.

O Senador José Agripino, o Senador Jefferson Péres e eu apresentamos, em nome do PFL, do PDT e do PSDB, projeto de lei que regulamenta, de maneira dura, a questão do jogo no País.

E se no Governo não há nenhuma má-fé neste caso, pode dar a urgência urgentíssima e, em 15 dias, aprovamos, quem sabe, Senador Jefferson Péres, nas duas Casas Legislativas. Baseamo-nos na medida provisória do Governo Federal, aperfeiçoando-a. Baseamo-nos no projeto de lei da Líder do PT, Senadora Ideli Salvatti, que é uma peça sofisticada, uma peça bem pensada, bem estudada e digo

isso sem um pingo de ironia – não estou aqui para fazer ironia em momento tão grave –, até por que nos inspiramos mesmo na peça competente da Líder Ideli Salvatti.

Hoje, na coletiva, devo confessar – e pedir desculpas à imprensa – o Senador José Agripino e eu nos atrapalhamos, pois dissemos que não entendíamos de jogo. Temos dificuldades de nos sairmos bem nesse episódio.

Ressalvo a boa-fé da Líder, dos Senadores Romero Jucá, Maguito Vilela, Renan Calheiros e Tião Viana, como sempre muito correto. Mas faltou a S. Ex^{as} o apoio do Palácio do Planalto. Apresentamos, pois, o projeto de lei, mas vou levantar uma dúvida, Sr. Presidente e Senadora Heloísa Helena, porque há duas hipóteses para o resultado de ontem. E é bom que a Nação saiba que, ontem, fizemos uma proposta bem clara: para revertermos votos que teriam permitido a admissibilidade daquela matéria – e entendemos que ela não é constitucional –, fizemos uma proposta com quatro itens.

No primeiro item, resguardar-se-iam as loterias dos estados. Eles disseram que sim; no segundo item, incorporaríamos, no acordo, a emenda do Senador Leomar Quintanilha, em que apoiava, com restrições, a idéia do bingo permanente, do bingo eventual, desvinculando-se dessas máquinas eletrônicas e, portanto, da perspectiva da lavagem de dinheiro; no terceiro item, íamos direto no interesse do Sr. Carlos Cachoeira, que não tem nada a ver com o bingo. Ele é da internet, ele é do on-line. A proposta proibia claramente o jogo on-line, na Internet, ou seja, proibia que o Sr. Carlos Cachoeira continuasse ganhando dinheiro dessa fonte difícil de ser fiscalizada. Aí, fizemos uma última exigência e dissemos que acreditávamos muito na palavra do Ministro Aldo Rebelo. Tenho por ele estima pessoal particular e acredito e convido o Senador José Agripino a endossar comigo a palavra que o ministro empenhar. Se o ministro disser que o acordo aqui feito será ratificado na Câmara dos Deputados, seguiremos o que foi acordado aqui com o ministro. Recebemos, depois, a resposta em que o ministro dizia não poder garantir o resultado da Câmara. Chegamos a fazer, o Senador José Agripino e eu, mais uma tentativa: abrimos mão da garantia da Câmara dos Deputados e ficamos apenas nos outros três. No entanto, não vimos avançar, não vimos possibilidade de negociar porque, por mais que os líderes aqui se esforçassem, faltou força do Palácio do Planalto no sentido de que eles pudessem assumir conosco compromissos respeitáveis.

Finalmente, a minha dúvida, e vou ser bem claro. O Senador Jefferson Péres disse: “Não jogue”. Eu também, tampouco, jogo. Não vamos nem perder tempo com isso, Senador Jefferson Péres, por mais que possam “espiroquetear” em torno disso, não é crível essa tese de que, de repente, nós somos os bingueiros, nós somos os da jogatina, nós somos os batoteiros e o Waldomiro não, que, aliás, até agora não foi punido. O Waldomiro, não! O Sr. José Dirceu não tem de explicar coisa alguma para a Nação! A CPI que eles usavam como escudo e diziam: “não assino a CPI porque tem a MP dos Bingos” – e eu não sabia o que o pé tinha a ver com o sapato. Mas agora não tem mais a MP dos Bingos, os da Maioria podem então, perfeitamente, assinar a CPI, instalá-la e comprovar para valer que não têm nada a ver com o processo escuso denunciado à farta pela revista Época, em primeiro lugar, e depois por toda a imprensa brasileira.

Mas tenho duas dúvidas, e já encerro. Primeira dúvida, o Governo, o Palácio do Planalto, ontem, quando percebeu que ia perder ou que pelo menos havia risco de perder – e esse é o lado inocente da história –, podia ter dito assim: “Não vamos mais fazer acordo com eles. Vamos perder, porque assim empurramos esse negócio para eles, ou seja, eles ficam com o jogo nas costas deles”. Isto aí, Senador Gilberto Mestrinho, é até ingênuo. Seria bom se o Governo fosse brincar essa “dança de cirandinha” conosco.

A hipótese outra, Senador Demóstenes Torres, é aterrozante. A outra hipótese, Senador Geraldo Mesquita Júnior, é terrível. A outra hipótese é a seguinte: é o Governo ter dito assim: “Que bom. Derrubando a admissibilidade da MP, ela cai e eles ficam com o ônus político”. Eles, os governistas que votaram contra a admissibilidade da MP, ficam com o ônus político, responsabilizando-se por terem aberto a jogatina no País, e os do Governo – isto é o que me apavora – não teriam que correr mais risco porque, quem sabe, isto não aliviaria muita gente boa no poder, já que não teriam mais que ficar com medo de vídeos ou de gravações do Sr. Carlos Cachoeira. Se o jogo continua solto...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já concluo, Sr. Presidente. O Sr. Carlos Cachoeira não vai mesmo ter de mostrar mais nenhum vídeo, se é que ele tem mais algum.

Que o Governo responda isto de maneira bem simples, Senador Antero Paes de Barros. Temos aqui o projeto de lei assinado pelo Senador José Agripino, pelo Senador Jefferson Péres e por mim, representando os nossos partidos. Se o Governo entender que está de pé sua intenção em relação à medida provisória de ontem, se ele entende, como entendia a Senadora Ideli Salvatti, como entendia o Deputado Gilmar Machado, como entendia o Presidente Lula, como entendiam todos eles: de maneira lícita – quem entendia de maneira ilícita era o Sr. Waldomiro Diniz –, se não mudaram de idéia, vamos regulamentar o jogo de maneira dura.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Se for dada urgência urgentíssima, votaremos a matéria em quinze dias nas duas Casas e, daqui a quinze dias, o Sr. Cachoeira estará sem fonte de renda.

Portanto, é a hora da definição, porque tudo que temos de fazer, de parte a parte, é desafivelarmos qualquer eiva de máscara de hipocrisia. Ou seja, quem é a favor do jogo regulamentado, do fim da lavagem de dinheiro, da punição de gente como o Sr. Carlos Cachoeira, que assine esse projeto da urgência.

Para encerrar, vou ser popular, já que o Presidente fala muito em futebol: vamos ver quem tem café no bule para agüentar o cotejo com a opinião pública.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O salário mínimo e as incertezas do Governo

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tem inteira razão o Líder do PFL, Senador José Agripino, quando diz que a Oposição – PFL, PSDB e PDT –, dissidente do Governo na questão do salário mínimo, está pronta para votar a medida provisória na quinta-feira. É hora, para usar uma expressão bem popular, de ver quem é que tem café no bule. Nós, portanto, aqui estaremos. Não há convenção partidária que nos afaste do dever. Não há festejo junino que nos tire a noção da responsabilidade.

Aproveito para aqui comunicar a decisão tomada pela bancada do PSDB, dividida em dois itens. Primeiro item: o PSDB fecha a questão contra o salário mínimo de R\$260,00 e a favor da emenda do próprio PSDB no valor de R\$275,00. O PSDB fecha questão também quanto à presença dos seus senadores. Isso significa que 12 senadores votarão contra o salário mínimo proposto pelo Governo e a favor do salário mínimo de R\$275,00. Ouvimos hoje a manifestação do Senador Marcelo Crivella, ouvimos ontem a manifestação do Senador Papaléo Paes, ouvimos hoje a declaração do Senador Antonio Carlos Valadares. O Governo sabe que está na iminência de colher uma derrota contundente no Senado Federal. Não vou aqui especular sobre números. Direi apenas que os caminhos transcorrerão com a normalidade dos rios de idade velha, uma normalidade mais normal que seja possível existir no mundo.

O Governo acena com política para o mínimo daqui para frente, Senadora Heloísa Helena. E sabemos que, pela lógica da política econômica que aí está – e tenho tratado com todo o respeito a equipe econômica deste Governo –, não cabe, Sr. Presidente, mas não cabe de jeito algum, assumirem compromissos com base na evolução futura do PIB, até porque não são capazes de prever

quanto crescerá positivamente o PIB, levando em conta as instruções internacionais, levando em conta as deficiências que o Governo apresenta no plano interno.

Do mesmo modo, aqui nesta Casa, não citarei os nomes, houve quem votasse, no episódio da reforma da Previdência, a favor da tese do Governo, acreditando que viria a seguir a tal PEC Paralela, que não veio, que se esfarelou na Câmara dos Deputados. Houve quem votasse, e eu entre eles, a reforma tributária, acreditando que haveria um acordo com o Governo, e novamente, por meio de uma tal PEC Paralela, o aperfeiçoamento da proposta da Câmara dos Deputados no sentido de modernizarmos, de fato, o sistema de arrecadação no País. O Governo não cumpriu nem uma palavra nem outra. Agora, diz que vai enfeitar o bolo com propostas sociais. Pergunto: será possível que, para cumprir com o seu dever de elaborar políticas públicas, sociais, responsáveis, o Governo tem o direito de exigir um salário mínimo menor do que aquele que pode conceder ao trabalhador de baixa renda? É essa a pergunta que jogo à análise e ao coração de cada senador. Desta vez, Senador Paulo Paim, acredito piamente que V. Ex^a foi enganado pelo Governo no episódio da PEC Paralela, desta vez não acreditarei mais que alguém seja enganado pelo Governo outra vez. Cesteiro que faz um cesto faz um cento. Não é possível ser enganado pelo mesmo malandro, na mesma esquina, no mesmo mês, dando queixa ao mesmo delegado, que termina perdendo completamente o respeito por aquele otário tão contumaz, por aquele otário tão insistente. Se foi enganado na PEC Paralela, se foi enganado na PEC da reforma tributária, agora vai cair em canto de sereia?

O Governo Lula deu 1,2% de ganho real para o mínimo no primeiro ano. No segundo ano, propõe 1,7% de ganho real. Seriam necessários 57 anos de Governo, estabilizadas as condições atuais da economia, para dobrar o valor real de compra do salário mínimo.

Mas estou aqui falando, Sr. Presidente, de falta de credibilidade. Criou-se uma euforia no País. A mídia foi acionada pelo Governo com base no que seria um crescimento do PIB de 1,6% no primeiro trimestre deste ano em relação ao último trimestre do ano passado. Isso não é nada. Isso está abaixo da média mundial. Isso não emprega ninguém. Isso não resolve problema algum. Isso tudo quase se deve ao desenvolvimento do setor exportador.

Sr. Presidente, houve um equívoco. Como falei após a Ordem do Dia, tenho direito a mais 15 minutos.

Estou convocando para comparecer a esta Casa o Presidente do IBGE, Dr. Eduardo Nunes; o Dr. Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-Presidente do BNDES e ex-Ministro das Comunicações; o Professor Cardim, da UFRJ, para aqui debatermos algo que me parece grave, ou seja, o IBGE mudou a metodologia com que calculava o PIB e, por causa disso, houve o registro de 1,6% a mais.

Pela metodologia antiga, o crescimento foi mais insignificante ainda, foi de 0,5% apenas.

Alguém diz assim: mas isso, até o final do ano, será desmascarado.

E digo que é verdade, respondo que é verdade, sim, porque não muda, ao cabo de 12 meses, Senador José Agripino, mas criou a ilusão, para criar uma falsa euforia, criando de novo um certo estelionato político de que o Brasil estaria prestes a entrar num certo espetáculo do crescimento. É mentira em cima de mentira! Não há espetáculo de crescimento algum, não há nenhuma garantia de que isso não seja um vôo de galinha, não há nenhuma perspectiva de se dizer que esse crescimento se sustenta no tempo e no espaço, tão dependente que ele é das injunções internacionais, tão dependente que é da falta de lucidez microeconômica do Governo, tão dependente que ele é da falta de ação administrativa. Esse Governo não opera, esse Governo não trabalha, esse Governo não cumpre a sua parte na hora de governar o País, e isso atrapalha, sim, o crescimento econômico!

Pergunto: dá para falar em credibilidade, dá para prometer alguma coisa aos Senhores Senadores, um Governo que mexe na metodologia de cálculo do PIB para ganhar manchete favorável no jornal e espaço político para continuar engordando a Nação, para continuar ilaqueando a boa-fé da Nação? É uma pergunta, Sr. Presidente. Há mais. Dá para acreditar, Senador Papaléo Paes, em um Governo que faz gastos obscuros, secretos, ilimitadamente com cartões de crédito? Há cartões de crédito cedidos a 38 servidores. No que estarão gastando? Dá para acreditar nisso? Dá para acreditar que se perde na intriga? Parece muito menos um exemplar oriundo da democracia brasileira e muito mais um governo de intrigantes da corte dos Médicis, em Florença. Não se suportam. É difícil achar alguém no Governo que goste do outro. É difícil achar alguém no Governo que tenha, efetivamente, apreço por seu colega. Um derruba o outro, um trama pelo fracasso do outro. Um diz querer que o outro

vá mal na votação. Estamos vendo, nessa votação, uma luta muito clara entre o Ministro Aldo Rebelo – uma pessoa que considero muito admirável, apreciável como homem público – e José Dirceu. S. Ex^a, às claras, trama para retomar o lugar que entende ser dele e perdeu por não ter dado explicações morais convincentes, corretas, sobre o escandaloso quarto andar do Palácio do Planalto. Foi um episódio que envolveu, além de bicheiros, Waldomiro Diniz, contravenções. Trata-se de um Governo de “não sei quem gosta de quem”.

Na revista Veja há quatro páginas e meia – e trata-se de uma revista séria – sobre como a Abin estaria espionando a Prefeita Marta Suplicy e o Ministro José Dirceu. Primeiro, queria dizer que considero um despautério que a Abin gaste dinheiro espionando essas pessoas. Elas são ruins de trabalho mesmo, fazem tolices à luz do dia. Não precisa espioná-los em nada. Mas a verdade é que acusam dois jornalistas e parece que todos fingem que não sabem quem são eles, um de 46 anos e o outro de 44 anos, sei lá, os jornalistas Ricardo Amaral e Alon Feuerwerker, que trabalha com o Ministro Aldo Rebelo. Tratam como se isso não fosse uma democracia, como se tivesse baixado uma cortina de silêncio sobre nós, como se, de repente, fosse pecaminoso falarmos a verdade, darmos os nomes aos bois, às coisas, às situações. Dá para acreditar em um Governo que, toda semana, envolve-se em um novo escândalo nas revistas que circulam e, diariamente, nos jornais que atingem a opinião pública do País? O resultado é que vemos um Governo dando impressão de acefalia, vivendo da estatística do PIB mexido, vivendo de uma agenda positiva que ele próprio impede seja votada com as medidas provisórias que atravancam a cada momento, de maneira absurda, a pauta de trabalho do Senado Federal. Não dá para nenhum senador em sã consciência dizer para a esposa, marido, filho: estou votando contra o salário mínimo de R\$275,00 e a favor de R\$260,00 porque o Governo prometeu isso, aquilo, a, b, c ou d. O Governo não vai cumprir e o senador sabe isso.

Senadora Heloísa Helena, queria dizer de um sentimento pessoal, muito meu: eu respeitarei muito mais, daqui para frente, um senador ou senadora que tenha dito que não votaria R\$260,00 e que chegue hoje à tribuna e diga que vai votar com o Governo por qualquer razão, mas que fale de frente, que fale frontalmente. Não diga que está sendo embalado pelo canto da carochinha das falsas promessas de se contornar com benesses sociais o mínimo de fome que está sendo legado pelo Presidente Lula aos eleitores mais afeiçoados a ele.

Eu prefiro que os senadores digam às claras: estou votando porque tenho um projeto; estou votando porque acredito no Lula; estou votando porque acredito que isso vai dar certo; estou votando porque não é possível conceder mais. Mas, por favor, não quero perder o respeito pelos colegas. Posso perder o respeito pelo Governo, e já tenho muito pouco respeito por esse Governo, mas não quero perder o respeito pelo colegas. Se vierem com aquela história furada, aquela conversa de esquina de que não iriam votar, que o mínimo não é bom, mas que o Governo prometeu que a partir de não sei quando fará isso, aquilo e aquilo outro no campo social.

É dever do Governo trabalhar o campo social; é dever do Governo dar o melhor salário mínimo possível; é dever do Governo cumprir com o seu dever e é dever do senador falar a verdade perante a Nação. É dever do senador falar a verdade; é dever do senador assumir o seu compromisso de votar um salário mínimo menor, se ele achar que isso é bom para o Brasil. Eu discordo mas respeito. Mas não respeitarei se algum senador ou senadora fingir que ainda cai na cantilena de um Governo que tem prometido reiteradas vezes a este Parlamento e não cumpre.

Além do mais, é insultuoso para nós, de verdade, lermos nos jornais que vão liberar não sei quantos bilhões em emendas e que os senadores votarão a favor do mínimo proposto pelo Governo. Alguém pode votar a favor do salário mínimo do Governo se entender que sem ele não se tem ajuste fiscal, Senador Cristovam Buarque. Pode votar se entender que seria esse o caminho para amanhã se dar um salário mínimo maior. Agora, dizer que se vai votar e se aceitar como se o Senado fosse um curral ou uma boiada a ser tangida pelos interesses de quem hoje comanda este País é insultar o Senado e o Poder Legislativo; é rebaixar a nossa auto-estima. Eu não posso concordar com isso. Então, eu não acredito que algum senador aqui vá votar por causa de emenda.

O Governo vem praticando imoralidades sucessivas, manipulando verbas do Orçamento como se fossem da dotação eleitoral do Partido dos Trabalhadores. O prefeito tal é contra, o prefeito tal é a favor; o governador tal é bonzinho, o governador tal, não; Fulano tem aspirações. Essa mediocridade chega a ser corrupta. É uma mediocridade corrupta, porque quem mexe dessa forma com o dinheiro que é de todos, com o Orçamento, está praticando corrupção indireta, sim!

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós vamos para a batalha do salário mínimo. E disse muito bem o Líder Senador José Agripino que nós não vamos abrir exceção. A praxe são três dias para votar. Hoje é o primeiro dia, amanhã é o segundo dia e depois de amanhã, quinta-feira, estaremos prontos para votar o salário mínimo.

Nós entendemos que não há por que procrastinar, adiar, deixar para depois. Temos matérias relevantes e o próprio Governo fala da agenda positiva, Senador Antonio Carlos. Nós precisamos votar o salário mínimo, cada um assumindo o seu dever.

Como a vida dá essas voltas todas, eu fui líder de governo e me vi em situação difícil numa hora em que entendia o governo que eu representava que não se podia dar um aumento maior do que “não sei quanto”; nada parecido com 1,7% de ganho real. Fui para a tribuna, olhei de frente para os meus pares e declarei a minha posição. Pouco tempo depois, eu me expus a uma eleição. Eu era deputado e me expus ao julgamento do povo do Amazonas como candidato majoritário por entender que seria uma indignidade da minha parte ter sido líder, ter sido o ministro de um governo e depois não me expor em uma eleição majoritária, escondendo-me atrás de um mandato de um deputado e fugindo ao julgamento global do meu povo. Eu quis o julgamento global do meu povo e nunca soneguei nenhuma posição minha.

É preciso que o Governo venha e se manifeste, Senador Alvaro Dias. É preciso que o Governo venha e marque a sua posição; é preciso que o Governo venha e demonstre coragem; é preciso que o Governo venha e pare com subterfúgios; não insulte o Congresso com essa história de verba; não insulte o Congresso com essa história de cooptação. Nós vamos ter mais de 46 votos a favor do salário mínimo de R\$275,00. E o PSDB, que está alheio às intrigas palacianas e não tem por que se meter nelas, que não tem vocação para Maquiavel de província, assessorando os Médicis de província também, está aqui para cumprir o seu dever, que é dizer que se pode, sim, dar um mínimo maior do que o de R\$260,00.

Concederei em breve o aparte ao Senador Alvaro Dias.

Tenho ouvido aqui muitas pessoas dizerem: eu vou votar a favor dos R\$275,00 porque a arrecadação subiu. Não é por isso que voto, não. Algumas pessoas dizem: porque não há déficit da Previdência. Não é essa a minha idéia. Eu voto porque nós fomos buscar fontes permanentes e não atípicas; fomos buscar fontes duradouras, confiáveis. Eu voto

porque isso é assimilável pelos prefeitos que governam com seriedade os seus municípios. Os prefeitos que não governam com seriedade os seus municípios podem baixar para R\$50,00 o salário mínimo, porque vão atrasar o salário de R\$50,00. Quem trabalha com seriedade ajusta as suas despesas à sua receita e poupa dinheiro saudável para um investimento na melhoria de vida dos seus municípios.

Concedo com muita honra aparte ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, a indignação do discurso de V. Ex^a é também de todos nós do PMDB e certamente de muitos brasileiros. Diante do que se constata produz-se um capitalismo singular no Brasil, em que se penaliza o trabalho e se premia o capital. Isso é surpreendente por se tratar de um Presidente da República que emergiu do sindicalismo, na luta em favor de um salário melhor para os trabalhadores. Além de o Governo Lula ter produzido a maior queda de renda do trabalhador da década, produz também o crescimento do número de milionários no nosso País. O crescimento dos milionários é da ordem de 6%, no primeiro ano do Governo Lula, segundo estudo elaborado pelo banco norte-americano de investimento Merrill Lynch. Senador Arthur Virgílio, um Governo promove, no primeiro ano de mandato, o crescimento do número de milionários no País – assim considerados aqueles com mais de um milhão de dólares – e produz a maior queda de renda de trabalhadores da década. Não é justo que se aumente um pouco mais esse valor ridículo do salário mínimo?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Tem razão V. Ex^a, Senador Alvaro Dias. O Presidente da República, pressionado pelos metalúrgicos, disse que mexeria na tabela do Imposto de Renda, e não cumpre. E, se mexesse, como ficaria Sua Excelência perante o trabalhador que recebe salário mínimo?

Estou muito tranqüilo quanto ao papel que aqui estamos a cumprir. O Presidente Lula pode, sim, fazer melhor do que está fazendo em seu Governo; pode, sim, fazer uma realocação de gastos, uma repriorização; pode, sim, colocar a máquina para trabalhar; pode, sim, fazer muito pela formalização da economia; pode, sim, fazer muito para que tenhamos uma economia efetivamente saudável e preparada para vãos sustentados. Porém, dizer que R\$260,00 é o valor máximo e que R\$275,00 é irresponsabilidade? Só mesmo se eu me lembrar da tradição de irresponsabilidade do partido de Sua Excelência.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Já conluo, Sr. Presidente.

Era o partido que dizia que, com vontade política, fazia tudo.

Então, eu dizia: “Cadê os seus números?” E respondiam: “Com vontade política se resolve tudo”. E eu perguntava: “Mas cadê os seus números?” Não tinham números nunca. Quando eu era líder do Governo Fernando Henrique, certa vez, ao final de um debate com um dirigente muito importante do PT, eu disse: “Fulano, dá pelo menos o teu telefone para os telespectadores; dá o número do teu CPF, senão, eles vão pensar que você não fala de número nenhum! Não é possível uma pessoa falar que quer chegar ao poder e não transmitir nem o número de um telefone para as pessoas que estão aí fora!”

Estamos aqui trabalhando, com conseqüência e como se Governo fôssemos, um aumento que não é tão significativo, acrescentando R\$15,00 aos míseros R\$260,00 concedidos ao trabalhador. Enfrentaremos, portanto, as patrulhas; e vamos enfrentá-las tecnicamente. Há quem diga que estamos com demagogia. Vamos discutir.

Entretanto, Sr. Presidente, é verdade que alheamos as nossas forças e que estamos prontos para travar o bom combate. Quinta-feira, o Governo tem um encontro marcado conosco; quinta-feira, mediremos forças; quinta-feira, veremos qual valor de salário mínimo prevalecerá: aquele pelo qual a Nação anseia, tão pequeno ainda, de R\$275,00, ou aquele de R\$260,00, ditatorial e autoritário, do Presidente Lula.

Vamos marcar para quinta-feira esse encontro. E que o Governo não recue! Que o Governo não fuja! Que o Governo venha com a sua base! Que o Governo aprenda a comandar e a liderar a sua base, pois a Oposição está unida e fechada em torno da defesa dos interesses do trabalhador, que não colide com os interesses do ajuste fiscal, da Previdência Social, das prefeituras, porque o aumento que queremos é responsável, é possível e pode perfeitamente ser concedido pelo Presidente da República.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Lula: um Governo de retrocesso na política externa

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, para usar um ditado nordestino, parece que estamos vivendo tempos de vaca desconhecer bezerro. O Presidente Lula simplesmente desmarcou um compromisso internacional, um almoço com o Presidente da Argentina Néstor Kirchner. E as alegações que chegaram a meus ouvidos, que chegaram a minha análise são de que há Marcha de Prefeitos, há mais não sei que outra atribulação, como se fosse uma delícia exercer o poder e não o exercício de enfrentar atribulações.

Esse é um retrocesso e ao mesmo tempo um dado a acrescentar pessimismo – e o Governo tem-se preocupado, de maneira sensata, diante do pessimismo dos mercados lá fora – sem dúvida alguma causando perplexidade a nós outros que lidamos com o fato político diariamente. Temos uma decisão tomada pela Liderança de Oposição – Senadores José Agripino, Jefferson Péres e eu próprio – de não criarmos embaraço à governabilidade, mas alguns pré-requisitos devem ser postos. Um deles é que não colaboraremos com qualquer votação na Casa enquanto não for definida a data de votação do projeto de resolução do Senador Pedro Simon que, a meu ver, restabelece o direito da Minoria de propor a instalação de comissões parlamentares de inquérito. Como está, a questão é um buraco negro, uma área cinzenta. Estamos vendo a subversão da Maioria de passar a ter o direito de definir se haverá ou não CPI nesta Casa, inversamente à realidade do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados.

Temos o propósito de provar que a tarefa de investigar não colide com a tarefa de se ajudar a governar. E a Oposição ajuda a governar, sim, quando critica, quando vota contra ou a favor dos projetos que estão na pauta. Somos os maiores interessados em que a Casa não pare e que os trabalhos aqui fluam. Por outro lado, a decisão está tomada.

Teremos uma reunião com o Líder, Senador Aloizio Mercadante, e pretendemos contribuir de maneira muito clara para a desobstrução da pauta, votando a favor ou contra, de acordo com o que seja o nosso entendimento, as matérias que estão sendo julgadas, mas a partir de uma premissa: o projeto de resolução do Senador Pedro Simon precisaria ser claramente colocado na mesa da negociação. Tal dia se vota o projeto. Muito bem. Vamos, então, à luta para que se possa dar oportunidade ao Plenário do Senado de recuperar para a Casa a soberania que lhe tem sido cassada.

Sr. Presidente, vejo algumas coisas extremamente graves acontecendo no País. Diziam que esse assunto do Waldomiro Diniz era de 2002 e era do Rio de Janeiro. Está provado que ele era de 2003 também e que era do Governo Federal. Agora há uma discussão bizarra. O Sr. Buratti, ex-Secretário de Ribeirão Preto, diz que não conhece Waldomiro. Waldomiro teria dito à Polícia Federal uma única frase agora. Quer dizer, mais uma. Uma delas que era funcionário público a outra que ele também não conhece Buratti. Não me sinto autorizado a duvidar de nenhum dos dois – ainda há pouco, conversava sobre isso – e esse é um raciocínio que ia expendendo com o auxílio do ilustre jornalista Fernando Rodrigues, ainda há pouco. Considero possível, sim, Senadora Heloísa Helena, que Buratti não conheça Waldomiro e que Waldomiro não conheça Buratti, considero possível. Nesse caso, é mais grave, porque o que constaria do depoimento dos dois diretores da Gtech seria o seguinte, Senador Pedro Simon: “Alguém importante vai procurar vocês”. Teria sido essa a frase de Waldomiro para eles.

Coloco aqui duas hipóteses. Primeira hipótese: Waldomiro está mentindo mais uma vez e conhece Buratti. Buratti está mentindo pela primeira vez. Não o conheci nem como mentiroso, nem como não mentiroso antes. Quem sabe trabalhavam os dois autonomamente, quem sabe Waldomiro estivesse fazendo isso tudo sozinho. A outra hipótese é tétrica: Waldomiro não conhece Buratti, Buratti não conhece Waldomiro, mas Waldomiro teria dito: “alguém importante vai procurar vocês para acertar esse negócio”. Nesse caso, necessariamente, Líder Agripino, teria de haver alguém por trás de Waldomiro nessa hora, alguém a lhe dar cobertura, alguém a lhe garantir segurança, alguém a lhe garantir prestígio político, alguém a lhe garantir força para continuar nessa caminhada.

Portanto, percebo o envolvimento do Governo. O Senador Jefferson Péres, com enorme generosidade, abordou a questão

econômica agora. Vejo o Governo envolvido por uma areia movediça. Quanto mais se mexe com falsas respostas, mais afunda; quanto mais se debate, mais complica a sua própria situação; quanto mais enfrenta a sua crise com falsas soluções, mais o Governo fica distante da verdadeira solução, que seria efetivamente enfrentar o problema que lhe é posto, o problema que está colocado à sua frente.

Não consigo imaginar que a solução seja simplista como diz o Presidente Lula. Vamos resolver a crise? Vamos. Convocam-se os governadores, convoca-se o BNDES, vamos anunciar mais alguns desses programas, e depois não sabemos o que acontece. Aquilo virou um Cabo Canaveral: os foguetes saem, e não tem... No Cabo Canaveral, parece que as coisas têm fim, começo e meio; aqui é um Cabo Canaveral pela metade: o foguete vai e não volta com os seus resultados. Não é essa a resposta. O Presidente Lula precisa, de fato, pisar o chão duro da realidade, precisa de fato se reconciliar com a Nação; precisa, de fato, se reconciliar com a opinião pública, que confia nele e que, se pudesse duvidar da sua competência, não duvidaria jamais do seu zelo pela ética. E isso está causando uma grande decepção. Não duvidaria jamais da sua preocupação por ver a coisa pública respeitada.

Portanto, Sr. Presidente, caíram os bastiões do Governo, não é assunto de 2002, não é tema do Rio de Janeiro, não é algo circunscrito a uma primavera passada, é o inverno duro que está sendo mal enfrentado, sem o agasalho da verdade por um Governo que tem que começar a dar as respostas e uma delas a Oposição já começa a exigir agora: exigimos que se marque a data para a votação do projeto de resolução do Senador Pedro Simon, sem o que se sente completamente desobrigada de participar positivamente de qualquer votação nesta Casa. É essa a decisão tomada por PFL, PDT e PSDB, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

Com MP, o Governo Lula legisla com voracidade

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu estava de licença, acompanhando minha mãe, que teve um momento muito delicado de sua vida de quase nonagenária, e por isso parece que se trata de matéria vencida. Por outro lado, a revista Época da semana retrasada traz uma entrevista com o sociólogo Marcos Coimbra, que é Diretor-Presidente do Instituto Vox Populi, figura com quem sempre tive boa relação pessoal, e, ademais, inteligente, culto. Por isso mesmo, o estranhamento é maior quando ele diz, Senador Mão Santa, que Lula é imbatível para 2006. Aliás, o grave é que ele dissera que Lula era imbatível para 2006, em 2002, tão logo se haviam fechado as urnas da eleição passada. Ou seja, segundo o sociólogo, eu depreendo, se Lula nomeasse para Presidente da Comissão de Ética Federal o Sr. Waldomiro Diniz, ele ainda assim iria se eleger, porque a Cassandra diz que sim, a bola de cristal prevê que sim. Nada poderia turvar esse resultado. Isso é uma temeridade. Revelaria estupidez política, e nela não creio; revelaria, por outro lado, má-fé, e nesta eu não gostaria de acreditar.

Mas leio alguns trechos do que diz o Sr. Marcos Coimbra: “A eleição municipal não vai influenciar os rumos da disputa presidencial em 2006”. Está convencido ele de que o resultado do pleito, em São Paulo, não tem o peso que os políticos lhe atribuem, e afirma que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva é quase imbatível à reeleição.

Talvez, então, se tivesse vencido em São Paulo a Sr^a Suplicy, talvez aí o sociólogo achasse que Lula corresse algum perigo. Como perdeu, ele deve achar que as vias são travessas.

Então, ele justifica que o PT jamais ganhou algo sozinho em São Paulo e diz que o Presidente Lula é o favorito para 2006, que a vitória na primeira eleição dá impulso para a segunda, como se o povo não tivesse a menor capacidade analítica.

E diz mais: "O que se vê agora é um grande favoritismo de Lula. As motivações são diferentes, mas o resultado é o mesmo". Mais adiante: "A se confirmar o favoritismo, só disputa com ele quem for obrigado". Ou seja, pode-se ser condenado por estupro, pode-se ser condenado por roubo, pode-se ser preso como o foi recentemente o prefeito de Macapá, e uma das penas que deveria constar do Código Penal Brasileiro, segundo o sociólogo Marcos Coimbra, deveria ser enfrentar o Presidente Lula. Ou seja, só vai disputar a Presidência da República quem for obrigado. É muita vontade de prestar serviços.

Aí ele diz:

Quem não tiver de concorrer agradecerá, para não ter de contabilizar uma possível derrota no currículo. Quem hoje não tem opção é, fundamentalmente, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin: ele não pode mais concorrer à reeleição.

E diz que o governador tem uma eleição muito difícil diante do Senador Suplicy. Quer dizer, ele condena o Governador Geraldo Alckmin, que venceu tantas eleições na vida, à derrota para o Senado Federal e para a Presidência da República. Estou desconhecendo meu patrício Marcos Coimbra, do Vox Populi.

Eu queria trazer à Casa um certo estranhamento e, a propósito, estou pensando em propor uma comissão parlamentar de inquérito para investigar esse instituto de pesquisa, até porque o Vox Populi em meu estado previu na véspera do pleito uma vitória do candidato Amazonino Mendes contra o candidato do PSB, Sr. Serafim Corrêa, candidato com o qual não tenho a menor afinidade pessoal nem política, portanto fico muito à vontade para falar. O Vox Populi previu que o Sr. Amazonino Mendes venceria por 11 pontos, e na verdade o Sr. Amazonino Mendes perdeu por três pontos, mais ou menos, foram dois pontos e alguma coisa. Ou seja, com toda essa autoridade de quem falha em pesquisas na véspera das eleições, o Sr. Marcos Coimbra ignora, por exemplo, os seguintes dados que acabo de ver arrolados aqui, pela minha assessoria:

O Presidente da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, João Pinaud, pede demissão, alegando frouxura do Governo para tratar da questão da anistia.

Derrotas eleitorais. Onde o PT governava, Senador Luís Otávio, ele foi derrotado; na terra de V. Ex^a, Belém, em São Paulo, em Porto Alegre e em Goiânia.

Essa crise Lessa e BNDES me dão três hipóteses, Sr. Presidente, para sobre elas arrazoar: ou cai Lessa, ou cai Palocci/Furlan – coisa que eu não desejaria –, ou a gente conclui que não tem governo neste País. O que não pode é continuar essa mazorca.

A crise parlamentar. É visível que o Governo não tem capacidade de votar nada aqui por conta própria. Nada. Há uma crise parlamentar que tem efeitos sobre a governabilidade? Evidente.

Crise no PMDB. O Governo está inconformado com o fato de que o PMDB, de maneira inteligente, resolve procurar o seu caminho. Seu caminho de independência, seu caminho de partido que tem obrigação de buscar o poder; e o simples fato de anunciar independência já choca um Governo que gosta de ver os partidos submissos, cabisbaixos, ajoelhados, agachados e dependentes.

Imposto de Renda. O Governo fala em reconquistar a classe média e continua amesquinhando os rendimentos da classe média, não reajustando a tabela de Imposto de Renda.

Medidas provisórias. O Governo legisla de maneira voraz, Senador Mozarildo, entope a pauta da Câmara e a pauta do Senado e as medidas provisórias do Presidente Lula obstruem mais a pauta do que o PMDB inconformado ou do que a obstinação da Oposição de PFL/PSDB.

Fala em reconquistar a classe média. Quem quer reconquistar alguma coisa é porque perdeu. Se perdeu é porque não ganhou eleição; e se não ganhou a eleição é porque está sem povo; se está sem povo, como é que o Sr. Marcos Coimbra diz que o Senhor Presidente Lula é imbatível?

Quero um pouco de respeito à inteligência dos brasileiros! Não me conformo mais com essa manipulação, que espero que não tenha nada de subalterno nela, porque conheço o Sr. Marcos Coimbra, sei que é um homem preparado intelectualmente. Isso aqui é próprio ou de um beócio político ou de alguém que tem algum interesse escuso a defender.

Então, a marca do Governo Lula seria o social. Fracassa o Bolsa-Família, fracassa o Fome-Zero, fracassa o Governo Lula no plano social. Essa é uma verdade que qualquer pessoa de bom senso, dentro ou fora do Governo, haverá de reconhecer.

Votação na Câmara. O ritmo tartaruga mostra que em função, inclusive, de termos hoje vinte e cinco medidas provisórias encailhadas na pauta da Câmara, além dos projetos importantes, como biossegurança, Lei de Falências, agências reguladoras, isso tudo está inibindo a entrada de investimentos estrangeiros diretos no Brasil. Ou seja, sem isso não se pode pensar em sustentar o crescimento econômico.

Congresso Nacional. Temos uma crise séria no Orçamento. O Senador Sérgio Guerra trouxe-me há pouco uma posição sem a qual não facilitaremos a votação de coisa alguma hoje já, em solidariedade à posição que trouxe o Senador Sérgio Guerra e em solidariedade ao Senado, que estaria sendo desprestigiado nessas tratativas sobre o Orçamento.

Senado Federal. Aqui as coisas têm andado, e têm andado única e exclusivamente pela boa vontade da Oposição. Esse é um fato. A boa vontade da Oposição, a compreensão da Oposição têm facilitado a aprovação de projetos de interesse do Governo e de interesse da Nação. Sempre que de interesse da Nação, pode até não ser de interesse do Governo, a Oposição tem votado a favor. Evidentemente que aqui no Senado está constatado que o Governo não tem autonomia para andar com as próprias pernas, depende das nossas pernas, dos nossos cérebros e dos nossos corações para permitirmos ou não o andamento das votações. E falam em mar de rosas.

Vaias. O Presidente Lula – já concluo, Sr. Presidente – tem sido vaiado por onde anda. Falam da tal popularidade dele, enfim uma política externa incoseqüente, falida no social, uma política econômica excessivamente conservadora no macro, inexistente no micro; o Presidente é vaiado nas ruas e me aparece um estatístico e diz assim: “Lula é imbatível para 2006”.

Sinceramente? Estou, Sr. Presidente, redigindo um requerimento pedindo uma comissão parlamentar de inquérito para investigarmos a fundo, por dentro, nas entranhas, na contabilidade, por dentro, esse instituto de pesquisa, porque conheço o Sr. Marcos Coimbra. Se não o conhecesse, eu diria que é um beócio; se não o conhecesse, eu diria que se trata de um pobre coitado, um ignorante que não tem a menor noção do que seja a política nacional. Como não é, trata-se de uma figura de sofisticada formação intelectual, de enorme competência como estatístico, de enorme compreensão

como sociólogo, até se distingue de outros pesquisadores, porque eu diria que é mais culto do que os demais, leu mais que os outros, tem uma formação acadêmica mais sólida do que a dos demais, estranho muito, estranho muito.

Então, haja o que houver, Sr. Presidente, – e conluo – nada muda. Se o Presidente Lula resolver nomear, agora, para Ministro da Justiça o Sr. Waldomiro, vai ganhar a eleição em 2006, porque o Marcos Coimbra quer. Se resolver colocar o Lessa como Ministro da Fazenda, vai ganhar, porque quem quer é o Marcos Coimbra. Se resolver pura e simplesmente desativar o Ministério do Planejamento, não muda nada, vai ganhar o Lula, porque o Marcos Coimbra quer.

Ou seja, quem vai decidir a urna de 2006 é o povo; o mais é prestar serviços. E se o serviço é gratuito, é dispensado; se é pago, é o que temos de ver numa comissão parlamentar de inquérito que tem de ser composta para acabar com esse desrespeito ao povo brasileiro e com esse jogo que prejudica candidatos ao longo da eleição e, ao final das contas, termina desinformando ou tentando desinformar o povo brasileiro, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

Os problemas de Lula estão no Governo e não na Oposição

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil vive, sem dúvida nenhuma, uma crise de autoridade. As chacotas na internet e fora dela se multiplicam quando se trata da figura do Presidente da República.

O Senador Pedro Simon, ainda há pouco, fez uma fala sensata, correta e madura, dizendo que os problemas do Governo estão dentro do Governo e não na Oposição, que não tem o menor desejo de provocar rupturas, de provocar abalos institucionais ou algo que signifique arranhar os caminhos normais da democracia brasileira.

Quando me refiro à crise de autoridade, vejo, por exemplo, o Presidente da República, de maneira intempestiva, Senador Pedro Simon, dizendo que tem boas notícias para a Nação no campo da tabela de Imposto de Renda. O Ministro Antonio Palocci, nos principais jornais de hoje, como Folha de S.Paulo – e peço que os títulos e os subtítulos sejam dirigidos aos Anais –, Correio Braziliense, O Globo, Estado de S. Paulo, e outros, diz que não há chance de se corrigir a tabela do Imposto de Renda. O Presidente da República afirmou que ia corrigir, o Ministro Palocci diz que não vai corrigir e parece não será corrigida mesmo.

Espanto-me quando leio – estou com o jornal Correio Braziliense de hoje – o manifesto do Partido Liberal, a que pertence o Vice-Presidente da República. O PL chama de sabotador o Presidente do Banco Central, prega controle de capitais e é contraditado pelo Ministro da Fazenda, Antonio Palocci. E o que mais me espanta – e peço também que títulos e subtítulos do Correio Braziliense de hoje sejam endereçados aos Anais, Sr. Presidente – é que o Planalto reage com indiferença. E aqui me parece que vem uma pitada de cinismo, Senador Cristovam Buarque, que faz mal à saúde ética e à saúde cívica do País.

O Planalto reage com indiferença e, aí, esclarecem alguns aliados do Governo que eles apostam numa retratação. O Presidente do PL diz algo que desagrade ao Governo, o Governo não liga, diz que ainda não leu – parece desinformado o Presidente – e aposta em retratação. Quer dizer que, se alguém disser, do Presidente, do Presidente do Banco Central, do Ministro da Fazenda, do Governo, o que quiser e depois pedir desculpas, o Presidente da República considera esse o tratamento correto a se dar quando se trata da questão da autoridade.

Estou dizendo que falta autoridade. Estou dizendo que vejo resquícios de autoritarismo neste Governo. É autoritário quando expulsa o jornalista e falta autoridade porque não consegue a coesão mínima das vontades da sua própria base aliada. Não sei como se governa mais dois anos e meio, levando o País para a anarquia que impera no campo, na cidade, na administração, na relação com o Congresso e na forma como se conduz a política deste Governo ou deste “desgoverno”.

A reportagem do Correio Braziliense de hoje lembra que, há dias, o Governo deu um ultimato aos servidores públicos: é pegar ou largar, ou o Governo enfrentará a greve.

Agora, o Governo recua e diz que fará outra proposta de aumento para que os servidores públicos analisem. E pergunto: se o Governo poderia dar um aumento mais digno, por que não o fez? O Governo é sádico e masoquista? Pratica sadomasoquismo? É discípulo do Barão de Masoch? Se podia conceder mais, por que não concedeu um reajuste maior? E, se podia dar mais, por que não antecipou e infligiu agonia aos servidores públicos?

Volto à matéria da Folha de S.Paulo e peço que os títulos constem dos Anais: “PL diz que o Presidente do Banco Central sabota o País”. A matéria diz que o Presidente se irrita com as críticas e fica, por isso, passando a imagem para os aliados do Governo que se pode desrespeitar a autoridade presidencial e que dá para não haver disciplina alguma. O Governo termina se atando aos seus desajustes com o bom senso da Oposição, que vai se cansando disso.

Ontem, oferecemos uma solução para que o Governo saísse do impasse em que se meteu, para que o Brasil não pagasse o brutal mico internacional em relação a nossa segurança no Timor Leste. Oferecemos a solução, mas a Oposição vai se cansando porque

há limites para a incompetência, para a falta de autoridade e para o desrespeito a uma Nação que, com tanta esperança, elegeu o Presidente da República.

O jornal O Globo publica matéria em que meu prezado colega de Congresso José Genoíno declara: “Quem não apoiar o Governo que se vire” – avisa Genoíno a petistas e aliados. E o Deputado Chico Alencar, do PT, reage dizendo que enfrentará o salário mínimo minimíssimo proposto pelo Governo.

Em relação à declaração do Presidente do PT de “quem não apoiar o Governo que se vire”, não sei se essa é a linguagem que deveria ter sido usada pelo meu amigo José Genoíno. Que se vire? O que é se vire? Eu dar as costas aqui? Se virar é eu rodar trezentos e sessenta graus, aqui? O que é se virar? Se virar é engraxar sapato na rua? O que é se virar? É aquilo que o francês traduz por *boulot*; *boulot* é o bico.

Eu não estou falando da política do bico. Eu estou falando da política da seriedade. Ou esse Governo se quer negociar com a sociedade, quer negociar com a Oposição de maneira respeitável e responsável, que ele primeiro mostre capacidade de liderar os seus aliados. Mostre capacidade de coesão interna para, depois, conversar conosco, nós, da Oposição, respeitando minimamente as perspectivas que possam ser apontadas para o País.

Já encerro – e o meu tempo se esgota – para dizer que o Correio Braziliense, de novo: “Governo, aqui, recuando – Senador Jefferson Péres – da ameaça que fez aos servidores”. Não devia ter feito ameaça. Se podia dar mais, por que não deu mais? Se não podia dar, está sendo irresponsável. Se podia, dar por que não deu antes? Eu disse, Senador Jefferson Péres, que o Governo tem alguma coisa de sadomasoquista, parece adepto do Barão de Masoch.

Aqui, nós temos o Ministro da Cultura. Com um rasgo de bom-senso, o Ministro Gilberto Gil admite que Lula não superará FHC. Essa é a chamada versão do ministro, que hoje tenta consertar nos jornais. Mas ele fala coisas muito sensatas, começa a aprender política também, ele que é tão bom de música. “Lula não conseguirá operar milagres”, disse o ministro ao jornal O Globo.

E finalmente, a revista americana Newsweek faz acerbadas críticas à condução administrativa do País. Eu pergunto, para anteciparmos a crise: a Newsweek tem algum correspondente aqui? Porque se tiver, eu já faço um apelo antecipado: Presidente, se quiser responder à crítica,

responda, mas não expulse do Brasil o correspondente da Newsweek. Não peque outra vez por agressão à liberdade de expressão, numa democracia que foi construída também com a sua ajuda, Presidente Lula. Aqui tenho o retrato de uma anarquia que começa a se desenhar no País. Anarquia que é denunciada nos jornais de hoje, pelo empresário importante que é Antonio Ermírio de Moraes, ele que teve uma fazenda produtiva invadida pela anarquia clara e organizadamente proposta pelo MST. E o Governo não consegue tomar nenhuma atitude enérgica, a não ser a atitude de expulsar jornalista, a não ser atitude confusa de se apoiar na Oposição, sensata como ela é, tendo dentro do seu Governo, no intragoverno, dentro das suas forças, aquilo que é hoje expressado, Senadora Maria do Carmo, pela posição do PL que desafia a autoridade monetária do País, desafia a autoridade do Presidente e assessores do Presidente e parlamentares ligados às lideranças do Governo, na Câmara, de maneira cândida, boba, tola, dizem assim: Ah! Depois ele se retrata. Quer dizer, então, que eu posso chegar aqui, ofendo a honra do Presidente, depois eu me retrato? Chego aqui, ofendo a honra de quem quer que seja deste Governo, depois eu me retrato? Mais grave ainda. Qualquer aliado do Governo chega aqui, diz algo grave, para a condução deste País, e o Governo diz: não. Depois, ele se retrata. Não quero que meus filhos ouçam, nem aprendam esse espetáculo de cinismo político, que está sendo mostrado aos que virão depois de nós, para conduzir este País.

É preciso que o Presidente Lula faça uma reflexão. Seu Governo não está indo por caminhos, está indo por desvãos; seu Governo não está seguindo uma rota firme e nem determinada, ele está indo por descaminhos; seu Governo não está sendo capaz de liderar este País. E não se governa um País com marketing, não se governa um País a não ser com a energia santa de quem, sendo democrata para defender a democracia, seja, ao mesmo tempo, capaz de preservar a autoridade, sem a qual não se preserva a democracia em país nenhum. Que o Presidente medite e perceba que está levando o País a um grande malogro, a uma grande incerteza, e que isso vai se refletir cada vez mais na sua base interna no Congresso. Vai cada vez mais o Presidente ficar dependente, inclusive de uma Oposição que tem bom-senso, e vai mostrar na sessão de hoje, mais uma vez, sua capacidade de se sacrificar pelo País, mas uma Oposição que começa a se cansar. Ou seja, a Oposição se sente hoje com autoridade moral para dizer ao Presidente: “Presidente Lula, nós exigimos, exigimos,

para continuar ajudando o Governo de Vossa Excelência no que toca à governabilidade, exigimos que Vossa Excelência respeite o País, comece a governar, mostre autoridade sem autoritarismo, mostre respeito à liberdade e à democracia, cumpra com o seu compromisso mínimo com 53 milhões de brasileiros que estão hoje vendo as suas esperanças serem frustradas, defraudadas, perdidas e jogadas ao vento da demagogia e da incompetência administrativa”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Governo busca fórmula mágica para obstruir a pauta do Senado

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, estabelecemos que a sessão poderá ir madrugada adentro se necessário. Cinco minutos a mais, cinco minutos a menos não devem inibir a expressão das Oposições, ou de quem, pelo Governo, se imagine na obrigação ou no dever de rebater o que aqui esteja sendo dito.

Chamo a atenção para um fato grave que acomete este País. Hoje, nós, da Oposição, estamos dispostos a desobstruir a pauta, votando algumas matérias de afogadilho, não porque tenha havido um acerto do Governo, mas porque houve um erro bastante grave de condução por parte do Presidente Lula e de quem o assessora.

Jogaram sobre nosso peito uma situação de fato. Há a questão do Timor Leste, que toca o coração de todos nós. O avião já está aí, numa situação de fato. Antes de o Congresso deliberar, já estava tomada a decisão do Governo, o que não deixa de ser um desrespeito ao Parlamento.

Diante do que me parecia algo muito grave, quer o Governo encontrar uma fórmula mágica de obstruir de maneira errada e abusiva a pauta do Senado com as medidas provisórias. O Governo encontrava, Senador Jefferson Péres, Líder Sérgio Guerra, uma fórmula mágica: obstruía de tarde, desobstruía de noite, reunindo o Congresso, e violentava uma decisão tomada na Câmara dos Deputados. Não podíamos compactuar com isso.

Por outro lado, nesta hora, o impasse não seria a melhor resposta do Senado à Nação. Portanto, dissemos, pela liderança do PSDB e com a concordância das demais lideranças de Oposição, que estávamos dispostos a ir à madrugada, votar todas as medidas provisórias, sem compromisso com o mérito: “sim, não”, na hora que

tiver de pedir verificação de quórum se pede; faremos isso logo na preliminar nessa questão da cobrança dos inativos.

Chamo a atenção para o fato de que mais nove medidas provisórias estão vindo para cá; a pauta será obstruída outra vez, novas situações de fato podem ser criadas e a Oposição, diante dessa grave crise, que, a meu ver, é uma crise de autoridade, começa, ela, a Oposição, Sr. Presidente, a se impacientar. Eu observei ainda há pouco – o Líder Aloizio Mercadante disse que me ouviu, o que é uma honra muito grande – mas preciso repetir agora e mais um milhão de vezes se for necessário. É repetindo que marcamos a posição com muita nitidez. Trata-se de um quadro em que a autoridade monetária do País é desafiada pelo partido do Vice-Presidente da República e desafiada pessoalmente pelo Vice-Presidente da República. É um quadro denunciado pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes como de mazorca no campo, sem que o Governo tome atitudes. Um quadro em que o Governo amanhã poderá dizer: hoje, desobstruímos a pauta, votamos sete medidas provisórias. E não está fazendo isso por um acerto, mas por um erro, porque a Oposição resolveu conceder, em homenagem ao Exército brasileiro, em homenagem ao Timor Leste, a pressa da votação das medidas provisórias em nome da governabilidade, mais uma vez demonstrando bom senso, maturidade e capacidade de compreensão. Ou seja, quando o Governo acerta errando – para ficarmos na filosofia do Presidente Lula – isto me lembra os times de futebol irregulares, me lembra os times que ganham do Real Madri e perdem do pior time da quinta divisão de várzea, do pior centro futebolístico do País. A irregularidade está começando a inquietar e a criar problemas. Estamos vendo, inclusive, a política econômica do Governo em xeque. É isto? O Governo vai bancar, até o final, essa política econômica ou vai sair para atitudes de curandeiros, tentando reverter princípios como, por exemplo, o da saúde fiscal?

A Oposição vai, aqui, cumprir com o seu papel. Ela tem questionamentos a fazer, preliminarmente, logo, em relação à medida provisória dos inativos. Ela vai procurar facilitar ao máximo as votações com cujo texto esteja de acordo, mas chama a atenção para o fato de que está na hora de este Governo se governar, se autodeterminar e de não ter, às vezes, uma face arrogante – quando pode – e, depois, a face aturdida de quem não soube conduzir a questão a contento. A Oposição não pode conviver com uma ordem

em que o Vice-Presidente da República desautoriza o Presidente a cada instante, e as soluções terminam vindo para as nossas mãos, terminam vindo para a nossa maturidade. O eterno apelo à nossa maturidade, o eterno apelo à nossa experiência, o eterno apelo ao nosso amor pelo País.

É fundamental que o Governo mostre coesão, se una internamente para poder propor algum diálogo decente e construtivo à Nação, sob pena de o Brasil perder completamente a crença – e as chacotas estão campeando pelo Território Nacional – na capacidade de liderar do Presidente da República e na capacidade de governar de um Governo que o tempo inteiro joga a responsabilidade para cima de outros.

Neste caso – espero que pela última vez – empurraram para a Oposição uma grave decisão: ou vocês nos ajudam desesperadamente ou vamos pagar um mico internacional enorme. A Oposição não vai deixar o Brasil pagar esse mico internacional, a depender dela, mas o País está pagando um brutal mico interno e externo com as suas atitudes, com a sua incapacidade de liderar, com a sua incapacidade de governar.

Insisti e mantive a minha inscrição para começarmos a sessão explicando as razões por que tivemos de inventar uma sessão extraordinária, por que tivemos de chegar a uma sessão extraordinária, por que hoje, por exemplo, tivemos de cancelar a pauta de oradores que teria como ponto nobre o Senador Sérgio Guerra, que faria o seu primeiro pronunciamento como líder da Minoria nesta Casa.

Que o Governo advirta a si próprio. Que o Governo mature. Que o Governo entre pela melhor regra da convivência. Que o Governo, que aspira liderar o País, comece pela tentativa que não pode fracassar de liderar suas forças internas. O que eu vejo é uma multifacetada base de apoio ao Presidente, não vinculada ideologicamente a projeto algum, até porque não poderia ser vinculada a um projeto que não existe e que não está exposto claramente à Nação. E a Oposição se sentindo o tempo inteiro como se fosse uma espécie de tio de um adolescente rebelde, como se a Oposição fosse tio de um adolescente que não pode ir à boate sozinho, porque se porta mal. A Oposição começa a

se fatigar desse papel. Ela não se nega a ajudar o País, mas a Oposição chama a atenção do Governo para a necessidade de atitudes mais maduras virem do Palácio do Planalto em direção a esta Casa. Ali não é lugar de imaturidade, ali não é lugar de inexperiência, ali não é lugar de intemperança.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Planalto edita boletim indesejável para propaganda do Governo

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, há meses, fiz por escrito – e a li da tribuna – uma solicitação à Radiobrás para que não enxertasse mais na minha mídia, aquela azul que recebemos pela manhã em casa, este boletim que chamei de Pravda e que é de responsabilidade da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República.

Por quê? Primeiro, porque tenho filhos. Eles sabem ler e aprendem a raciocinar. Não quero o Governo Lula ensinando meus filhos a raciocinar, tampouco eu, depois de velho, quero aprender a ler e a raciocinar pelos olhos cegos deste Governo. Mas aqui está a prova da má-fé. Minha casa foi vilipendiada com esta peça horrorosa. Aqui está: “Governo desbarata quadrilha que fraudava licitações no Ministério da Saúde desde 1990”. Ainda continua em seu esforço laudatório. Isto aqui, supostamente, é imprensa, é informação.

Vamos ver o que diz a imprensa de verdade. Jornal O Globo: “Assessor de Ministro na cadeia”. E ainda: “Assessor preso pela PF era homem de confiança do ministro da Saúde”. Jornal Correio Braziliense: “Corrupção. Esquema de fraudes em licitações. Operações em Brasília, Pernambuco, Rio e São Paulo. Vampiros na cadeia. Sucessão de crises no Ministério da Saúde”. E mais: “Bastos discutiu ação com Lula.” Quero parabenizar o Ministro Thomas Bastos, que me parece, de fato, um bom ministro. O Globo: “Propina era trocada em casa de câmbio no Rio”, e “Corrupção que dói na pele”, artigo que conta a história de um hemofílico vítima dessa vampiragem. Folha de S.Paulo: “Polícia Federal prende suspeitos de fraude de R\$2 bilhões”. O Estado de S. Paulo: “Polícia Federal prende assessor direto do Ministro da Saúde. Operação deteve Luiz Cláudio Gomes

da Silva e mais 13 suspeitos de fraudes de até R\$2 bilhões”. Jornal do Brasil: “Polícia Federal desmonta fraude de R\$2 bilhões.” Zero Hora, do Rio Grande do Sul: “Corrupção. Operação Vampiro da PF prende 14 pessoas, entre funcionários de Ministério, empresários e lobistas. Fraude lesa a Saúde em R\$2 bilhões”.

Sr. Presidente, se isso não fosse uma expressão ditatorial, poderia dizer – e aqui receberia meus elogios – que uma quadrilha que funciona, supostamente no Ministério, desde 1990, estaria sendo desbaratada. Parabéns ao Presidente Lula, ao Ministro Fulano e ao Ministro Beltrano, todos eles juntos. No entanto, não estranhar que alguém, que supostamente veio para ter um bom gesto administrativo no Ministério da Saúde, o Sr. Luiz Cláudio Gomes da Silva, mal chegou ao Ministério se acoplou à quadrilha que, supostamente, deveria desbaratar, significa, no fundo, querer entorpecer a consciência dos brasileiros.

Quero, reiteradamente, pelo microfone desta Casa, da minha tribuna honrosa que me concedeu o povo do Amazonas, pedir que não mandem mais para a minha casa esse jornaleco em questão. Não quero saber da opinião oficial do Governo. Quero ler a imprensa brasileira, quero debater com o Governo com base no que recebo de pessoas da opinião pública, mas não posso aceitar como legítima uma tentativa de dirigir a informação.

Isso representa dinheiro público gasto inutilmente. Estou pensando em entrar com uma ação popular para que se acabe com isso. Não quero dinheiro público gasto, muito menos em um jornaleco como este, que chega a minha casa para dizer que tem um mocinho que desbaratou uma quadrilha, esquecendo que, ao lado do mocinho, havia um bandido que se acoplou à quadrilha e foi preso, cheio de dinheiro público no bolso, e que era o principal assessor, já com avisos de uma licitação muito ruim de que ele havia participado no INCA – Instituto do Câncer, que chegou a Chefe da Logística do Ministério da Saúde.

Portanto, vamos estabelecer a verdade. Houve omissão de ministérios para trás? Vamos apurar isso aqui do jeito que se quiser. Foi um gesto bonito o do Ministro Thomaz Bastos? Sem dúvida alguma. Quero reconhecer de novo. Agora é bom se saber que, mal chegado ao Ministério, o Sr. Gomes da Silva deu um jeito de entrar em contato com a quadrilha e de enriquecer junto com essa quadrilha, fazendo-se homem de confiança do Ministro, o papel de vampiro, sugando o sangue de filhos do trabalho deste País.

Espero que, desta vez, o Ministro Gushiken, por quem tenho apreço pessoal – e vou usar uma expressão de gíria mesmo – se “manque” e diga: “Manda para todo mundo, menos para o Senador Arthur Virgílio, porque isso enche de indignação o senador. Ele não quer receber mais. Ele quer que seus filhos aprendam a raciocinar e a discernir sem a ajuda de força ditatorial custeada por dinheiro público e a esconder corrupção praticada dentro do Governo, às barbas do Governo e, se Deus quiser, evidentemente, sem o patrocínio do Governo”.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Brizola encantava e seduzia. Foi um grande político

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a morte de Leonel Brizola dá a dimensão muito exata de que certos homens públicos têm, eles próprios, um tamanho, uma dimensão acima dos mandatos formais. Ele acabou de ser derrotado na disputa pelo Senado da República no Rio de Janeiro, colocando-se num aparentemente bizarro quarto lugar, e, de repente, sua figura imensa avulta sobre a cena nacional.

Ouvi os senadores discorrerem sobre a personalidade de Brizola, sobre seus governos, e eu nem sequer gostaria de me deter nos seus governos, de ficar cotejando suas idéias com as do meu partido, de dizer se concordava ou não com elas.

O que para mim realçava em Leonel Brizola era a figura do polemista, a figura do homem público íntegro que não dobrava sua coluna vertebral diante de poder algum. Essa era a verdade nua e crua dos fatos. Brizola encantava e seduzia pela capacidade de dizer “não” muito mais que pela sua dificuldade de dizer “sim”.

Eu me punha a lembrar certos eventos protagonizados por ele, como a cadeia da legalidade, em 1961. João Goulart tomou posse na Presidência da República graças à resistência oposta à tentativa de golpe militar dos três ministros militares, liderada por Leonel Brizola, contagiando como contagiou, com sua liderança, o General Machado Lopes e o alto Comando do III Exército. Aceitou a contragosto a fórmula parlamentarista que a índole conciliatória de Jango com ela concordara por entender que qualquer coisa seria melhor que o derramamento de sangue.

Depois, vem todo aquele episódio do Governo João Goulart. Nesse caso, sinceramente, não sei de dá para dizer que Brizola tenha agido com justeza política em todos os episódios.

Meu pai era líder do Governo Goulart no Senado e era a favor, claramente, do estado de sítio, negado a Jango por lideranças trabalhistas importantíssimas, como Leonel Brizola, Miguel Arraes de Alencar e Almino Afonso, entre tantos outros. Meu pai entendia, de maneira bem pragmática, que, primeiro, não se fugia da Constituição com estado de sítio; segundo, que estava em marcha um golpe, sim, liderado, na parte civil, pelo Governador da Guanabara, Carlos Lacerda, pelo Governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, pelo Governador de São Paulo, Ademar de Barros. O sítio seria a forma que Jango teria de destronar os três conspiradores e de, com isso, aspirar a chegar ao final do seu Governo.

A resistência interna foi tão grande – refiro-me novamente às três figuras simbólicas: Almino Afonso, Miguel Arraes, Leonel Brizola – que Jango não teve outra alternativa a não ser retirar a mensagem que propunha o estado de sítio.

Depois, vem o golpe de 64. A radicalização que ele propunha pode – quem sabe – ter dado ensejo, ter dado oportunidade, ter dado espaço para o avanço da trama golpista. Agora, uma coisa é verdade. Por ele, João Goulart teria resistido.

Parece-me, Sr. Presidente, que havia uma dicotomia muito grande de posições entre os dois. Ninguém me convence do contrário. Noutra dia, jantando com sua viúva, Dona Maria Tereza, e com seu filho, João Vicente, na residência do nosso colega Senador Tasso Jereissati, ao lado do Senador Pedro Simon, João Vicente, de certa forma confirmou essa suspeita minha. João Goulart imaginava que não haveria o Ato nº 1, que não haveria – talvez cassação de mandato, sim – suspensão de direitos políticos, que não haveria esse exílio que, para alguns, foi externo e foi doído e que, para outros, foi interno e doloroso.

Brizola antevia que o golpe vinha para se transformar em ditadura. Não vinha para fazer mero alerta nem para repor o Brasil nos trilhos que a política conservadora recomendava.

João Goulart foi apanhado pela edição do AI-5 e pela suspensão de seus direitos políticos, fazendo uma pescaria em território brasileiro, segundo seu filho João Vicente nos relatou. Brizola, naquele momento, queria ser nomeado por Jango Ministro da Justiça e queria liderar o combate, o enfrentamento militar ao golpe no Rio Grande do Sul, onde havia a figura brava e legalista do General Ladário Pereira Telles, Comandante do III Exército.

Brizola era o polemista, o líder político, acima do detentor de mandatos, irrelevante se foi presidente da República ou se não foi, completamente irrelevante se perdeu ou ganhou a eleição para senador do Rio de Janeiro, completamente irrelevante se venceu duas ou três eleições para governador de Estado; relevante era sua figura, era a saúde cívica e civil que fazia dele alguém fascinante a meus olhos.

Eu olhava seu ideário econômico sem concordar com quase nada; eu olhava seu sistema tático-político e discordava de quase tudo. Mas sinceramente a figura de Brizola a mim me seduzia, a mim me encantava, a mim me surpreendia a cada momento.

Encerro, Sr. Presidente, dizendo que encaminhei um requerimento que se soma a tantos outros de homenagem ao Governador Leonel Brizola.

Lembro que, recentemente, visitei com o Presidente de meu partido, Senador José Serra, o Presidente do PDT Leonel Brizola. Tive a impressão de que ele padecia de algum mal, porque estava visivelmente menor em estatura física. Comentei com Serra, dizendo: "Olha, Serra, o Brizola me dá a impressão de que, em dois anos, em cinco anos no máximo, nos deixa, a não ser que, em gesto muito coerente com a sua própria vida, resolvendo contrariar a sua própria natureza, ele resolva ficar mais uns 20". Parece que ele não resolveu optar por esse caminho de luta e acabou até se antecipando aos dois anos que parecia um mau agouro na minha percepção sobre a saúde, sobre a sua sobrevivência, sobre a sua sobrevivência.

Ele deixa como legado, já de agora, um gesto oposicionista. Ele tumultuou, embananou completamente a votação do salário mínimo na Câmara dos Deputados. O seu último gesto foi um gesto oposicionista: morreu embananando a votação do salário mínimo na Câmara dos Deputados.

Ele deixa para seus sucessores, a começar por essa bancada de escol, preparada, liderada pelo Senador Jefferson Péres, integrada por senadores do melhor calibre nesta Casa, deixa para os pedetistas que o sucedem um grande desafio, o desafio de manterem vivo o ideal trabalhista, o desafio de fazerem de sua vida um verdadeiro tributo à idéia da justiça social, o desafio de fazer esse partido não só sobreviver, como crescer. Tenho certeza de que Brizola será honrado pelos seus companheiros competentes e preparados das bancadas na Câmara e no Senado do Partido Democrático Trabalhista.

Meu pai não era muito ligado a Brizola nas lutas do PTB. Meu pai filiava-se mais à moderação de Jango, embora ele próprio fosse um tribuno inflamado, um tribuno de muita fibra. Meu pai entendia que o principal valor a ser preservado era a democracia em si mesma e que qualquer tentativa de radicalização uniria o que se chamava à época de setores conservadores. Isso só faria com que se implantasse implantasse o que acabou se implantando neste País, ou seja, uma ditadura que, no começo, não se supunha fosse durar tanto, mas que durou 21 anos e foi encerrada pela epopéia da eleição do Senador Sarney para a Vice-Presidência da República e do Presidente Tancredo Neves para a Presidência da República.

Tancredo morre, V. Ex^a, Senador, com enorme correção, enorme sentido ético, assume a Presidência da República e escreve uma página muito brilhante da transição democrática. Mas foram 21 anos até se chegar àquele momento, e foi preciso a dissidência, que, depois, virou Frente Liberal, liderada por V. Ex^a e por Marco Maciel. Foi preciso o acordo com a dissidência do PDS para se vencer a eleição no Colégio Eleitoral e se começar a dissolver o regime de força, indo ao Colégio Eleitoral, para que, depois, nunca mais, conforme a promessa de Tancredo e de V. Ex^a, se reunisse, espúrio que era, negador da liberdade que era. Ou seja, os caminhos talvez não fossem os do radicalismo proposto por Brizola, mas talvez o da ampliação das alianças, para se dissolver a ditadura da maneira que fosse possível.

Aqui deixo o testemunho, em nome do meu partido, sabendo que é inútil, porque todos os senadores haverão de chegar aqui para dar seu testemunho sobre Leonel Brizola, que a todos nos toca, em todos os nossos corações, ele mexe e mexia.

Fugir do lugar-comum, como? Perdemos um grande brasileiro, abre-se um grande vácuo, insubstituível. Não tem como ser criativo quando se fala de alguém que, de fato, é insubstituível e que deixa um grande buraco, sim, na vida nacional.

Perguntava-me, há pouco, uma jornalista: deixou herdeiros políticos? Ouvi falar que ele teria um neto jeitoso para a política. Até isso é irrelevante. Herdeiros de Brizola somos todos nós que temos obrigação de fazer política com ética, com honra, com decência, numa hora em que o Brasil precisa do sentimento de ética, do sentido de honra e de decência.

Portanto, aqui fica a minha homenagem pessoal e, evidentemente, da minha bancada, que se soma à homenagem de todos os senadores e brasileiros. O fato de as pessoas gostarem ou não de Brizola não era importante, pois todos o respeitavam. As pessoas poderiam concordar ou não com ele, pois isso também não era o mais relevante. Todos haveriam de manter o seu sentimento de respeito e acatamento pela figura decente de quem fazia apenas os gestos nos quais acreditava e tomava apenas as atitudes que queria. Alguém pode dizer que Brizola, em alguns momentos, parecia equivocado quando falava de economia ou de sua visão sobre o Estado. Também não vejo que isso devesse separar os que concordavam com ele dos que, como eu, dele discordavam – e muito.

Pura e simplesmente, registro, na fase final desta fala modesta e sentida, que o aspecto negativo é o fato de o Brasil amanhã acordar desfalcado na sua ética, na sua honra, na sua valentia, com a morte de Brizola. O aspecto positivo é que ele foi tão getulista, tão trabalhista que, tanto quanto seu inspirador, o seu grande líder, acaba de deixar a vida terrena para entrar na História.

O PSDB faz oposição conseqüente e responsável

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, lendo a coluna do jornalista de O Globo, Merval Pereira, pus-me a meditar sobre as conseqüências do que me pareceu, à primeira vista, um ato inconseqüente. Não deu para deixar de considerar engraçado. O Senador Tasso Jereissati é chamado de fraco. Eu sou dado como mais irresponsável do que o Senador Almeida Lima. E logo por quem, pelo homem que nomeou Waldomiro Diniz. Ou seja, se alguém entende de irresponsabilidade neste País é o Sr. José Dirceu.

Em seguida, não me saindo da cabeça a coluna e as declarações do Ministro José Dirceu, comecei a conjecturar. O ministro está desequilibrado momentaneamente? Pode ser. Tem razão o Senador Antonio Carlos. Tem sofrido muito, pode ter esgotado sua têmpera em lutas passadas, pode não ser o mesmo. Pode ser. A idéia de que estaríamos diante de alguém inadequado para tocar os negócios do Estado também é possível, também pode ser. Fiquei, então, com a cabeça martelada pelas possibilidades, pelas hipóteses que, umas após as outras, visitavam-me.

E penso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senador Tasso Jereissati, que é hora de aqui rasgarmos uma certa fantasia. Em primeiro lugar, o Ministro José Dirceu, que talvez não tenha competência para ser Ministro-Chefe da Casa Civil de um Governo de responsabilidades, deu, desta vez, um bom porta-voz do PSDB, até porque ele exibiu o que é a nossa realidade, exibiu a unidade que existe entre o Líder da Bancada, o Senador Tasso Jereissati, e os tucanos que estão fazendo a Oposição conseqüente e responsável, cada um com seu estilo, porém dura, a um Governo que precisa de Oposição conseqüente, responsável e dura.

Creio que deu para concluir sobre os porquês de o Senador Tasso Jereissati ter irritado tanto o Ministro José Dirceu. O discurso

proferido na semana passada pelo Senador Tasso Jereissati, um discurso a favor da governabilidade, impondo limites a partir dos quais não se ultrapassaria a barreira, por exemplo, do institucional, foi um belo momento da vida parlamentar desta Casa. Mas se esse mesmo discurso irrita tanto o Sr. Ministro, tenho a impressão que se rasgarmos mesmo o véu da fantasia, se quisermos ir direto ao ponto, deixando de lado as meias-palavras, Senadora Heloísa Helena, vamos concluir que S. Ex^a ficou contrariado porque o discurso do Senador Tasso Jereissati procurava contingenciar a crise política nos limites da crise política, não deixando a economia ser engolfada pelo que seria o desdobramento da crise política.

Logo, o Ministro José Dirceu, na base de que os fins justificam os meios, exercitando uma vocação autoritária, talvez tenha dito assim: esse Tasso Jereissati estragou a minha vida, esse Tasso Jereissati está levando para a economia aquilo que é a crise da qual eu participo, a crise do Waldomiro que nomeei, a crise que está enlameando esta República.

Começo a pensar que o Ministro José Dirceu, errado e equivocado na sua forma de ver o País, diagnosticou com correção. O Senador Tasso Jereissati dizia o seguinte: vamos investigar e vamos evitar contratempos na relação dólar/real. Vamos evitar contratempos na Bolsa de Valores. Vamos evitar sobressaltos. É o que temos dito todos nós aqui. Vamos votar as matérias relevantes, dar governabilidade e investigar a corrupção, até porque não há nada mais nobre, mais justo e positivo do que investigar a corrupção em um País que precisa cada vez mais dessa vigilância, dessa fiscalização.

O Senador Tasso Jereissati, discutindo a economia no nível em que o fez, terminou vetando e vedando a continuação de um certo plano macabro que significaria jogar para o econômico a preocupação da opinião pública, para que as mazelas causadas pela crise política pudessem deixar o Sr. José Dirceu voltar a pousar de czar, monarca, primeiro-ministro, kaiser ou de qualquer título que possa, porventura, pensar que esteja à altura de sua majestade.

Mas devo deixar bem claro ao Ministro José Dirceu que, a essa altura, pouco me importa a sua opinião. S. Ex^a não tem mais o peso que já teve. Não tenho nenhuma satisfação a prestar a S. Ex^a. Irresponsável era a Oposição que fazia ao pedir o impeachment de um presidente eleito pelo povo em primeiro turno, sem nenhuma razão para isso, contra o candidato dele. Irresponsável é se fazer o

que está fazendo hoje, montando a pantomima de não deixar investigar algo que, a meu ver – e aqui o ministro está me chamando para a luta, exatamente para a luta que estou indo, vamos rasgar a fantasia –, não existe: o caso Waldomiro. Existe, quem sabe, um caso José Dirceu e é disso que ele tem medo. Não existe um caso Waldomiro; existe uma conexão que passa por Buratti, quem sabe entra por Barquete, passa por Waldomiro, passa pelo crime organizado e, sem dúvida alguma, leva-nos a entender por que tanta paúra, por que tanto medo, por que tanto pavor de uma investigação, ou seja, o medo da CPI está causando um mal maior ao Governo do que, quem sabe, se ela estivesse sendo realizada dentro dos critérios de a maioria indicar as figuras fundamentais da economia.

Portanto, de maneira bem sintética e bem simples, a opinião do Ministro José Dirceu a meu respeito, sinceramente, ele pode guardar para ele, publicar no jornalzinho do centro acadêmico, o que ele quiser, não me interessa, a mim realmente não interessa. Entendo que, se alguma advertência eu devesse ouvir, sendo uma pessoa humilde como procuro ser, é que, de qualquer maneira, fui chamado de irresponsável por alguém que é um campeão brasileiro de irresponsabilidades. Ora, ele entende do assunto. Vou, portanto, mergulhar nas minhas águas internas e vou procurar saber se é verdade ou não, porque esse douto na matéria está a indicar.

Mas, no mais, vamos então acabar com essa hipocrisia que tem vigorado. Não tem caso Waldomiro algum; ninguém faz aquilo tudo sozinho. Não posso asseverar que existe um caso José Dirceu, mas posso dizer que tem gente com medo de que se possa investigar a ponto de se chegar, quem sabe, a provar isso, ou seja, Senador Tasso Jereissati, tranqüilize-se. V. Ex^a estragou um plano macabro. V. Ex^a trouxe o respeito à questão econômica, tirando o peso que queriam dar a uma crise na área econômica para livrar a área política do crivo da sociedade. Mas a crise não se extingue só porque o Ministro José Dirceu quer. S. Ex^a diz, como Hitler, no filme, com o globo nas mãos, que a crise acabou e que o Ministro Antonio Palocci não será demitido.

Tudo o que estudei foi na área de Ciências Sociais e, portanto, não tenho a menor condição de ajudar o ministro, pois não entendo de Psicologia, muito menos de Psicanálise e não tenho noção de Psiquiatria. Não consigo socorrer o ministro neste momento, mas devo dizer o que interessa à Nação ouvir: estão fazendo muito esforço

para impedir que a verdade venha à tona, e começo a acreditar que não existe um caso Waldomiro a assustar tanta gente poderosa nesta República. O nome de uma CPI deveria ser outro, o nome do escândalo deveria ser outro.

Relevamos a reação desequilibrada do ministro, do qual temos até dó, mas, no que ela tem de estratégica, significa alguém destruindo a Nação toda para, quem sabe, se livrar de algum incômodo.

Senador Almeida Lima, isso revela descompromisso com o País e uma dose cavalari de desrespeito ao povo e, para usar uma expressão do gosto do Ministro José Dirceu, uma dose cavalari de irresponsabilidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

Está em jogo a dignidade do Congresso Nacional

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, citado pelo Senador Aloizio Mercadante, peço a palavra a V. Ex^a, amparado no Regimento Interno da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me referir especialmente ao Senador Aloizio Mercadante.

V. Ex^a fala muito em se travar aqui debate qualificado e não foi o que fez neste momento. V. Ex^a usou de um expediente que não faz jus ao seu preparo intelectual e a sua postura de parlamentar de efetivo peso sobre as decisões deste País com essa atitude canhestra, a meu ver, de dar a entender para a opinião pública que alguns nesta Casa são contra a ajuda humanitária ao Paraguai. Não sei como o PT votou no episódio da tal medida provisória do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas vou me referir ao que é psicanalítico, Senador Antonio Carlos.

Cheguei em Curitiba e encontrei as cores azul e amarelo. Eu disse para o Presidente da Assembléia Legislativa, antes de me encontrar com os Senadores Alvaro Dias e Osmar Dias: “Então, o Beto Richa está cheio de dinheiro e aqui todos são tucanos, porque só há azul e amarelo nas ruas”. E não era isso. O PT em Curitiba adotou as cores do PSDB. Ou seja, estou começando a acreditar que o

petista, no fundo, quer ser tucano. Essa é uma questão psicanalítica: Fernando Henrique errou, por isso agora ele quer errar também.

Basicamente, não aceitaremos a idéia de alguém nos colocar contra a opinião pública por estarmos supostamente contra a ajuda humanitária a quem quer que seja. Até porque a tal ajuda já foi dada. Não há nenhuma consequência para as vítimas do incêndio se aqui o Congresso, com altivez, rejeitar e repudiar essa matéria, que deveria ter vindo por projeto de lei, com urgência constitucional e com prazo para ser votada nas duas Casas do Congresso. Esse é um dado.

Outro dado que deve ser analisado refere-se ao fato de o Senador Aloizio Mercadante falar muito em se resolver a questão do rito das MP. Não faremos isso.

Senador Antonio Carlos Magalhães, referiu-se ainda o Senador Aloizio Mercadante a um projeto de autoria de V. Ex^a que visa a acabar com o direito de o Presidente da República editar medidas provisórias. Nem sei se chego a tanto. Sei apenas que a primeira condição da Oposição é que o Presidente pare de editar medidas provisórias fúteis, e Sua Excelência está editando medidas provisórias fúteis, sim, Sr^{as} e Srs. Senadores. Depois de um prazo de maturação, verificaremos se o novo rito é ou não o mais adequado para o funcionamento pleno do Congresso Nacional.

Sua Excelência está muito preocupado com as vítimas do Paraguai, mas não mais do que eu, cristão também que sou. Vi o Governo Lula muito pouco preocupado com as vítimas do flagelo das enchentes no Nordeste. Vi o Governo muito lento no atendimento aos flagelados da seca no Nordeste. Vejo o Governo em uma campanha eleitoral incrível para o Conselho de Segurança de uma ONU que não existe mais. Vejo um Governo anistiando dívida de determinado país, passeando em carro aberto com o ditador sanguinário fulano de tal do Gabão, mas não vejo o Governo se esmerar em promover os projetos sociais que supostamente seriam a marca do Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores é precisamente incompetente e capaz até da incúria, de corrupção uma atrás da outra – é isso que se denuncia na imprensa – quando fala à opinião pública brasileira, por meio da imprensa, sobre as políticas sociais.

Portanto, que fique bem claro: espero do líder atitude melhor. Espero de S. Ex^a momentos mais felizes, visto que, hoje, S. Ex^a não

foi feliz com essa prática primária de dizer: “Somos bonzinhos e estamos solidários com o Paraguai. Outros são maus e não-solidários com esse País”. Tenho um filho de 13 anos que, apesar de não ser senador, seria capaz, nesta Tribuna, caso se abrisse uma exceção para a criação de um Parlamento mirim, de responder claramente a esse questionamento. É realmente primário esse argumento, embora expendido por uma figura brilhante como o Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante.

Portanto, não está em jogo a solidariedade humana, praticada erradamente pelo Governo, porque seria estabelecida, por meio de projeto de lei com urgência constitucional, Senador Teotônio Vilela Filho, a melhor e a mais respeitosa forma em relação ao Congresso Nacional.

Está em jogo neste momento a altivez da Casa. Conclamo os Srs. Senadores a rejeitarem essa medida, ato que significará um Congresso que não se curva, que se afirma, que não recua nem é anexo do Palácio do Planalto. Será um Congresso que, de jeito algum, abdica de seu direito de influir qualitativamente nos destinos deste País, Sr. Presidente.

Temos hoje uma opção muito clara. Não acredito que seja tarefa de Governo votar, de maneira cabisbaixa, contra a autonomia do Congresso. É dever de governista defender o Governo com base em teses que sejam boas para o País. Esta seria a hora de ter dito ao Presidente da República que a orgia merece um basta e precisa ser repudiada pelo Congresso, que não pode participar dela. Não vamos mais integrar essa bacanal de medidas provisórias que misturam o importante com o fútil e terminam prejudicando o relevante e o urgente. O fútil toma conta da cena brasileira e possibilita que o Congresso Nacional seja acusado pela imprensa, por meio das palavras sibilinas do próprio Presidente Lula, de não ser operoso, não trabalhar e não justificar o subsídio que recebe.

Se houver convocação extraordinária, inicia-se a velha cantilena de que ela custará R\$60 milhões. Ou seja, a tática fascista, quase nazista, de jogar a opinião pública contra o Congresso.

Não nos esqueçamos do incêndio do Reichstag. É hora de o Congresso afirmar-se votando contra a medida provisória, que já teve seus efeitos completados, o que não deveria ter ocorrido. O projeto de lei com urgência constitucional seria um remédio melhor.

Rejeitar, repudiar, manifestar a soberania do Congresso é o dever que – tenho certeza – atingirá majoritariamente os corações e as mentes dos próprios Senadores do PT. Sei que S. Ex^{as} têm o coração aquecido pelo amor ao País e, sem dúvida alguma, independência. Não confundam, pois isso não é matéria de Governo, nada tem a ver. Não precisa alguém dizer aqui que isso definirá quem é fiel e quem não é. Não se trata de matéria de reforma constitucional nem de reforma estrutural. Está em jogo se aceitamos ou não um Congresso curvado, ajoelhado, diante de um governo que, por sua capacidade de emitir medidas provisória fúteis, acaba nos levando a perder tempo com trabalhos irrelevantes, quando o Brasil espera do Congresso uma atuação melhor. E assim seria se o Governo não atrapalhasse tanto a nossa atuação cotidiana parlamentar.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O cenário triste que Lula montou no Brasil de hoje

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSBD – AM) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Endosso as palavras de V. Ex^a a respeito da qualidade, da experiência, do talento do Senador Alberto Silva, e muito obrigado a V. Ex^a pelas reiteradas manifestações de apreço pessoal por este seu modesto colega do Amazonas.

Sr. Presidente, faço hoje apenas um vôo de pássaros sobre os jornais brasileiro. O Jornal do Commercio, do Recife: “Combustível fica mais caro hoje”; outra notícia: “Sem-terra ocupam a fazenda Recreio”, e mais: “Protestos contra aumento de passagem de ônibus contra a prefeitura petista de Recife”.

Ainda “Protestos contra Aumento de Passagens de Ônibus contra a Prefeitura Petista de Recife”. Gazeta Mercantil: “Brasil pode perder US\$800 milhões com soja em 2005”. Gazeta Mercantil: “Brasil Precisa Definir seu Papel”, diz o Presidente Fernando Henrique Cardoso.

A idéia de fazer acordos tópicos vem em um quadro mais defensivo do que ofensivo. Nós temos uma política defensiva. E eu acho que nós deveríamos passar para uma política ofensiva e tomar a decisão de nos integrarmos à economia global.

Muito delicadamente, o Presidente Fernando Henrique apenas diz que o Presidente Lula, na verdade, faz espalhafato, mas é incompetente quando se trata de política externa.

Estado de Minas: “Gasolina Sobe Outra Vez”. E o Presidente Lula apela por compensação aos estados, quando depende dele cumprir a palavra que empenhou junto aos governadores. Dispensamos todo o gesto teatral de solidariedade que teria de ser expresso nos votos de sua bancada aqui ao cumprirmos os acordos firmados pelo Presidente da República.

Zero Hora, do Rio Grande do Sul, resvala para a corrupção: “Fraudes no Programa Bolsa-Família se Espalham pelo Estado”. Outra notícia: “Aumento de 7% da Gasolina é o Terceiro do Ano”. Outra notícia: “Infância Desamparada”. Faço, Sr. Presidente, na verdade, a crônica do desgoverno. Refiro-me à matéria da primeira página do Zero Hora. Dentro do jornal, há a manchete: “Aumentam Índícios de Fraude no Bolsa-Família no Estado”. E o Fantástico já tinha sido tão eloqüente, denunciando esse crime triplicado, que é o crime, em si, de desvio de dinheiro público, crime brutal perpetrado contra o futuro das crianças brasileiras.

O Estado de S. Paulo traz um calhamaço de páginas com essas notícias. Na primeira página, há: “Um dia de fúria dos ex-aliados de Lula. Gasolina sobe 4,2%; Diesel, 8%. Não subiu antes da eleição por motivos eleitoreiros, pura e simplesmente por motivos eleitoreiros.”

Mostrou que tinha razão a equipe econômica, o Copom, quando exigiu da Petrobras que fizesse um realinhamento de preço. Houve uma nota malcriada do presidente da Petrobras, mas agora o preço chegou ao que deveria ter chegado antes, ou seja, não aumentaram a gasolina e o diesel antes por motivos absolutamente eleitoreiros e demagógicos.

O Presidente Fernando Henrique pergunta por que o Governo quer maioria se não tem projeto para indicar a essa maioria que vote e por ele empreenda uma luta estratégica.

Ainda consta de O Estado de S. Paulo: “Lula se queixa da indiferença do povo”. Sr. Presidente, não tenho como não me lembrar de algo parecido, porque, quando as coisas dão errado, o Presidente vaidoso pensa sempre que a culpa é do povo. O Presidente João Figueiredo, que V. Ex^a e eu tanto combatemos, Senador Alvaro Dias – sem dúvida V. Ex^a era opositor dele, Senador Mão Santa –, chegou a dizer aquela célebre frase que preferia o cheiro de cavalo ao cheiro do povo. O Presidente Lula está no mesmo caminho. Já está se queixando da indiferença do povo em relação a ele.

Na verdade, o povo é generoso ao ser indiferente. Deveria estar bem mais atento ao desgoverno que vai sendo praticado e perpetrado contra este País.

Sr. Presidente, falando ainda sobre o Presidente Lula, lembro-me de um poema de Berthold Brecht, chamado Poema Clandestino,

escrito depois da revolta popular, em 1953, na antiga República Democrática Alemã. Leio o poema para V.Ex^a e para a Casa. Diz Brecht:

Depois do levante do 17 de junho

O SECRETÁRIO DA UNIÃO DOS ESCRITORES

Mandou distribuir panfletos Na Stalinee,
Nos quais se podia ler que o povo
Deixara de merecer a confiança do Governo.

E só poderia reconquistá-la, agora,
à custa de muito trabalho.

Mas não seria então
Mais simples se o Governo
Dissolvesse o povo e
Elegesse outro?*

Ou seja, Figueiredo, quando preferia cavalo ao povo, no fundo, ele queria outro povo no lugar daquele que o criticava tanto. Lula já acha que o povo está indiferente. Quem sabe daqui a pouco ele delira imaginando que seria melhor construir o novo povo, ele imaginaria que daria menos trabalho do que ele construir um novo Governo, um Governo de verdade. E essa é sua obrigação, para se credenciar ao respeito duradouro do povo e da História.

“Gasolina e diesel ficam mais caros hoje. No fim, a Petrobras desobedeceu o Copom”, observa o jornal O Estado de S.Paulo. “Na esplanada dos Ministérios, há uma onda de protestos contra o Governo.”

E diz economista Plínio de Arruda Sampaio Filho: “Se não mudar, Lula terá de romper com seus aliados históricos.”

“Governo de resultados”, editorial no Estadão de hoje. “Quando o Presidente Lula exige de seus Ministros do Governo de resultados em 2005, o resultado que tem em mente é sua reeleição em 2006.”

Quando ele lembra ao PMDB que o partido mantém o nome nacional para concorrer ao Planalto, sugerindo, portanto, que a agremiação fará melhor se ficar no Governo, com mais espaço naturalmente e desta vez inte-

grar-se à coligação eleitoral vitoriosa em 2002, a intenção é a mesma. E é para isso também que até o PP poderá desfrutar de ministério na reforma que virá. O empenho de Lula nessa composição e o fato de ter ele assumido, pessoalmente, e solitariamente, o comando da articulação política do Governo indicam que ele deve concordar com a avaliação do antecessor Fernando Henrique, segundo a qual, o desfecho das eleições municipais mostrou que o Presidente não é imbatível.

Na verdade, só há uma coisa com começo, meio e fim neste Governo: as tratativas do Presidente Lula para tentar se reeleger Presidente. No mais, está parado.

Celso Ming, em seu belo artigo de hoje, no jornal O Estado de S. Paulo:

A direção da Petrobras tratou a opinião pública com descaso. Durante meses, negou que houvesse desalinhamento de preços, mesmo não podendo esconder que o reajuste de outros derivados, como o do querosene e de aviação e do óleo combustível obtivesse tratamento.

Mais adiante, diz Ming:

Uma segunda questão a examinar é a chamada divergência entre a Petrobras e o Banco Central. Na ata da reunião do Copom, realizada em outubro, o Banco Central advertiu a Petrobras de que o atraso no reajuste concorria para deteriorar as expectativas dos agentes econômicos e prejudicava a execução da política monetária.

Ou seja, a eleição primeiro, os interesses do País, depois.

Sr. Presidente, peço que tudo seja inserido nos Anais da Casa.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, apenas para acrescentar...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Com muita honra, Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Uma matéria do jornal Valor Econômico mostra o quanto perdeu a Petrobrás por adotar a postura eleitoreira, que não beneficia a população porque agora anuncia o reajuste com o atraso, que significou um prejuízo enorme para

o País. A estatal deixou de ganhar 4 bilhões, por manter os preços da gasolina, e mais 2 bilhões perdeu com a venda de diesel por um preço mais barato do que o das importações brasileiras. Portanto, Senador Arthur Virgílio, V.Exª, com muita responsabilidade pública, vem à tribuna para denunciar os prejuízos a que somos submetidos, nós, brasileiros, em função da postura eleitoreira do Governo, que contraria toda a sua pregação, na esteira desse sepultar de dogmas e postulados apregoados durante tanto tempo pelo PT no País.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Alvaro Dias. V. Exª me enseja a dizer que o Governo tem um caráter de certo hermafroditismo político.

Vejam ainda o que diz O Estado de São Paulo: “Governistas tentam salvar sigilo de aliados do MST” e V. Exª, Senador Alvaro Dias, era o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise no campo. “Dois Deputados do PT e um do PCdoB queriam anular sessão da CPI da Terra que autorizou a abertura de dados”. Ou seja, supostamente haveria corrupção ali, mas pensavam que não se deveria investigar. Parece, então, que são aliados do MST.

O Estado de São Paulo publicou também: “MST caminha para Oposição, diz D. Tomás Balduino”. “Movimentos populares estão frustrados com Lula, afirma o Presidente da CPT”. É um exemplo puro de hermafroditismo político.

O mesmo jornal publicou: “PFL convoca Gastão para explicar acusações. Segundo o Senador José Jorge, declarações do ex-Secretário contra o Ministério da Saúde são de extrema gravidade”. É o lado mais obscuro que tem sido recorrente no Governo do Presidente Lula. “Fernando Henrique Cardoso faz duro ataque à política agrária de Lula, alertando para os perigos do descontrole civil e do descontrole econômico”.

A Folha de S.Paulo publica matéria de quase uma página, intitulada: “Estudantes e sem-terra vão às ruas protestar contra Lula”. A página inteira praticamente. E não há nenhum partido atizando isso, como havia contra FHC, contra José Sarney. O PT encabeçava o movimento. Agora, não. É espontâneo. É o povo mesmo.

Matéria da Folha de S.Paulo intitulada “Lula viria por empresários, diz D. Tomás. D. Tomás acusa o Presidente Lula de não se interessar em

discutir com os movimentos sociais e diz, do alto da sua autoridade que, se fosse uma reunião com empresários, Lula iria cheio de gracinhas, iria cheio de piadas, iria com seus ternos elegantes. Iria.”

Aqui temos o Presidente dando mau exemplo para nossos filhos e netos: “Presidente come bombom e joga o papel no chão” – Folha de S. Paulo. Presidente, coloque no cinzeiro. Não jogue no chão. É feio. Está ensinando mal as crianças.

Folha de S. Paulo: “Ex-assessor de Humberto Costa ataca o Governo.” E aí envereda pelo caminho do desmando do desvio de recursos públicos.

Folha de S. Paulo: “Sem-terra invadem Incra e enfrentam a PM.” Aqui o PT impede que se investigue corrupção dentro do Movimento dos Sem-Terra.

“Banco Central e Congresso viram alvo de manifestantes.”

Folha de S. Paulo: “Copom admite altas maiores dos juros para manter a meta de inflação”.

Escreve o jornalista Kennedy Alencar, em matéria por ele assinada: “Queda de juros só vem a partir de março.” Quem sabe?

“Banco Central terá de rever projeção para gasolina no ano.”

Folha de S. Paulo: “Combustível sobe pela segunda vez em 42 dias.” “Mercadante acusa Governo de abusar da edição de medidas provisórias.” “Banco Central afirma que ritmo da alta de juros pode ser acelerado.” “MST invade, na Bahia, fazenda de suspeito de chacina.”

Folha de S. Paulo: “João Paulo acusa PMDB de obstruir votações.” “Vaca não reconhece bezerra, Presidente Mão Santa. Eles estão brigando entre eles. Ninguém briga conosco. Todos brigam entre si.

Folha de S. Paulo: “Copom admite altas maiores dos juros para manter meta.”

Ainda Folha de S. Paulo: “Combustível”..

Estou repetindo. É tanta notícia ruim que eu estou repetindo. Não quero que me acusem de ter repetido notícia ruim, porque o Governo não precisa disso.

Folha de S. Paulo: “Mercadante critica a ação de Lula no Senado”. E o Presidente aqui resvala para o desespero. “O Presidente

quer elevar mínimo para R\$300". Seu compromisso não era esse; seu compromisso era dobrar o valor real de compra do salário mínimo em quatro anos, e ele teria que fazer algo bem diferente disso para cumprir seu compromisso de campanha. A outra saída era a hombridade de dizer para a Nação, numa cadeia de rádio e televisão, que ele não está sendo capaz de cumprir com a sua meta, com o seu compromisso. Seria uma atitude de mais hombridade, algo mais firme, mais justo, mais decente, mais ético, mais honrado.

Folha de S. Paulo: "Gasolina deve subir mais de 3% na bomba". E era para ter subido antes da eleição. Subiu depois porque eles estavam a fim de votos.

O Globo: "Críticas de ex-secretário abrem crise na saúde. Gastão Wagner acusa Humberto Costa (atual ministro) de priorizar o marketing. Ministro atribui críticas a ressentimento pessoal". E tome petista brigando com petista! Esse é o quadro do desgoverno e do desalento que a Nação é obrigada a suportar.

O Globo: "Ministro Bastos defende presidente do Inbra: é mais uma questão de linguagem." Entende o Ministro Bastos que o presidente do Inbra, falando para nove mil pessoas, ter dito que o agronegócio é inimigo dos movimentos sociais é apenas uma questão de linguagem. Está tolerante o meu prezado amigo Ministro Márcio Thomaz Bastos com algo que tem muito a ver com a manutenção da ordem interna desse País, portanto muito a ver com a pasta que ele tem todas as condições de abrilhantar pela sua respeitabilidade pessoal e pelo seu nível de preparo intelectual, que é dos melhores.

O Globo, página inteira: "Fogo é mais que amigo. Mercadante, líder de Lula, e João Paulo, Presidente da Câmara, atacam o Governo. Protestos no Congresso e nas ruas. Fernando Henrique, não se pode tentar redescobrir a pólvora. Ex-Presidente diz que Governo dá força ao reivindicacionismo incessante do MST".

Aí vem o Presidente do PT, José Genoíno, chamando o ex-Presidente Fernando Henrique de arrogante e distorcendo as suas palavras. Diz que o Presidente teria dito que apenas no PSDB haveria gente preparada para ser Presidente da República. E o Presidente não disse isso. Vou ler o que disse o Presidente Fernando Henrique: "Talvez o PSDB seja o único partido que disponha de tantas pessoas

qualificadas para serem candidatas”. Quando se diz qualificadas não é apenas moralmente ou intelectualmente, mas qualificada também eleitoralmente. Vemos o PFL dirigindo suas baterias para o Prefeito César Maia; vemos o Governador Germano Rigotto no PMDB; vemos no PT Lula e apenas Lula; vemos quatro, cinco, seis nomes no PSDB. Foi apenas isso que o Presidente Fernando Henrique quis dizer. E o Presidente do PT, em sua resposta, nessa ânsia quase doentia de tentar silenciar o ex-Presidente da República, distorce o que ele diz.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concedo um aparte, Senador Mão Santa. Apenas avanço um pouco mais.

O Globo: “PP, PTB e PL ameaçam fazer boicote”. Ou fazem o que eles querem ou tem boicote contra matérias de interesse do Governo na Casa. São aliados do Governo, e não adversários. Os adversários somos nós. Ontem aprovamos aqui seis medidas provisórias, e o Governo não tinha maioria para fazer algo parecido. Aqui mostramos que a Oposição critica, mas quer o Brasil andando, não quer o Brasil parado.

Correio Braziliense: “Renda do brasileiro cai 40% nos últimos anos.” Mas vamos ser honestos: isso tem a ver com o problema do Distrito Federal, com o problema da economia brasileira, não se refere apenas ao Presidente Lula. Vamos ser bem honestos. Tem aqui várias prisões. Protestos contra o Governo do Presidente Lula. A manchete também diz: “Vaias e prisões. Protestos contra o Governo do Presidente Lula”.

O Globo: “Sem-Terra e estudantes invadem prédio do Incra”. Protestos no Congresso e nas ruas. MST faz manifestação na Esplanada contra reformas do Governo Federal. Portas de Vidro e duas vidraças foram quebradas. Houve confronto com policiais e oito pessoas ficaram feridas. Agricultores invadem fazenda”. É o quadro do desatino e da inércia administrativos.

Correio Braziliense: “Protestos. Manifestação organizada pelo Partido da Solidariedade (PSOL) e por sindicalistas na Esplanada dos Ministérios tem como saldo dois estudantes presos, vidros do Congresso quebrados e carros amassados. Policiais detêm mani-

festantes na frente do Congresso. Minoria provocou confronto, que acabou com dois estudantes presos. Passeata terminou em confronto” e “CPT (Comissão Pastoral da Terra) critica Governo Federal”.

E diz Dom Tomás Balduino: “Se ao invés de 12 mil trabalhadores estivessem aqui 12 mil empresários Lula teria vindo”. É incrível como Dom Tomás Balduino está decepcionado com os rumos adotados pelo Presidente Lula.

Não sou aliado de Dom Tomás Balduino, sou adversário de suas idéias até. Entretanto, tudo que peço dele é respeito, e não vejo que ele tenha alguma razão para não me respeitar quanto ao que mantenho de coerência e de firmeza em relação aos meus pontos de vista. Quem se elegeu com os votos e com o apoio de Dom Tomás Balduino foi Lula, a quem ele dirige essas palavras que até parecem desrespeitosas.

O brilhante Presidente do PPS, Roberto Freire, diz: “O que eles fazem não é coalizão, é ajuntamento”.

Correio Braziliense de hoje: “Fernando Henrique Cardoso ataca Lula. Falta criatividade. Ele condena o fracasso das políticas sociais”.

O Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Roberto Busato, diz: “Considero sofrível o desempenho do Governo Lula”. Ele foi gentil; queria dizer coisa pior.

Jornal Correio Braziliense: “Política Econômica – Ata do Copom mostra que os índices do custo de vida e os aumentos nos preços dos combustíveis continuam pressionando a Selic”. A taxa foi elevada em meio ponto percentual na semana passada, o que significaria, segundo o jornal Correio Braziliense, sinal de nova alta de juros.

Jornal do Brasil: “Mercadante reclama de excesso de MP”.

Jornal do Brasil: “Violência marca protesto estudantil”.

Jornal do Brasil: “Infeliz, Dirceu cogita de voltar à Câmara”. Mas a Câmara não é consultório de psicanálise para ninguém. A Câmara é para ser dirigida por alguém altivo, que venha para cá mostrar cooperação com o Governo, mas com independência. Não é escritório de psicanálise: estou infeliz, vou ser presidente da Câmara. Daqui a pouco alguém diz: vão me dar a presidência do

Senado porque estou infeliz. Não é consultório de psicanálise. É fundamental percebemos o que pretende a Câmara como melhor caminho, a partir da decisão soberana de seus membros. Vamos respeitar a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional.

Jornal do Brasil: “Combustíveis voltam a subir” e “Copom sinaliza alta de juros”.

Jornal do Brasil, na primeira página: “Sobe o preço dos combustíveis”.

E uma notícia boa: um mafioso americano foi preso. Seria bom que não tivéssemos nenhum mafioso solto, americano ou de qualquer nacionalidade, principalmente os nacionais, do ponto de vista do brasileiro.

Jornal do Brasil: “Movimentos sociais se distanciam do Governo”; “Mais de oito mil manifestantes criticam política econômica e Reforma Agrária”; “CUT participa da marcha e já programou a próxima”. A crise no campo: “Mandante de chacina tem fazenda invadida”.

E, finalmente, o Valor Econômico: “Correção do Imposto de Renda longe da inflação”. Ou seja, um mero arremedo de solução apresentado aqui pelo Governo.

Eu acordei muito cedo para trabalhar. Eu queria ver em que pé estava o Governo Lula do ponto de vista da mídia, e aqui estamos vendo. A mídia, supostamente, representa uma ótima perspectiva de formação de opinião pública.

E a última matéria de hoje: “Ministério – Lula quer reforma pronta antes da Convenção”.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já lhe concederei o aparte, Senador Mão Santa.

O Presidente Lula não quer a reforma do seu ministério para tornar o Governo mais eficiente, mais eficaz; ele quer antes da Convenção do PMDB. Ou seja, a preocupação dele não é o País, mas é saber se ele não perde o apoio do PMDB. Ele poderia ter uma relação com o PMDB como tem com o PSDB, ou seja, o PMDB quer devolver os cargos – eu penso que deveria fazer e não quero me

meter em assunto interno desse partido. Nós do PSDB apoiamos tudo que é de interesse da Nação e não abrimos mão da independência de criticar o Governo. Seria, talvez, este o caminho mais justo. Mas esta matéria é deplorável: “Lula quer reforma pronta antes da Convenção”. Não é reforma pronta para governar bem o País, não é reforma pronta para dar solução a problemas tão graves, e sim reforma pronta para resolver uma pendenga política com um de seus aliados. Isso diminui o tamanho do Presidente da República; isso diminui a majestade do cargo de Presidente da República; isso reduz o nosso nível de atuação política a algo mesquinho, pequeno, menor do que o coração do povo brasileiro.

Ouçó, ao encerrar, o nobre Senador Mão Santa, que me honrará com o seu aparte.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, atentamente ouvi todo o seu discurso, bem como todo o País. Eu quero dar aqui um testemunho. Precisamente hoje, 26 de novembro, quase dois anos. Aprendi que quem nunca comeu mel quando come se lambuzava. O PT chegou ao Governo e pensou em transformar este País em Cuba. O Senado foi a resistência; no Senado, V. Ex^a. Um quadro vale por dez mil palavras. Hoje, sexta-feira, ninguém do PT está aqui, mas V. Ex^a está presente, cumprindo com seu dever de Oposição, essencial e fundamental para fortalecer a democracia. V. Ex^a se iguala ao opositor Rui Barbosa, ao seu pai, Arthur Virgílio, a Affonso Arinos, a Teotônio Vilela, a Mário Covas e a tantos outros. Foi, sem dúvida alguma, sua inteligência, acompanhada da sua coragem, que fez o PSDB ressurgir. Só estou a lamentar que Fernando Henrique tenha falado em alguns líderes que podem chegar, por meio do PSDB, à Presidência da República e não tenha dito o nome de V. Ex^a. O próprio Fernando Henrique saiu daqui do Senado. Ninguém representou tão bem, engrandecendo a Oposição, como V. Ex^a. Quero apenas lembrar as inúmeras manchetes e artigos que, lúcida e estoicamente, V. Ex^a coletou, desde a madrugada, para trazer ao Brasil, somando, como sempre. Tenho aceitado sua liderança aqui, embora eu seja do PMDB, mas do PMDB de Ulisses, que, encantado, no fundo do mar, ainda faz chegar seu mandamento: “Ouçam a voz rouca das ruas!” Quero apenas dizer que o que vivemos, como diz Boris Casoy, é uma vergonha. A CPMF foi a mais bela inspiração de Adib Jatene, esse extraordinário homem da

ciência médica. Transformada em lei, ela é desviada, não vai para a saúde. A Cide, pela qual tanto lutamos, é uma vergonha! Como está aqui na revista da Confederação Nacional do Transporte, 75% das estradas brasileiras estão imprestáveis. E o Piauí tinha que ser a luz, como o foi no regime da ditadura, buscando João Paulo dos Reis Velloso*, um homem que, em dez anos de mando, não apresentou nenhuma indignidade, nenhuma imoralidade, nenhuma corrupção. Virtudes do homem do Piauí! Senador Arthur Virgílio, apenas 10% da Cide estão sendo empregados em transportes. Daí 75% das estradas estarem imprestáveis. Das dez piores estradas, três estão no meu Piauí, que votou em Lula e entregou até o governo do estado para o PT. E o irmão de João Paulo dos Reis Velloso, Raul Velloso*, expert em contas públicas e homem do Piauí, diz, em resumo: “Entendemos que a PPP não resolve problemas rodoviários”. Ela só vai onde haja lucro. A PPP é uma privatização meio enrustida. “Esta questão tem que ser resolvida pelo recurso da Cide”. Só 10% são aproveitados. A Petrobras é uma vergonha, um caso de a Polícia Federal ir lá e prender. Na Venezuela a corrida de táxi é equivalente a R\$3,00. Tem produção de petróleo lá, mas aqui também tem. Em Buenos Aires, a corrida de táxi é equivalente a R\$5,00. Por que aqui não é assim também? Porque é uma falta de vergonha. O presidente da Petrobras fica fazendo marketing, coisas que nada tem a ver com o transporte, com o barateamento do custo, fazendo gracinhas eleitoreiras. A Petrobras, podendo baratear o custo do combustível, que serve a todos, fica a fazer politicagem com as várias instituições. Quero aplaudir e mostrar nosso reconhecimento, nosso orgulho de, embora eu seja do PMDB, ter V. Ex^a como nosso líder em momentos difíceis neste parlamento.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Mão Santa, agradeço as palavras sempre gentis, fraternas, que V. Ex^a me dirige e as devolvo reafirmando a minha expectativa, completamente cumprida, quanto a V. Ex^a se afirmar como o grande senador que é. Grande representante do Estado do Piauí, ao lado do Senador Heráclito Fortes e do Senador Alberto Silva, e um opositor coerente, aquele homem que não se liga a benesses governamentais, que prefere, na verdade, manter o compromisso com as suas idéias, com o seu coração e com o seu cérebro. Isso faz de V. Ex^a alguém que merece a admiração de todos nesta Casa, a começar por mim.

V. Ex^a menciona João Paulo dos Reis Velloso, um homem de bem, e também Raul Veloso, economista competente, especialista em contas públicas, reunindo o talento, a experiência e a capacidade de análise que fazem dele um dos mais agudos observadores da cena econômica nacional, com ênfase para as contas públicas.

Agradeço, ainda, ao ex-Governador de Rondônia e nosso querido colega Senador Valdir Raupp por me ter cedido o horário de seu pronunciamento. Viajo daqui a pouco e o Senador Valdir Raupp, com o seu cavalheirismo de sempre, com a sua gentileza de sempre, cedeu-me esse horário, ficando sua fala para depois da minha.

Encerro fazendo minhas as palavras de João Paulo Cunha, Presidente da Câmara dos Deputados. Diz S. Ex^a: “o Governo não está governando”. Isto está nos jornais de hoje. O Presidente Lula não tem mais desculpas a dar. O que faria o Presidente nos próximos dois anos, que pouco fez nos dois anos para trás? Qual é a mágica? Ele vai chamar algum mágico, algum prestidigitador para resolver o problema da inércia, da inapetência, da incompetência administrativa?

V. Ex^a falou de Cuba. O Presidente poderia tomar uma atitude básica: mandar uma porção desses ministros incompetentes dele para cortar cana em Cuba. Seria uma solução. Outra opção seria nomear pessoas de efetiva operacionalidade. Em outras palavras, o Presidente da República precisa compreender que não irá longe e o Brasil irá mal se ele insistir em trocar a ação administrativa pelo marketing político. Peço mais Lula, mais Presidente Lula e menos Duda. Nada de “Dula” ou de “Luda”, uma mistura de Duda com Lula. Nada disso. Peço Lula governando, exijo Lula governando, a Nação cobra Lula governando, a Nação cobra um Presidente que se interesse pelos problemas nacionais, um Presidente que se interesse em estudar as matérias referentes ao País, um Presidente que não abra mão, em nenhum momento, de ser crítico em relação às medidas sugeridas pelo seus ministros. O Presidente Lula se deslumbra. O Ministro chega lá, diz uma coisa agradável: vamos fazer o programa tal. Ele lança o programa, empolgado com o ministro. Daqui a pouco fracassam ele, o programa, o ministro, todos eles juntos, porque o Presidente Lula não estuda os problemas, não se dedica. Ele não é uma pessoa de ouvir, de estudar, de ler, de se preocupar efetivamente com essa ação, que deve ser paulificante para ele, de governar, que é essencial para o País.

Estou falando aqui para três ex-governadores: Senadores Alvaro Dias, Mão Santa e Valdir Raupp. Eu também já tive experiências administrativas. Sabemos, portanto, nós quatro o que é a necessidade de se estudar as matérias para não ficarmos comendo na mão de ministro, de secretários, para não ficarmos entendendo que a verdade única estaria em alguém que está nos trazendo uma solução que, muitas vezes, é falsa.

O Presidente Lula tem dois anos. Disse o Líder da Minoria na Câmara, José Thomaz Nonô, que ele chegou ao meio-dia. Daqui para frente, a caminhada é para o crepúsculo, e depois do crepúsculo vem o anoitecer. Marcos Coimbra, do Vox Populi*, nosso "Nostradamus de Minas Gerais", diz que, haja o que houver, Lula já está eleito em 2006, ainda que ande sem roupa na Avenida Paulista, ele já está eleito – jamais vi uma forma tão abjeta de bajulação. Ninguém ousaria se manter respeitável intelectualmente e fazer uma afirmação tão temerária, tão capaz de amanhã comprometer o bom nome de um homem inteligente, como é caso do Dr. Marcos Coimbra. Pois com exceção dele, todos os demais brasileiros, inclusive a velhinha de Taubaté, sabem que o Brasil está mergulhado numa crise que tem o nome de crise de Governo. O Presidente Lula não governa, e, não governando, faz com que sua base se rebele e leva a Nação a experimentar todos esses momentos de angústia, de dúvida, de arrependimento e de frustração, porque, afinal de contas, Lula se elegeu em nome da esperança e não está sabendo governar em nome dos interesses maiores e legítimos do povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A Amazônia e a Lei de Informática

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, V. Ex^a falou por todos nós. A homenagem ao Exército é justa e é um dever dos brasileiros que amam este País.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, reconheço que esse tema em torno da Lei de Informática é nevrálgico. E eu não gostaria, de jeito algum, de cair em uma certa esparrela, Senador Antonio Carlos Magalhães, que seria a de permitirmos aqui a divisão de estados que precisam desdobrar de maneira favorável o seu processo de desenvolvimento, entre os quais o seu, já muito mais avançado, e o meu, que almeja apenas lograr um certo lugar ao sol.

O meu primeiro gesto no Congresso, como líder no Governo Fernando Henrique, terminou rendendo-me um certo abespinhamento com setores do Planalto. V. Ex^a se lembra disso. Foi quando, junto com o Vice-Líder Ronaldo César Coelho, endossei, contra alguns interesses, a ida da fábrica de automóveis para Salvador, por entender que era uma oportunidade de se desconcentrar investimento de alta carga tecnológica na direção de uma região que tinha, àquela altura, condições de desenvolver uma indústria automobilística ali. Procuo encarar com justiça.

Certa vez, opondo-me, como aliás tem sido tradicional na política do estado, ao então Senador Amazonino Mendes – eu era prefeito de Manaus, o Senador Gilberto Mestrinho era governador e estava ao meu lado –, entrei na luta e recusei o que para nós – para mim e para o então governador – parecia uma excrescência, que era brincar de fazer um pólo automobilístico em Manaus, na Zona Franca. Havia lá uma empresa, a Kia Motors, que agregava, Senador Tasso Jereissati, seis empregos. Colocava-se um friso e isso atraía contra o modelo da Zona Franca de Manaus nada mais nada menos que a oposição da Anfavea. O meu argumento como prefeito, como o do então Governador Gilberto Mestrinho, era

apenas dizer que se tratava de triunfalismo demais e não tínhamos como arranjar mais inimigos além daqueles naturais que o modelo já tem por ser exitoso.

Hoje, o Distrito Industrial de Manaus vive um verdadeiro triunfo: são 70 mil empregos diretos, representando 93% da economia do Estado do Amazonas, com investimento em ciência e tecnologia e em laboratório, sim.

Duas figuras insuspeitas, até porque pertencentes ao patriado paulista, Alcides Tápias, ministro do governo passado, e Luiz Fernando Furlan, atual Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, no início, estavam recalitrantes em relação ao que lá se fazia, mas ambos se tornaram admiradores do Pólo de Manaus. Tápias chegou a dizer, em uma reunião ministerial de que participei, que estava convencido de que lá se agregava valor industrial tecnológico tanto quanto se faz em outros locais, inclusive no Estado de São Paulo, que é a locomotiva industrial do País.

Eu digo isso porque, em alguns momentos, provoca certa dor a figura do preconceito. Eu estou disposto a discutir a Lei de Informática do ponto de vista dos interesses do País como um todo.

Devo dizer que o Pólo de Televisores é o cerne da economia do meu estado. Estou dizendo que a Zona Franca de Manaus representa 93% da economia do Amazonas, e 70% disso significam, talvez, os televisores produzidos em Manaus. Cada vez vai ficar mais difícil estabelecer uma fronteira para o televisor tradicional, tal como nós o conhecemos. Comparo-o ao telefone preto, fixo, da infância de tantos, nas casas antigas, pois hoje os digitais avançam muito. O computador será também televisor.

Quero estabelecer certo limite com uma pergunta muito simples: se amanhã o Brasil decidir que se desative o Pólo de Manaus, contra a minha opinião, a do Deputado Pauderney Avelino e a do Senador Mestrinho – o Brasil pode conseguir isso, mas é preciso entendermos o cerne, o essencial –, por que conceder privilégios para o Pólo Industrial de Manaus, Senador José Agripino? Porque o Marechal Castelo Branco, assessorado pela insigne e genial figura do economista e Embaixador Roberto Campos, percebeu que era preciso conceder incentivos especiais para uma região estratégica. E o resultado é que hoje se fala de desmatamento no sul do Pará, em Rondônia, no Acre, e temos menos de 2% da cobertura florestal do

Amazonas atingidos pelo efeito da devastação, até porque os efeitos indiretos do Pólo de Manaus financiam o interior do estado.

A Suframa, hoje, financia obras com os seus recursos próprios.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP). Fazendo soar a campainha. – Senador, tendo em vista a importância do discurso de V. Ex^a, permita-me prorrogar a sessão.

Pergunto ao Senador José Agripino se também fará uso da palavra como líder.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL – RN) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, vou prorrogá-la. Quanto tempo V. Ex^a considera necessário?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mais dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Então, V. Ex^a dispõe de mais dez minutos, bem como o Senador José Agripino.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, genial como era, Roberto Campos percebeu isso, e a Zona Franca de Manaus teve o seu processo. No começo se confundia com comprismo, com mera montagem, com mero apertar de parafusos. Hoje, há fábricas verdadeiras, que deveriam ser conhecidas por todos os parlamentares.

Dizem que o Distrito Industrial de Manaus é um paraíso fiscal, pois lá há isenção fiscal. Este ano, talvez ele fature US\$14 bilhões, talvez seja até o seu recorde. Haverá 70 mil empregos diretos e US\$14 bilhões de faturamento, compensando largamente o incentivo fiscal. O Amazonas é exportador de tributos, exporta muito mais tributos para os cofres da União do que recebe de investimentos, e mesmo com a mudança de Governo não há mudança. Longe de ser esse tal paraíso de isenção fiscal, o estado recolhe, Senador Tarso Jereissati, 64% dos tributos federais da região Norte. Os 36% restantes cabem ao Estado do Pará, que tem o dobro da população do Amazonas, ao Amapá, à Rondônia, ao Acre, à Roraima e aos demais estados da região Norte, ou seja, o modelo deu certo.

A pergunta que faço, de maneira simples, é a seguinte: devemos manter aquilo ou devemos suspender o apoio do Brasil ao processo

de desenvolvimento ali instalado? Digo isso porque, de fato, se para tudo forem dadas condições iguais, confessamos que não temos condições de competir em pé de igualdade com estados que estão perto dos mercados consumidores, que têm facilidades que se contrapõem às nossas dificuldades locais. Esse é um debate que quero travar, e aceito essa prorrogação. Se não for possível completar a discussão amanhã, devemos deixá-la para setembro ou para qualquer época, mas não quero parecer um parlamentar que está querendo os votos da região Norte para eventualmente cassar direitos ou prerrogativas de outros estados.

Digo isso e mais, Senador José Agripino, porque desafio que falemos de uma família paulista rica, tradicional, que virou nome de rua, como Almeida Prado de Oliveira e Souza – nomes de pessoas que se ficaram pobres foi por burrice, porque o sobrenome é de rico –, que não tenha sido beneficiada, não tenha visto sua fortuna ser construída à base de incentivos fiscais. Então, não foi inventado para lá – repito isso à farta – o incentivo fiscal.

Vimos o Tennessee Valley, nos Estados Unidos, o Midi, na França, o Mezzo Giorno, na Itália; vimos tantas experiências antes e depois da Zona Franca de Manaus. Temos visto essa guerra fiscal que, de certa forma, corrói os intestinos da economia brasileira.

Eu gostaria muito de ter uma solução que prevenisse o meu estado e que fosse de consenso, aplaudida e apoiada por todos aqueles que compreendessem a importância nacional da minha região. Portanto, jamais estarei aqui para aproveitar o momento. Hoje me disseram assim: “Se votar hoje, ganha por isso, por aquilo e por aquilo outro”. Eu não sei se ganharia, mas ganhar contestado pela Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães? Ou ganhar contestado por Minas Gerais do Senador Hélio Costa e do Senador Eduardo Azeredo, meu querido colega de partido? Ou ganhar apoiado no Piauí do Senador Mão Santa, até porque ainda não lhe sorriu, de maneira forte, o desenvolvimento industrial? Ganhar, eventualmente, com o voto do Senador Tasso Jereissati, pela ligação fraterna que há entre nós, ou eventualmente ter de compreender o voto contrário ao meu do Senador Tasso Jereissati, sem nenhum prejuízo para essa relação fraternal que temos? Não era esse o meu intuito.

Eu gostaria de, a gregos e a troianos, mostrar que temos razões técnicas e queremos respeitar os limites e os direitos de os outros estados crescerem. O que propomos é uma divisão social do trabalho.

Por exemplo, automóveis caberiam ao Paraná, a São Paulo, à Bahia, a Minas Gerais, ao Rio de Janeiro. Goiás tem suas capacidades. Ao Amazonas, caberiam certos pólos, entre os quais sobretudo os de televisores, prevenindo-nos, nós, do Amazonas, para o desenvolvimento da tecnologia.

Hoje, o Senador Antonio Carlos Magalhães, com a lealdade que lhe é própria, deu-me um documento assinado pela Abinee. O documento, repulsivo porque primário, indigno de ser entregue nas mãos de senadores, diz, por exemplo, em seu item 3, entre outras tolices, que os computadores do Senado não poderiam exibir a imagem da TV Senado como fazem hoje caso fosse aprovado o acordo celebrado ontem no Gabinete do Senador Aloizio Mercadante. Recuso-me a discutir nesse nível. Não quero ficar nessa guerra de lobby para cá, lobby para lá. Não participo desse jogo de lobbies. Quero o interesse brasileiro preservado e quero que o País se conscientize, de uma vez por todas, da importância da minha região para chegarmos ao desenvolvimento efetivo. Ou seja, o Brasil ganha ou o Brasil perde com um Amazonas pujante?

Concedo um aparte, se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, primeiro ao Senador Gilberto Mestrinho, depois ao Senador Eduardo Azeredo. Encerrarei em seguida, agradecendo a V. Ex^a a tolerância e a compreensão da Casa por tardiamente me conceder a honra dessas ilustres presenças em plenário.

Ouçó o Senador Gilberto Mestrinho.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu só pediria urgência, porque já se esgotaram todas as prorrogações, por favor.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a, que é um grande amigo e conhece o Pólo Industrial de Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Não posso cortar seu importante pronunciamento, ainda mais que V. Ex^a foi assessorado pelo meu amigo Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só lamento V. Ex^a estar na Presidência. Se não estivesse, V. Ex^a faria também aparte, porque conhece de cátedra o que se agrega de valor econômico naquela produção industrial.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – E tenho paixão pela região.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Excelência.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Nobre Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a aborda muito bem a questão da Zona Franca, desde as razões de sua criação até seu desenvolvimento e as injustiças praticadas contra ela. Alegam os benefícios fiscais da Zona Franca, mas não dizem que a informática no Brasil causa um déficit de mais de US\$8 bilhões anualmente, conforme dados do ano passado. A Zona Franca não causa isso. A Zona Franca já está quase empatando suas exportações e importações.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Talvez no próximo ano.

O Sr. Gilberto Mestrinho (PMDB – AM) – Além disso, a discussão sobre os monitores é absurda, porque 69% dos monitores de vídeo são fabricados em Manaus. Fora de Manaus, uma empresa produz 29% e outra, 1%. Que direito tem essa empresa, que é deficitária em São Paulo, de requerer os benefícios para, amanhã, usar o monitor de informática como um monitor de imagem? Não é justo isso. Não queremos monopolizar a atividade em segmentos da eletrônica e da informática, absolutamente. O Brasil é de todos. São Paulo é um sócio no desenvolvimento de nosso estado, o Amazonas. Mas deve ser um sócio que mantenha padrões de igualdade e não sócio majoritário com capital menor, como ocorre atualmente. As empresas da Zona Franca de Manaus quase todas são paulistas. O que não é justo é que as empresas paulistas, que eram pequenas e foram para Manaus e se tornaram grandes, que hoje têm negócios em São Paulo maiores do que têm em Manaus, queiram agora criar uma situação difícil para a Zona Franca. Nós não podemos permitir isso. V. Ex^a está de parabéns. Vamos lutar para que o direito ao desenvolvimento da região Norte seja mantido. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Gilberto Mestrinho.

Ouçõ o nobre Senador Eduardo Azeredo e, em seguida, o Líder José Agripino.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, sou senador por Minas Gerais no Senado da República e tenho

o dever de defender o meu estado e tenho o dever de defender o Brasil. Entendo, claramente, que só teremos um país mais justo quando tivermos uma ocupação populacional mais justa. Não é possível que tenhamos alguns pontos mais ricos e outros relegados a segundo plano. Já perdemos, em Minas Gerais, indústrias para outros estados. Perdemos a indústria de informática para o pólo de Ilhéus, na Bahia, mas, ao mesmo tempo, ganhamos indústrias que vieram de São Paulo e de outros estados. O Senador Antonio Carlos Magalhães, entusiasmado, joga água no chão. Não falei mal, senador, falei bem da Bahia. Disse que seu estado conseguiu levar uma indústria. Eu dizia que foi importante a instalação de indústrias, que estavam em outros lugares, em Minas Gerais. Essa distribuição é que é fundamental. Lembro-me bem quando o grande Governador Mário Covas soube entender a instalação da Mercedes-Benz em Minas Gerais e não em São Paulo. Ele entendeu que era o momento de diversificar a produção automobilística no Brasil. Assim é que vejo a questão de Manaus. É fundamental que a Zona Franca continue, é importante que vejamos como o Amazonas se desenvolveu a partir da Zona Franca, mas não se pode deixar que outras regiões do País não possam produzir bens, especialmente na área de eletrônica. Essa é uma área nova, uma tecnologia que está sempre mudando. Temos de conseguir um texto que deixe com clareza que os produtos de informática podem ser produzidos em todo o Brasil. Estamos com uma lei importante que será prorrogada até 2019, presa apenas por um item: o que é monitor de computador e o que é televisão. Por mim, escreveria assim “televisão é televisão, monitor de computador é monitor de computador”. Pronto, está resolvido. Mas o problema que temos no momento é conseguir uma definição clara. Tentou-se pelo tamanho e não deu certo. Tentou-se pela norma de especificação definir o que seja um monitor, mas não se chega a um acordo. Esse é o desafio. Não existe de nossa parte, Senador Arthur Virgílio, nenhuma posição contrária a Manaus. Eu sou inteiramente favorável à Zona Franca de Manaus. Por outro lado, há que se entender que o Brasil não pode prescindir de uma indústria de informática em todos os seus estados. A sua posição está correta, assim como a dos senadores que defendem outras posições. De minha parte, Minas Gerais não está sendo prejudicada com o texto atual, mas pode vir a ser. Então, vamos chegar a um texto que atenda todo mundo. Esse é o objetivo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo o aparte ao Líder José Agripino.

O Sr. José Agripino (PFL – RN) – Senador Arthur Virgílio, conheço V. Ex^a muito bem, participamos de tantas lutas juntos e ainda vamos participar, conheço bem o estilo de V. Ex^a, aguerrido, vibrante, altivo, inflamado. Faz uns vinte minutos que V. Ex^a está na tribuna em tom absolutamente sereno, diferente do seu estilo habitual. Eu, que conversava com V. Ex^a, sei por quê. Porque está em jogo aquela história de os caminhos da pátria passarem pela terra de cada um de nós! Está em jogo a terra de cada um de nós, de V. Ex^a. A questão é fundamental. A Zona Franca, para Manaus, é tudo, e Manaus, para o Amazonas, é quase tudo. Gostaria de prestar um testemunho de sua luta, de sua capacidade de arregimentar forças, de negociar. Estou avaliando aqui a dor de V. Ex^a em digladiar com amigos fraternos, com correligionários de V. Ex^a, como Eduardo Azeredo, Antonio Carlos Magalhães, Tasso Jereissati, que têm posição divergente da de V. Ex^a nesta questão da informática. V. Ex^a está passando para o Brasil uma mensagem: ao rei tudo, menos a honra! Ao rei tudo, menos a honra! Quando se toca em questão de Amazonas, V. Ex^a assume um ar de serenidade para ganhar, para convencer, ganhar pelo convencimento! Não me permitiria deixar de dar este depoimento; não sei se estou sendo ouvido no Amazonas. V. Ex^a é um homem de espírito público a toda prova, de probidade a toda prova, mas um homem que, quando se fala em interesse do Amazonas, é como o Senador Mestrinho colocou, vira bicho, no melhor sentido. Tenho certeza de que os entendimentos vão se processar. Sou testemunha de que fizemos um acordo para votar as MP. E foi a Lei de Informática que possibilitou, que motivou a quebra do acordo no sentido de que se tentasse, no limite máximo, atingir o objetivo que V. Ex^a deseja: proteger a Zona Franca de Manaus. V. Ex^a foi ao fim da linha, utilizou todas as forças e me levou a ser seu parceiro até em uma quebra de compromisso, em que fui solidário, pois em jogo está o interesse maior do Amazonas, que é a Zona Franca de Manaus. Minha homenagem, meu apreço e minha solidariedade à luta de V. Ex^a, que é a luta do povo do Amazonas.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex^a. De fato, seu companheirismo tem sido posto à prova a cada momento, e

a cada dia eu o reafirmo como uma das mais gratas alegrias que tive no convívio com os senadores. V. Ex^a é um homem leal e, sobretudo, um amigo de efetiva fé. Ouço o Senador Tasso Jereissati.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, é desnecessário dizer do carinho, da amizade e da admiração que tenho por V. Ex^a. Eu não poderia deixar de citar neste momento, para que todo o Brasil ouça, o trabalho extraordinário que V. Ex^a realiza, o guerreiro que é sempre e o superguerreiro em que se torna quando estão em jogo os interesses do Amazonas e de Manaus. Mesmo quando não concordamos plenamente com as teses e opiniões de V. Ex^a em relação à região, ficamos tão envolvidos pela garra, que precisamos tomar muito cuidado para não ficarmos inteiramente de acordo com V. Ex^a apenas em função de sua força e de seus argumentos. Precisamos nos vigiar. Penso que é importante isso que V. Ex^a expôs. O Amazonas, assim como o meu Ceará, como a Bahia do Senador Antonio Carlos Magalhães, como o Rio Grande do Norte do Senador José Agripino, como o Piauí do nosso Senador Mão Santa, é um estado pobre, menos desenvolvido do que a média nacional. E é necessário, mais do que nunca, no momento em que, evidentemente, na política nacional nenhuma dessas regiões é prioridade – já o foram no passado –, estarmos juntos. Não podemos estar divididos. Precisamos juntar as nossas forças para que todas as regiões mais pobres, menos desenvolvidas do País venham a se tornar prioridade nacional. Não é prioridade sua o Amazonas, não é prioridade minha o Ceará, mas a região é prioridade nacional. Nunca teremos um país desenvolvido e justo sem que essas desigualdades regionais sejam vencidas. Por isso mesmo, quando V. Ex^a nos pede uma decisão de equilíbrio, que isso seja visto com todo o equilíbrio, que seja visto o outro lado, penso que se está dando um passo importante para que isso se consolide. Com certeza, nenhum de nós votará contra Manaus. Com certeza, encontraremos um termo que se ajuste, assim como temos certeza de que V. Ex^a também o fará quando os interesses do nosso Nordeste estiverem em jogo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. De V. Ex^a só espero mesmo gestos grandes, porque percebia de longe e percebo, cada vez mais, de perto que V. Ex^a é uma figura de gestos superlativos e à altura do que o Brasil efetivamente espera de um quadro com o seu talento, com o seu futuro e com o seu passado.

Concedo o aparte ao Senador Hélio Costa e, em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Hélio Costa (PMDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, talvez tenha sido por isso que o Senador Antonio Carlos Magalhães levantou a tese de que não deveríamos sequer começar a discutir a questão da Lei de Informática na tarde de hoje, por se tratar de um assunto, além de polêmico, de uma sensibilidade muito grande para cada um de nós. Só tenho que exaltar a posição de V. Ex^a, defendendo intransigentemente as posições do seu estado. É essa, na verdade, a função que o traz aqui, ao Senado da República, como senador do Estado do Amazonas: defender os interesses do Amazonas. Ao mesmo tempo, como colocaram outros senadores, é evidente que nós todos temos a mesma posição de também defender os interesses dos nossos estados. Especificamente, eu defendo os interesses do Estado de Minas Gerais, assim como o Senador Eduardo Azeredo, que se pronunciou anteriormente. Mas como relator do Projeto de Lei de Informática, passando pela Comissão de Educação, tive a preocupação de entrar nos detalhes da lei e confesso, Senador Arthur Virgílio, que a proposta aprovada pelo Plenário da Comissão de Educação era boa. Ela aceitava as definições colocadas pela Câmara dos Deputados. Tivemos a oportunidade de fazer três observações também pertinentes e que, certamente, teriam a aprovação do Plenário do Senado e também da Câmara, se tivesse que retornar àquela Casa, mesmo porque, basicamente, a discussão que se faz neste instante sobre a questão do monitor de vídeo ou do vídeo de televisão é totalmente desnecessária, pois quem tem de decidir sobre isso, segundo a própria Lei nº 8.242, a Lei de Informática, é o Presidente da República. Cabe a Sua Excelência decidir o que é bem de informática. O que fizemos de importante na lei, Senador Arthur Virgílio, foi, ao invés de permitirmos sua revisão em apenas 180 dias, pedir, no nosso relatório, a revisão anual, exatamente para que não se cometa nenhum equívoco, para que nenhum erro seja confirmado mais tarde. Então, o Presidente tem a oportunidade de rever anualmente aquilo que está na relação de bens de informática e que merece os créditos e os benefícios fiscais. Tenho certeza de que V. Ex^a vai nos ajudar, amanhã, a partir das 9 horas, a encontrar um caminho que seja muito bom e importante para a Zona Franca de Manaus, que representa hoje 13% do crescimento industrial do Estado do Amazonas, enquanto que no meu Estado temos um crescimento de apenas 2,7%. É importante

ressaltar que é, sim, a Zona Franca de Manaus que possibilita esse crescimento vertiginoso do seu estado. Estamos a procura, com a ajuda de V. Ex^a, de um caminho para podermos atender não só ao Estado do Amazonas e à Zona Franca de Manaus, mas a todos os estados da Federação. Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, muito honrado, o aparte de V. Ex^a.

Concedo o aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Tenho de admirar o seu amor pelo seu Amazonas. Assim como amo a Bahia, V. Ex^a ama o Amazonas; luta por ele como eu luto pela Bahia. Assim, é compreensível todo o esforço de V. Ex^a, como o de seus companheiros do Amazonas, para que esse projeto seja votado como V. Ex^a deseja. Como democrata que é, V. Ex^a admite que todos tenhamos o interesse de defender cada um o seu estado, a sua unidade da Federação em relação a um pólo de informática. Oswaldo Aranha dizia que não há problema insolúvel para a inteligência humana. Então vamos colocar juntas as nossas e as de todos os companheiros para encontrar uma solução que atenda ao Estado de V. Ex^a e também aos demais estados da Federação.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador Antonio Carlos, essa é a minha expectativa, de que olhemos o Brasil como um todo e que cada um de nós enxergue muito bem a árvore da floresta que lhe é afeta.

O Nordeste, por exemplo, uma região estratégica, com problemas e soluções, antes vista como problemática, hoje tem verdadeiras “califórnia” pelo milagre da irrigação. Exemplo do que digo é Petrolina, em Pernambuco.

Não é possível, em nenhum momento, que qualquer formulação minha passe sem que eu visualize a importância do Nordeste. Almejo ver o dia em que o Brasil estará preocupado para valer com uma formulação que visualize e compreenda o peso do Amazonas e da Amazônia para o futuro. Digo sempre que o Brasil sem o Amazonas seria um Chile mais gordinho um pouco. Seria um país viável, talvez, mas de futuro muito menos brilhante e de muito menos capacidade, para usar uma linguagem que é própria da política internacional.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Antonio Carlos Magalhães. Tenho certeza de que teremos uma discussão muito fraterna que haverá de

levar a bom termo do ponto de vista do Brasil, a floresta, e dessa árvore tão significativa que é o Estado do Amazonas, pelo que representa para a “floresta Brasil” no campo da definição do que é informática.

Concedo um aparte ao Senador Antero Paes de Barros.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, faria um apelo respeitoso a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sem dúvida. Ouço o Senador Antero Paes de Barros e, em seguida, encerrarei. Agradeço a V. Ex^a pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Perfeito. Vamos dar continuidade. Sei que V. Ex^a está fazendo um discurso importantíssimo para o País, o que respeito, mas faço este apelo para que o Senador José Agripino não fique angustiado, na expectativa de ver atendido seu direito de líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado. Agradeço a V. Ex^a.

O Sr. Antero Paes de Barros (PSDB – MT) – Eu gostaria de cumprimentá-lo, Senador Arthur Virgílio, e dizer que V. Ex^a tem absoluta razão. Não consigo pensar no Amazonas, em Manaus, com a sua Zona Franca correndo risco. A Zona Franca está para Manaus como a água está para o Nordeste, como a irrigação está para o Nordeste. Não dá para imaginar que o País possa pensar uma solução que abale a principal estrutura da economia do seu Estado. Quero cumprimentá-lo e dizer que V. Ex^a tem capacidade intelectual para liderar essa discussão aqui no Senado. Tenho muita esperança de que V. Ex^a sairá vitorioso em mais essa luta porque olhar floresta é olhar também o Amazonas, é olhar Manaus. Sem isso, ficam inviabilizadas as condições de desenvolvimento de um importante estado brasileiro. V. Ex^a tem absoluta razão: o deputado federal representa o povo brasileiro; o senador, o estado. V. Ex^a é tão brilhante líder da nossa bancada que todos sabemos que a primeira missão de V. Ex^a é defender o seu estado. Tenho certeza absoluta de que V. Ex^a tem dois brilhantes companheiros em seu Estado: os Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres. Reverencio o povo do Amazonas e deposito muita confiança em que V. Ex^a, mais uma vez, justificará o apelido de índio, de lutador e de brigador e não permitirá que o Estado do Amazonas saia prejudicado nesse embate. Terá a nossa solidariedade, Senador.

O SR. ARTHUR VIRGILIO (PSDB – AM) – Agradeço a um dos meus amigos mais fraternos, o Senador Antero Paes de Barros.

Concedo o aparte ao Senador Almeida Lima.

O Sr. Almeida Lima (PDT – SE) – Senador Arthur Virgílio, com a permissão da Presidência, permita-me fazer este aparte não como cidadão ou como senador pelo Estado de Sergipe. Faço questão de, neste instante, expressar a opinião de um brasileiro, por entender que todos nós brasileiros temos uma responsabilidade muito grande por todo o território nacional, sobretudo pelo território da Amazônia e não apenas pelo Estado do Amazonas. O Senador Antero Paes de Barros disse muito bem que a Zona Franca é vital para o seu estado. Eu diria que ela é vital para toda a região. Não apenas essa questão deve ter um encaminhamento nesse espírito de defesa do território nacional, dos interesses do Estado do Amazonas e da região de Manaus, mas deve ter um encaminhamento visando a defesa dos interesses do País. Tenho certeza absoluta de que, como eu, V. Ex^a e todos os companheiros senadores, o povo brasileiro vê exatamente a Amazônia como uma região que guarda para todos nós brasileiros uma importância extremada. Não apenas esse aspecto da Lei de Informática deve ter uma atenção especial, mas todos os aspectos da vida brasileira. Nesse instante, não devemos ver essa questão como sendo de interesse exclusivo do Estado do Amazonas ou de Manaus; ela deve ser vista como uma questão de interesse nacional. O fortalecimento dessa região é o fortalecimento do País. V. Ex^a tem a minha solidariedade e o meu apoio com relação a esta proposta, a esta caminhada, a esta luta, sobretudo com relação a esse projeto.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, o Senador Almeida Lima fez uma síntese e compreendeu exatamente o que proponho. Uma região que desperta interesse planetário não pode deixar de ter importância nacional, portanto. Gostaria de trazer este assunto para o centro dos debates.

Que bom este fim de tarde, com tantos senadores ilustres debatendo um tema sem que se imagine que eu esteja aqui, Senador Gilberto Mestrinho, a cumprir um dever paroquial, algo pequeno, algo do tipo ligar uma ponte a dois municípios, para que determinado prefeito tenha mais votos e eleja a esposa para sua sucessão. Nada.

Há quem discorde eventualmente do meu ponto de vista, mas o Senado aceita hoje que o Amazonas e a Amazônia são temas nacionais, até porque são temas de interesse planetário. Repito: isso já é uma vitória parcial. Vamos à negociação, que deve ser feita pelo Brasil, pelo Brasil lúcido, que compreende que não dá para dividir o Brasil em lados periférico e central, porque o Brasil será sempre um país periférico no Conselho das Nações enquanto não resolver os seus grandes dilemas de distribuição de riqueza por cidadão e de distribuição de riqueza e oportunidade por região.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, sinto não poder apartear-lo e dizer da importância da Zona Franca de Manaus que conheço tão bem e com que aprendi a conviver desde o seu início. Como paulista, sei da importância desse tema econômico para a economia paulista. É bom discutir esse assunto e ter a certeza de que a Zona Franca, apesar de alguns políticos serem contrários a ela, é a sobrevivência do País.

Espero que os argumentos de V. Ex^a consigam convencer a maioria dos senadores, dando equilíbrio econômico, sem dúvida, a todos os estados diante dessa dificuldade de definição de computador, de televisão ou da tecnologia moderna que vincula praticamente todos os sistemas eletrônicos à sociedade brasileira.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – O depoimento de V. Ex^a é precioso, honroso e valioso para o meu estado.

Muito obrigado.

Pronunciamento do Senador Arthur Virgílio na sessão do Senado do dia 25 de agosto de 2004.

Há uma greve de Auditores Fiscais e isso quase paralisa a Zona Franca de Manaus. O Governo está omissivo

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, falo esta tarde sobre a Zona Franca de Manaus. E isso é para mim sempre um prazer, que alio ao dever de acompanhar de perto os acontecimentos que se referem ao principal pólo de produtos eletroeletrônicos do Brasil.

Tenho duas notícias. Uma boa e outra ruim.

Primeiro, a boa notícia, que leio na Folha de S.Paulo, edição deste 1º de junho. Trata-se de informação sobre uma bem sucedida operação da Receita Federal, que, graças à sua fiscalização, apreendeu 90 toneladas de mercadorias importadas irregularmente por uma indústria da Zona Franca. Isso é bom para o modelo. A licenciosidade é que a ela seria prejudicial.

Falo agora da má notícia, estampada no jornal O Estado de São Paulo, edição de ontem. É má notícia não apenas para a Zona Franca de Manaus. É uma má notícia para o Brasil. É ruim, péssima mesmo, porque o pólo industrial de Manaus está sob o triste espectro do descalabro administrativo federal, com todas as suas nuances prejudiciais à economia nacional.

Esse quadro de desajustes na administração do atual Governo é responsável pela greve de auditores fiscais da Secretaria da Receita Federal, que já dura dois meses, um tempo insuportável quando se deseja encarar com seriedade a economia do País. E é preciso que assim o seja.

Como adiantam as notícias, a greve em Manaus já obrigou muitas indústrias a concederem férias aos seus empregados. Segundo o jornal paulista, só em maio a indústria implantada na ZFM deixou

de faturar, para o mercado interno e em exportação, cerca de 20 milhões de dólares. E mais: segundo cálculos do Centro das Indústrias do Estado do Amazonas, o ritmo de produção na Zona Franca registra uma queda de 40%.

Pergunto às lideranças governistas: Será que esses números, tão prejudiciais à economia brasileira, não impressionam? Será que é possível fechar os olhos para uma realidade tão prejudicial a um país que precisa crescer, até para ajudar o Governo na tentativa de gerar pelo menos parte dos 10 milhões de empregos prometidos?

Vou registrar, neste Plenário, mais alguns dados sobre o tamanho do prejuízo. Antes, dirijo-me aos principais líderes do Governo e ao Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, instando-os no sentido de uma pronta solução para solucionar essa prolongada greve dos auditores federais da Receita Federal.

Os auditores estão em greve por melhores salários. Reivindicam a equiparação de seus ganhos com os dos procuradores do Ministério Público Federal, que, em início de carreira, ganham R\$7,5 contra R\$3,5 dos auditores. Pedem ainda paridade entre os funcionários ativos e os inativos. E melhores condições de trabalho. Aliás, melhores condições para o exercício da função pública foi o que pediram também os servidores da Polícia Federal durante a greve que tanto transtorno causou ao público.

As negociações da categoria com o Governo não prosperaram e fez-se o impasse. O prejudicado é o País. A economia brasileira passa a sofrer desgastes, por culpa da intransigência governamental. Repito: por culpa do Governo.

Segundo o diretor-técnico da Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB), José Augusto de Castro, o problema é localizado principalmente em Manaus, onde as empresas acabam tendo custos adicionais, com perda de contratos de exportação.

O diretor da AEB chegou a declarar: "Não temos como quantificar os estragos."

Aí está, senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Senhores líderes do Governo, Senhor Ministro Palocci: há estragos, há prejuízos para a Nação. A economia sente os reflexos negativos. E o Governo segue como se tudo estivesse às mil maravilhas. Não está!

O mundo de greves que se vêm registrando no Brasil se deve sobretudo ao descalabro do Governo, insensível a tudo, menos ao aparelhamento estatal.

Há, na administração pública federal, um clima de anarquia que gera o inconformismo dos servidores e uma grande desconfiança entre a população.

A grande verdade é esta e deve ser dita com todas as letras, por piores que elas possam ser: a prepotência do Governo petista acabou prevalecendo em lugar do diálogo. E quando isso ocorre, pobre do País, que acaba mergulhado em clima de apatia.

Insisto, pois, agora dirigindo minhas palavras diretamente ao Presidente Lula: A Zona Franca de Manaus é mais importante que o paliteiro petista implantado na Administração Federal. Dela, da Zona Franca de Manaus, depende uma parcela bem razoável da economia brasileira. Sua Excelência deve saber disso. E precisa agir.

Era o que eu tinha a dizer.

Acordo sobre Lei de Informática reitera importância do PIM

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como já foi dito à Casa pelo Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, e pelo Líder do PFL, Senador José Agripino, foi celebrado um acordo envolvendo matérias pendentes e que vinham atravancando a pauta, a começar pela medida provisória que trata de incentivos à ciência e tecnologia no País. E é claro que, de minha parte, registro com alegria que se chegou a bom termo também no tocante à chamada Lei de Informática, em que foi salvaguardado o básico para o Pólo Industrial de Manaus. Com isso, não vejo nenhuma razão para nos mantermos em posição de impedimento à votação. Nós que iríamos nos colocar em posição de impedimento à votação, sim, caso se persistisse na tentativa de se atropelar o desenvolvimento de uma região que está dando certo e oferece a resposta mais estratégica que pode ser aguardada pelo País. Refiro-me ao Amazonas, ao Parque Industrial de Manaus e à chamada Zona Franca de Manaus.

Insisti, Sr. Presidente, que o pólo de televisores de Manaus é inegociável. Ele representa a base do parque industrial do meu estado e dele se extraem os efeitos para os demais pólos no Amazonas. Emprega mais de 50 mil pessoas e representa mais de 50% de todo o faturamento da Zona Franca de Manaus. Sem ele, o modelo seria derogado e a nossa economia, a economia do meu estado, entraria em colapso.

Desde o início, minha posição foi invariavelmente a mesma: garantir que a fabricação de televisores em Manaus não corresse riscos, hoje ou no futuro, e ter, para a fabricação de monitores, condições competitivas em relação às demais regiões do País.

Sobre essa questão, o Amazonas não age por mero capricho e sim porque é a indústria de monitores sediada na Zona Franca de Manaus a única a possuir fábrica de cinescópios para monitores em todo a América Latina, viabilizando a fabricação de televisores em condições competitivas também internacionalmente. Isso porque este pólo situa-se lá, em Manaus, portanto, no Parque Industrial de Manaus, na Zona Franca de Manaus.

As idas e vindas ocorreram pela tentativa, velada ou explícita – quem sabe, por ignorância, espero que sim; quem sabe, por má-fé, gostaria que não –, dos adversários do modelo, tentando negar-nos esse direito.

Brigamos, então, pelas garantias que entendíamos as mais adequadas. Retiramos a definição que vinculava o conceito de monitor ao projeto construtivo e à condição de exclusividade para apresentar dados; a proibição de fabricação de monitores com qualquer possibilidade de funcionar como tevê; a quase totalidade das cláusulas que julgávamos as mais injustas. Ademais, aceitamos submeter a nossa fabricação de monitores a estudos futuros, inclusive com a possibilidade de fixação de cópia de produção. Em relação a esses estudos futuros, o que mais desejamos mostrar é que, no Parque Industrial da Zona Franca de Manaus, agrega-se valor local em índices superiores a 70%. Lá, as empresas são fiscalizadas em seus processos produtivos para garantir seriedade a sua produção, e se investe em pesquisa tecnológica.

Para o parque de Manaus melhor seria que vinculássemos o usufruto desses incentivos aos saldos das balanças comerciais das empresas fabricantes, mas sabemos que, se isso acontecesse – e essa é uma surpresa para o País –, os fabricantes de monitores situados fora da Zona Franca de Manaus...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, com sua licença, aproveito a presença dos senadores no plenário e em seus gabinetes, para comunicar que a sessão do Senado será amanhã, às 10 horas, em virtude de acordo feito entre as lideranças, e as votações iniciarão imediatamente após sua abertura. A Ordem do Dia, portanto, terá início às 10 horas. Gostaria que houvesse a presença necessária para que se vencesse a pauta.

Agradeço a V. Ex^ª.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Perfeitamente, Sr. Presidente. E o PSDB pretende garantir a presença de oito dos seus

senadores amanhã, para que essa votação chegue ao bom termo que o Brasil exige e cobra de todos nós.

Eu dizia que, se acontecesse a vinculação do usufruto de incentivos fiscais aos saldos das balanças comerciais das empresas fabricantes, a grande surpresa para o País é que, certamente, os fabricantes de monitores situados fora da Zona Franca de Manaus não sobreviveriam, porque, na verdade, importam a quase totalidade dos insumos que empregam em sua produção. Esta é a verdade com que o Brasil tem de acostumar-se: lá se agrega valor industrial e econômico. É uma obrigação de cada senador conhecer o que se faz em Manaus. O Congresso ganharia, também o País, e teríamos algumas distorções e preconceitos colocados por terra.

Com muita honra, concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo, de Minas Gerais.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Arthur Virgílio, caro líder, de quem sou um liderado com muita honra, quero dar o testemunho de sua atuação em defesa dos interesses maiores da Zona Franca de Manaus e do seu Estado, o Amazonas, e, ao mesmo tempo, reafirmar o que já disse nas várias reuniões de que participamos. Sou o relator da Lei de Informática na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, como profissional da área, analista de sistemas que sou, reitero que V. Ex^a buscou sempre defender os interesses do seu estado, mas manteve uma visão nacional, pois a Lei de Informática está aumentando o prazo de incentivos até 2019, grande benefício para um segmento que cresce muito em todo o mundo e oferece muitos empregos. Sua posição não foi a de obstaculizar nada. V. Ex^a, em nenhum momento, adotou uma posição política no sentido de não votar a Lei de Informática, mas de defender seu Estado e o País. Acredito que estamos chegando a um texto que atende aos interesses variados. Embora seja de Minas Gerais, Estado do Sudeste que possui uma indústria eletrônica nascente e que tem crescido, estou certo da importância da Zona Franca de Manaus para o Brasil. Trata-se de uma área que se desenvolveu muito. Os números apresentados mostram que, do ponto de vista da balança comercial, comparando-se a exportação e a importação, valeu a pena ter criado a Zona Franca. Então, cumprimento V. Ex^a e dou o testemunho de que seu trabalho foi a favor do melhor texto, que atenda ao Brasil, mas preserve os interesses maiores do seu Estado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Senador Eduardo Azeredo. Por intermédio de V. Ex^a, homenageio toda a comissão de parlamentares que cuidou de aparar as arestas e chegar a esse texto melhor. V. Ex^a é exemplo de homem público sério, estudioso, clarividente, jamais movido por preconceitos e que, o tempo inteiro, procurou chegar a uma verdade decente, justa, desvinculada de quaisquer interesses. Seus interesses são os de Minas Gerais e os do Brasil. V. Ex^a, na medida em que, preservando os interesses de Minas, pensou nos do Brasil, como sempre o faz, não deixou de dar uma grande contribuição, junto com essa comissão, para que pudéssemos chegar ao acordo que nos engrandece a todos. Esse acordo faz o Senado Federal andar e ter sua pauta votada e analisada. Muito obrigado a V. Ex^a.

Seria muito bom para o Brasil se assim o fosse, ou seja, volto àquela história de vincular incentivos fiscais à agregação de valor local. O Líder do Governo, Senador Aloizio Mercadante, acenou-nos com a possibilidade de o Governo avançar, futuramente, por esse caminho, que é muito bom para o Amazonas. Nada temos a temer; ao contrário, temos a ganhar. Temos medo de que alguns percam por não contarem com as mesmas condições de complexa elaboração industrial, ao contrário do que acontece na Zona Franca de Manaus.

Diferentemente do que se divulga, em nenhuma oportunidade o Amazonas teve a intenção de inviabilizar a fabricação de monitores em outras regiões, mesmo sabendo que ela poderia até ser ruim para o Brasil, porque seria a sociedade dando incentivo para a maquiagem, para enriquecer empresas privadas é mais ou menos isso mesmo o que aqui estou a denunciar.

Lutei, em todas as oportunidades, sempre com esse propósito. Nunca o fiz com intolerância, mas, sim, com determinação, com a clara consciência de que estamos querendo o mínimo necessário para a sobrevivência da economia do Amazonas, o que, em última análise, interessa muito ao País. É com lucidez que o Brasil deve ser visto por todos os brasileiros. Portanto, é exigível que se olhe com lucidez a Amazônia e, portanto, o Amazonas.

Ontem, com a feliz regência do Líder Aloizio Mercadante, conseguimos um acordo. Nele, entretanto, várias inserções foram feitas no calor das discussões, sem que tivéssemos tempo para avaliar seus reais efeitos. Com lealdade para com meu estado, informei a

todos que ainda submeteria o texto ao governador do Amazonas, para verificar se o que pretendíamos estava minimamente assegurado. O Presidente Lula está em Manaus, o governador é anfitrião de Sua Excelência. Os técnicos da Suframa estão todos mobilizados para a terceira edição da Feira Internacional de Manaus, que é um evento de enorme peso. Foi com alguma dificuldade que chegamos à análise do texto, para verificar se não havia nada que porventura pudesse significar prejuízo futuro para o meu Estado.

Tivemos a resposta apenas esta manhã. O governador concordou em retirar uma frase, e o alerta foi feito pela Suframa. Quero aqui homenagear a Dr^a Flávia Grosso* e sua equipe, que o tempo inteiro se portaram com o sentido de Brasil, mas, ao mesmo tempo, com uma enorme lucidez, uma enorme aplicação para defender o muito que já se construiu no Parque Industrial de Manaus.

O governador concordou com a idéia de que era necessário retirar uma frase que sutilmente colocaria a fabricação de tevês em Manaus para avaliações futuras. Não poderíamos aceitar algo que agrediria o mínimo que estamos a procurar como garantias para o florescimento do parque de Manaus.

O Líder Aloizio Mercadante, mais uma vez, foi extremamente sensível e concordou com a retirada da frase; portanto, nada havia mais a dificultar o acordo.

Concedo um aparte ao Líder Aloizio Mercadante.

O Sr. Aloizio Mercadante (Bloco/PT – SP) – Eu queria registrar, Senador Arthur Virgílio, a competência e o empenho que V. Ex^a teve na votação desse projeto da Lei de Informática, defendendo seu estado, buscando demonstrar a outros senadores que não tinham a percepção que tenho, e que acredito ter o Governo do Presidente Lula, que a Zona Franca é um instrumento fundamental de desenvolvimento da região. Não poderíamos tomar uma decisão que desequilibrasse o pacto federativo e eventualmente prejudicasse o êxito de um pólo industrial eficiente, moderno, que gera valor agregado e, por sinal, nesse segmento, gera mais superávit comercial que outras regiões do País, porque mais componentes nacionais estão sendo produzidos na região. Portanto, Senador Arthur Virgílio, quero elogiar V. Ex^a, a Suframa e os empresários da região pela forma como participaram na negociação. Destaco também que a Abine* e os demais estados da Federação, assim como os repre-

sentantes do meu estado, participaram do processo, buscando uma solução nacional. O Senado, como Casa da Federação, conseguiu encontrar um ponto de equilíbrio. Temos ainda um desafio, que a convergência tecnológica, a evolução deverá ser acompanhada e estudada. Firmamos um acordo – eu, V. Ex^a e os Senadores Eduardo Azeredo, Hélio Costa e Rodolpho Tourinho – de aprofundarmos esse debate por meio de uma subcomissão para tratar dos temas do futuro da informática: como agregar mais valor; como trazer um pólo de semi-condutores para o Brasil; enfim, como avançarmos, num impulso, a indústria de informática e de microcomponentes, de computadores e de softwares no País. Portanto, destaco que, seguramente, sem a liderança de V. Ex^a, sem o empenho, nesse processo, não teríamos construído esse acordo tão importante para Manaus, para a Zona Franca, e igualmente decisivo para o Brasil. Cumprimento V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Meu caro Líder, é com alegria que recebo seu aparte. Registro, até por dever de justiça, que V. Ex^a agiu o tempo inteiro sem preconceitos; agiu com compreensão de Brasil – repito. Está de parabéns neste episódio o Presidente Lula – Sr. Presidente, já concluo. Ouço o aparte ao Senador Tião Viana para, em seguida, encerrar.

Antes, quero assinalar que o Presidente Lula está duplamente de parabéns nesse episódio. Em primeiro lugar porque, de fato, o seu Governo e os seus técnicos mostraram sensibilidade para chegar a bom termo no que é o acordo celebrado hoje para levarmos a efeito, por meio de votação, amanhã. Em segundo lugar, por contar no Senado e no Congresso com um líder do seu calibre. Alguém que procura honrar a palavra que empenha; alguém com quem travo aqui os debates mais acalorados, mas em quem aprendi a depositar uma grande dose de estima pessoal e de admiração intelectual. Portanto, tenho muito a agradecer a V. Ex^a pela forma honrosa com que se portou ao longo desse episódio.

Ouço o Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Caro Senador Arthur Virgílio, apenas quero cumprimentar V. Ex^a que, ao lado do Senador Mercadante e de outros líderes, tem construído entendimentos em matéria tão delicada. Aos olhos imediatistas e precipitados, a impressão que dá é a de que se trata de uma luta corporativista e

umbilical sobre o Amazonas, sobre uma população apenas, dissociando os interesses nacionais do interesse daquele estado. Mas, para quem conhece a trajetória histórica de V. Ex^a, a visão de Amazônia que possui, uma visão geopolítica clara, uma visão estratégica para o Brasil, sabe que V. Ex^a pensa muito mais além quando defende o Estado do Amazonas do ponto de vista tecnológico, como esta matéria expõe. Creio que o Senado demonstrou muita sabedoria ao entender os apelos de V. Ex^a e – é justo que se diga – dos outros senadores do Amazonas também. Agora, temos de dar absoluta legitimidade a esta causa que atinge positivamente todos os estados da Amazônia, conforme V. Ex^a entende a visão estratégica que aquela região representa para o Brasil. Este aparte é apenas para dizer da minha alegria e da minha satisfação pelo amadurecimento desta matéria dentro do Senado Federal.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço, Senador Tião Viana, e encerro, concedendo aparte à Senadora Ideli Salvatti, mas antes digo a V. Ex^a duas coisas: V. Ex^a é um grande brasileiro, um grande amazônida e que seu aparte me dá um mote para ir ao encerramento, ou seja, ouvindo o meu discurso alguém imagina que o Amazonas ganhou, ganhou e ganhou. Eu diria que o Amazonas não perdeu e procurou legitimamente não perder, mas o acordo se fez possível também, porque o estado fez concessões e abdicou de prerrogativas que até então eram só suas. V. Ex^a chama a atenção para o fato de que foi preciso que todos nós – quero colocar uma homenagem muito clara ao esforço indormido dos Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres, que construíram esse acordo com muito talento, usando de sua experiência e devoção à causa pública. Entendemo-nos, cedendo, para que, ao final, no todo e no somatório, o Brasil ganhasse.

Concedo o aparte à Senadora Ideli Salvatti, Líder do Partido dos Trabalhadores.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio. Eu não poderia deixar de fazer o registro de que, no acordo do projeto de informática, não só procuramos estar atentos à preservação do pacto federativo e à Zona Franca de Manaus, algo sobre o qual todos temos o entendimento da importância, mas vários interesses relacionados a empresas de outros Estados que puderam ser contempladas ao fechar o acordo. Sou testemunha da preocupação de vários senadores, com uma situação muito espe-

cífica do Estado de Santa Catarina, como também acompanhei a situação de indústrias que estão instaladas em Minas Gerais e na Bahia. Entendo que foi um grande acordo que conseguimos construir. Foi demorado, foi custoso, diria que houve até lances risíveis, porque houve situações em que fechamos o acordo entre a sala do Mercadante e o Plenário, e o acordo explodiu, mas creio que o resultado final foi extremamente positivo. Então gostaria de parabenizar todos que estiveram envolvidos, e faço questão de fazer o registro do papel importantíssimo do Senador Tourinho, que toureou bastante e conseguiu contemplar todos os interesses, construindo um texto adequado para que pudéssemos, amanhã, fazer a votação, obviamente não só deste projeto, mas também da Medida Provisória, da Lei de Biossegurança, que as três comissões terminaram de apreciar, e do projeto que dá direito ao desconto em folha para os aposentados também brasileiros.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Líder! V. Ex^a, de fato, portou-se da mesma maneira, com maturidade, com sentimento, para se chegar a um acordo. A agonia desses acordos implodia às vezes, menos até do que entre o gabinete do Líder Mercadante e o Plenário; explodia, às vezes, antes de chegar ao meu gabinete, que é vizinho do gabinete do Senador Aloizio Mercadante, no mesmo corredor. Ou seja, são interesses em jogo, com pessoas defendendo os interesses dos seus estados, indústrias com interesses contraditórios entre si, chocando-se.

Mas o fato é que houve uma demonstração de maturidade, Sr. Presidente. E, quando peço a V. Ex^a que mande inserir nos Anais a proposta de acordo que foi consagrada, encerro dizendo, Líder Mercadante, algo muito significativo para mim: esse esforço concentrado, vitorioso, que terminou com um acordo para se votarem matérias fundamentais para o País, mostra, de fato, um Brasil de democracia consolidada e madura. Estamos celebrando esse acordo, o que seria corriqueiro, talvez, em outra época, às vésperas de uma eleição. Ou seja, estamos ambos os lados acreditando que em nada influenciarão no resultado das eleições de daqui a menos de três semanas, os efeitos deste esforço concentrado!

Dificuldades de acordo entre a Oposição e o Governo para concluir votações

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, acabamos de ter uma reunião muito proveitosa sobre as Parcerias Público-Privadas com os ministros Guido Mantega e Aldo Rebelo, figuras de diálogo, avessas à idéia da truculência. Esse é portanto, um ponto positivo no atual período de esforço concentrado.

Pela manhã, discutimos a Lei de Informática. Como parlamentar do Amazonas, e o mesmo se aplica aos Senadores Gilberto Mestrinho e Jefferson Péres, não temos a menor possibilidade – podem votar por cima das nossas palavras, dos nossos gestos de resistência – de votar algo que signifique a liquidação em médio prazo do pólo de televisores do distrito industrial de Manaus.

Vou dizer, Sr. Presidente, de maneira bem sucinta, o que é razão de entrave na relação Congresso e Governo, e começo pelo PSDB da Câmara dos Deputados. O Deputado Alberto Goldman diz – e S. Ex^a está coberto de razão – que não se discute mais pauta de votações na Câmara dos Deputados, ou seja, há um rolo compressor que procura humilhar e diminuir a Minoria na Câmara dos Deputados. Os pareceres têm sido publicados com menos de 24 horas de antecedência, sem dar tempo aos Deputados da Oposição de estudarem os eventuais “jabutis” porventura inseridos – como aquele da dívida mobiliária de São Paulo – nas medidas que saem da lavra palaciana.

O Governo obstrui, sistematicamente, o funcionamento das comissões permanentes, sobretudo quando alguém tenta convocar, para prestar esclarecimentos, quaisquer ministros ou autoridades ligadas ao Governo. No Senado temos um contencioso com o Governo. Operação Vampiro: o Ministro Humberto Costa disse que vinha, mas não veio depor perante o Senado da República; os Srs. Henrique Meirelles e Cássio Casseb, respectivamente presidentes do Banco Central e do Banco do Brasil, não compareceram

ao Senado para depor sobre problemas éticos ocorridos em ambas as instituições.

Há requerimentos de senadores da Oposição cuja tramitação está simplesmente em banho-maria no Senado Federal. Eles nem sequer chegaram ao destino pretendido, os ministros, e o destino pretendido deve redundar na explicação clara ao povo.

Outro dia, quando tentava desvendar o mistério do cartão corporativo utilizado por funcionários da Previdência, o Senador José Jorge foi vítima de uma armadilha: vira de costas e a votação se dá. S. Ex^a já havia até me desmobilizado. Eu havia perguntado: “Preciso ficar?” S. Ex^a disse: “Não precisa, porque não vai haver a votação”. Entretanto, fizeram a votação, o que é uma esperteza, a meu ver condenável e que termina dando em prejuízo moral, ético e de credibilidade para este Governo.

Hoje, dissemos aos Ministros Guido Mantega e Aldo Rebelo que já não podemos aceitar essa atitude – que não é dos dois – arrogante do Governo de tentar impor à Oposição o ônus do que seria a paralisia do Congresso Nacional. Aliás, para início de conversa, pergunto onde está a tal maioria da base aliada do Governo, que fica dependendo tanto dos votos da Oposição para concretizar qualquer coisa nesta Casa.

Aqui, deploramos o episódio fartamente denunciado pelo Senador Cristovam Buarque – S. Ex^a diz que foi uma mentira do Governo, mas eu estou sendo mais comedido, dizendo que o Governo foi inverídico e leviano – sobre o tal choque social proposto em troca do voto do Senador Cristovam Buarque ao salário mínimo miserável de R\$260,00. Não saiu o choque social e o senador disse que o Governo mentiu para ele.

Eu falava em “jabuti” e tivemos aqui a aprovação da lei sobre a dívida mobiliária, beneficiando a Prefeitura de São Paulo, na calada da noite mesmo. O assunto estava nas entrelinhas. Foi um golpe aos moldes da ditadura, jamais a conversa aberta entre Governo e Oposição, como se espera em uma democracia madura e consolidada como a brasileira.

Temos problemas na Comissão de Orçamento, que funciona sem regimento; temos, finalmente, as razões de o Congresso estar empacado. Vamos ver se agora a culpa é da Oposição, vamos ver se a culpa é ou não do Governo e se é ou não, portanto, do Presidente Lula da Silva.

O Diário Oficial de hoje publica a MP nº 214, dispondo sobre o biodiesel. Aí está mais uma MP. O Diário de ontem publicou a MP do ProUni, aquela da Universidade para Todos. Na sexta-feira, foi editada a MP nº 212 para atender à categoria funcional da Polícia Federal. No mérito, temos tudo a favor, remuneração condigna para a Polícia Federal, mas o que estamos vendo é o Governo a paralisar o Congresso.

Temos hoje duas matérias impedindo o funcionamento desta Casa: a Medida Provisória nº 191, que também parece conter o mérito. Estamos estudando a matéria, por isso ela não pode e não será votada hoje. Essa matéria dispõe sobre importações de bens destinados a pesquisa científica e tecnológica e suas respectivas isenções ou reduções de impostos. E temos o Projeto de Lei da Informática, que, a depender da bancada do Amazonas, da bancada da Amazônia ocidental, a depender de quem, na verdade, entende que se devem dar incentivos para que regiões estratégicas se desenvolvam e vençam o subdesenvolvimento, só pode ser votado se houver um acordo favorável ao Brasil, mas não esmagando essas regiões já tão tradicionalmente esmagadas.

Vamos para a Câmara dos Deputados: Medidas Provisórias nºs 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204. Nessa relação, Senador Gilberto Mestrinho, há medidas provisórias importantes e não urgentes. Há medidas talvez urgentes e não tão relevantes. O projeto de lei poderia servir para um caso, e a medida provisória para outro. Existe também matéria fútil, que deveria simplesmente ser posta de lado. O Governo está agindo de maneira precipitada e leviana ao editar tanta medida provisória sob um regime tão duro como é o atual rito de tramitação das MP no Congresso Nacional. O regime é duro e funciona contra o Governo ao fim e ao cabo.

Falei sobre 13 medidas provisórias que estão trancando a pauta da Câmara hoje. Há duas matérias trancando a pauta do Senado hoje. Cada matéria que for votada na Câmara virá para o Senado, onde se pede a leitura da matéria que passa a trancar imediatamente a pauta desta Casa. Depois, o Governo diz que a Oposição não permite que o Congresso funcione. É hora de darmos um cobro nessa leviandade, se o Governo pretende dialogar conosco de maneira respeitosa, sem ele próprio perder o respeito a que se deve dar.

E mais ainda. Não paramos por aqui. Além dessas MP, existem mais dez, Senador Jefferson Péres, que trancarão a pauta da Câmara

até o dia 29 de outubro, ou seja, para falarmos de um tema tão relevante para a democracia brasileira, antes do segundo turno das eleições municipais teremos a pauta da Câmara dos Deputados trancada por mais dez medidas provisórias. Todas as dez medidas futuras e as dez atuais virão para a pauta do Senado, mais cedo ou mais tarde, e trancarão também nossa pauta. Ou seja, se há alguém responsável pela paralisia do Congresso; se há alguém responsável e culpado pelo fracasso de seguidos esforços concentrados, esse alguém é o Presidente da República, esse alguém se incorpora nos seus ministros, esse alguém se incorpora no Governo, que abusa de medidas provisórias e não leva em conta que o rito atual não permitiria tanta prodigalidade.

No mais, reafirmo aqui, em meu próprio nome, em nome do Senador Jefferson Péres e do Senador Gilberto Mestrinho, que esperamos um acordo decente para o Amazonas em relação à Lei de Informática, senão – o Governo não se iluda – obstruiremos as votações até não termos mais forças; obstruiremos as votações até sermos vencidos pelo cansaço – deles – e pela, quem sabe, maioria que possam articular. Mas enquanto não houver uma solução que respeite 25 mil empregos diretos no meu Estado, enquanto não houver uma solução que respeite o direito que o meu Estado tem de se desenvolver industrial e tecnologicamente, podem contar com a mais obstinada, a mais empedernida obstrução de nossa parte, porque temos o compromisso primeiro que, é claro, com o nosso País, mas encaramos o nosso Brasil como sendo capaz de abrir o seu coração, a sua inteligência e a sua sensibilidade para, talvez, aquela que é a sua mais estratégica região: a Amazônia. E na Amazônia, aquele estado que tem sido, pelo seu tamanho, pela sua potencialidade, a perspectiva de coração econômico do Brasil do futuro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
Praça dos Três Poderes s/nº – CEP 70165-900
Brasília – DF
OS nº 06379/2004



AMAZÔNIA

Terra BRASIL